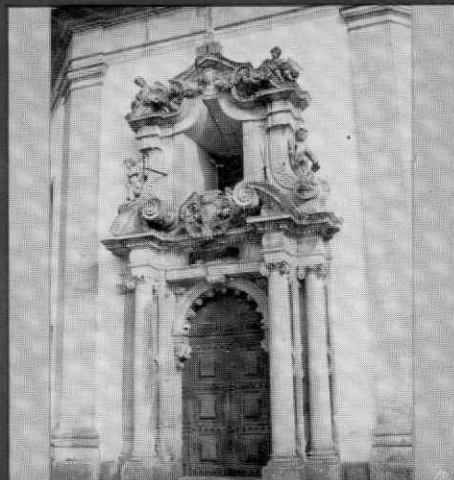
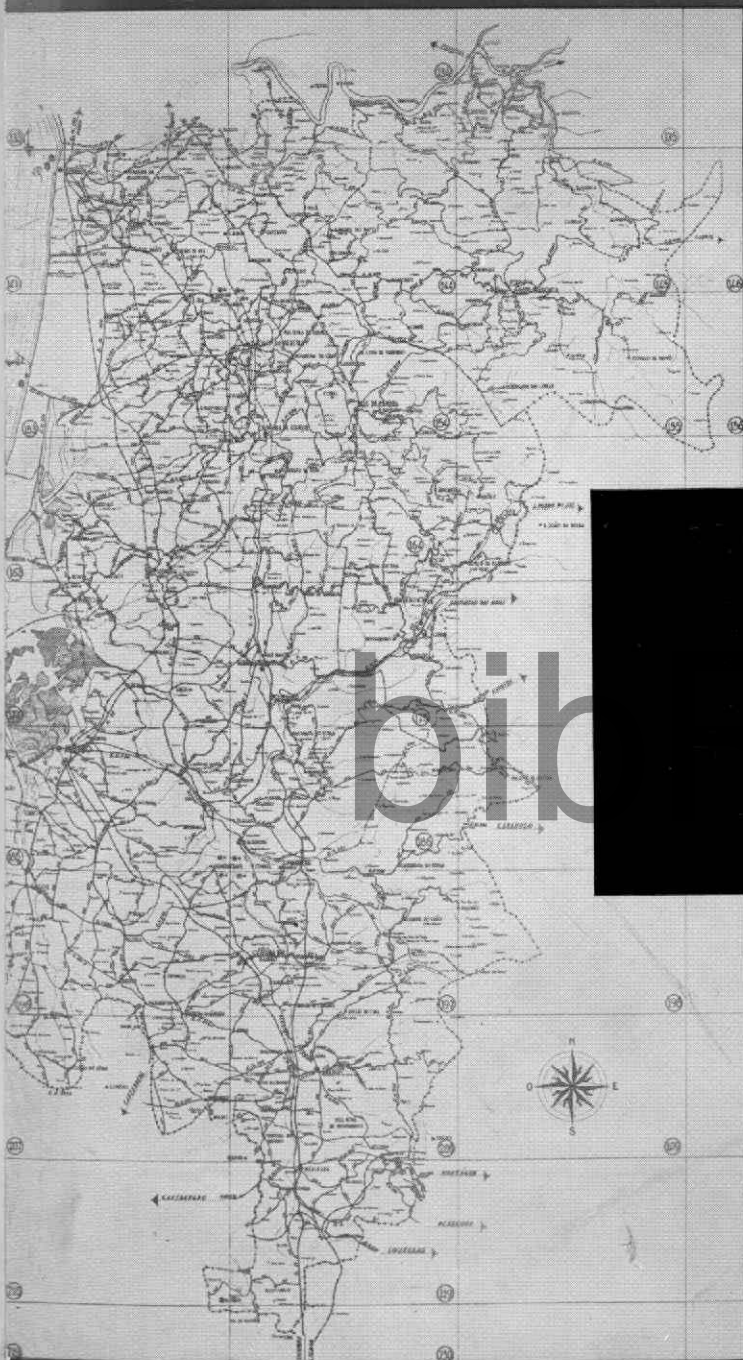




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA

Belém do Pará — Aveiro

«CIDADES IRMÃS»

A iniciativa — e não importa se vinha a gerescer de há mais tempo, informe e informulada, em caldeados sentimentos recíprocos de simpatia — deve-se a um homem. Dele brotou e irradiou. E cresceu como a bola de neve, por aderência e avultamento. Esse homem inspirado, intérprete de generalizados sentimentos, que lançou a chispa, de luz e lume, a uma ideia-fogueira latente, foi

o então Prefeito de Santa Maria de Belém de Grão Pará — o Dr. Stélio de Mendonça Maroja.

A missão dos políticos, como a dos artistas, é ver para além do presente. É antecipar-se ao homem comum, e rasgar horizontes para o futuro. Stélio Maroja, impulsionador do progresso da capital amazônica e do seu alfoz — todo um mundo de grandezas e potencialida-



O Dr. Leandro Tocantis, Adido Cultural à Embaixada do Brasil em Lisboa, em representação do Encarregado de Negócios, descer a lápide com o nome de «Rua de Belém do Pará — Cidade Irmã»

des — lançou a semente da fraternidade especificadamente belemita-aveirense, no quadro lato da comunidade luso-brasileira. Lançou a semente e cuidou porque afundasse raízes firmes e frutificasse. E de uma ideia simpática e aliciante fez uma concreta realidade afectiva. Enlaçou, com as adesões, lá e cá, entusiástica, diríamos alvoroçadamente despertadas, as duas cidades — Belém do Pará e Aveiro.

Classificou-se de geminação o pacto de fraternidade, firmado, solenemente, firme como uma escritura, na pujante capital paraense, em doze de Janeiro. Seja geminação ou conúbio. Conúbio das duas urbes, irmanação dos filhos de ambas as duas.

No fundamento desta matrimoniação belemense-talabrigense há como que um Sant'Antoninho casamenteiro, e um Santo António taumaturgo, que descobriu os noivos predestinados e lhes abriu caminhos de futuro risonho. Pois fixemos como autor da iniciativa vinculadora e dela concretizador, o seu nome, louvemos-lha e agradeçamo-la cativadamente. E, quando outras cidades, cimentando novos padrões de luso-brasileirismo, calcarem as pisadas das pioneiras não olvidem, ao fim e ao cabo quem, fulcrou que se juntassem, com anel ou outros mais elos, indissolúvelmente, como os sacramentos.

O pacto de fraternidade, como oficial e oficiosamente se vem denominando, e todos tomamos como um assento, desses que registam e atestam para a vida e para a morte, com genitura e paraninfos, e firmas firmes, garantes dos lavados propósitos e da lealdade impoluta, pelos Drs. Artur Alves Moreira, presidente da edilidade, e David Cristo, em realçante representação da Comissão Municipal de Cultura, e por Carlos Alberto Soares Machado, presidente da Comissão Municipal de Turismo. E, a par da representação oficial, a do Grémio do Comércio local, com credenciada qualificação confiada ao respectivo presidente, Carlos Mendes. E, no acaso da designação dos que no momento foram embaixadores e intérpretes da comunidade aveirense — e de Aveiro, «latu-sensu», cabeça de um aro de largo raio, um aro que o mar quebra em semicírculo, e se estende até às serras de todos os colaterais do leste — calhou, para maior fidelidade, que cada um fosse nado em uma das três freguesias onde se vem ao mundo «cagaréu». A da Glória, a da Vera-Cruz — que tanto sugere Brasil — e a de Esgueira, a incorporada, antiga vila ajustada à cidade, como o Vouga se integra na ria, e nela se confunde. Foi, assim, mais inteiro o simbolismo.

Por Belém, não curamos de saber, quem após a assinatura — brasileiros nados ou de adopção e irmanação de radicados esforços e simpatias. Ao certo sabemos, que à frente de todos, o governador e o prefeito, que a todos ao cabo representavam, subscreveram com punho seguro e indelével tinta esse documento que cativa e

obriga. Ao Governador, Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, há que fixar também o nome, a par do Professor Doutor Stélio Maroja, que é o autor da ideia, e do Dr. Augusto Ebreremar de Bastos Meira que redigiu e também assinou a acta — e lhe transmitiu todo o exaltante fervor do seu desbordante luso-brasileirismo.

Desse documento perpetuador do acto histórico — para nos servirmos do qualificativo nele adoptado — que selou solenemente o convénio fraterno entre as duas cidades irmãs, transcrevemos algumas passagens:

«Aos doze dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta, trigésimo quinquagésimo quarto aniversário da fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, no Salão de Honra do Palácio «António de Lemos» da Prefeitura de Belém, exactamente às dezassete horas e trinta minutos, presentes o Exmo. Sr. Dr. Stélio de Mendonça Maroja, digníssimo Prefeito Municipal de Belém, Exmo. Sr. Dr. Artur Alves Moreira, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, em Portugal, assistidos por numerosas e ilustres autoridades que assinam esta ata, entre as quais o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, digníssimo Governador do Estado do Pará, Senhores, Senhoras, pessoas gradas de povo [...] firmaram entre as duas cidades o honroso e histórico convénio de amizade fraterna, passando a figurar, a partir desta solenidade pública nos Anais dos dois países — **Brasil e Portugal** — como cidades irmãs, nos seus destinos, no seu futuro, no seu progresso, procurando em todos os tempos aumentar e consolidar cada vez mais aquela fisionomia lusa que sempre caracterizou a metrópole paraense, destacando-a na comunidade Brasileira como a mais portuguesa das cidades do Brasil. E pelos Exmos. Srs. Drs. Stélio de Mendonça Maroja, Prefeito de Belém de Grão-Pará, e Artur Alves Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, foi proclamada esta Aliança de Amizade que, **Ad Perpetuam Rei Memoriam**, celebrará a união material, moral e espiritual das duas cidades...»

Ratificada a geminação, havia que consagrá-la em Aveiro e que belemitas, calcando o nosso solo, e respirando o nosso ar salino, nesta terra que nasceu do sal da amizade e do baptismo — encontrassem Aveiro tão aberta de cordealidade fraterna como é rasgada para os horizontes desempeilhados e sem limites.

De 9 a 16 de Maio, Aveiro proporcionou a contra prova da auspiciosa fraternidade das «cidades-irmãs». As cidades, como os homens, não se medem aos palmos. Especialmente em sentimentos. E Aveiro mostrou que tinha Belém do Pará no coração. No coração da gente e no da urbe milenária. O nome da capital da Amazónia foi integrado na toponímia local. E no ponto mais simbolicamente significativo. No que, efectivamente, pode considerar-se o coração citadino. Na artéria que faceia

a sede representativa da comunidade aveirense, os Paços do Concelho; e o «forum» onde se ergue a figura inspiradora de grande tribuno liberal José Estêvão; e o decano dos teatros locais, cheio de tradições de arte cénica e musical e de sessões cívicas memoráveis; e um dos edifícios liceais, o lar disseminador de cultura desde há mais de um século. Na rua que, passando junto a este, um dia serviu uma das primeiras obras de assistência da antiga, nobre e notável vila de Aveiro, a Albergaria de S. Braz, de cujas ruínas o liceu surgiu; e logo abaixo a casa solarenga dos Sousas, paço dos Lafões e Arronches, onde terá nascido uma graciosa Catarina de Ataíde que muitos tomaram pela Natércia de Camões. E logo, além, se implantaram a vetusta matriz de S. Miguel, e o palácio dos Tavares, senhores de Mira e fruidores dos impostos do pescado — depois Paço Episcopal. E mais adiante a Misericórdia, com seu templo, de traça terziana ou não, que foi a primeira Sé aveirense. E os edifícios que por cerca de quatro centúrias lhe serviram de hospital.

A essa se ficou chamando «Rua de Belém do Pará — Cidade Irmã» e as lápidas que a indicam foram festivamente descerrados pelos Drs. Leandro Tocantis, por feliz casualidade um belemense que ocupa o cargo de adido cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa, e que a representava nas solenidades consagradoras da irmanação, e pelo também historiador Dr. Augusto Meira, transbordante de comunicabilidade, mestre de afervoramentos de lusitanismo.

Ao Prof. Dr. Stélio Maroja coube cimentar — e a ninguém melhor competiria a tarefa — a primeira pedra para o monumento que enlaçará os brasões das duas urbes e perpetuará a sua fraternidade.

Sucederam-se sessões, homenagens, visitas a lugares históricos como a Vila da Feira e o Bussaco, a pontos turísticos de maior beleza panorâmica, — da ria, a Vale de Cambra —, a indústrias e museus e templos; homenagens e reiteraões de simpatia. Efectuaram-se romagens à terra de Frei Caetano Brandão, um inolvidável prelado paraense, e à casa onde nasceu Ferreira de Castro, o autor auréolado da «Selva», universalizada epopeia da Amazónia. Recordaram-se melhor laços da união de Aveiro a Belém, um bispo cheio de piedade nascido a meia légua da cidade — D. Miguel de Bulhões — e um Governador setecentista de Grão-Pará, natural da própria cidade — ainda então vila —, João da Maia da Gama, que deixou memória da sua acção e antes se distinguira por actos de heroísmo.

Mostramo-nos como somos. Abrimo-nos. Procuramos merecer a honra cativante da escolha em que fomos espontâneamente distinguidos. E cremos ter conseguido cingir mais forte os laços com que voluntária e jubilosa-mente nos deixamos prender à «Cidade-Irmã» de Belém, e aos seus Filhos, irmãos-belemenses.

EDUARDO CERQUEIRA

bibRIA



DIÁRIO DO GOVERNO N.º 186, DE 11 DE AGOSTO DE 1942, II SÉRIE

Atendendo ao que representou superiormente a Câmara Municipal do concelho da Feira e tendo em vista o parecer emitido pela comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, aprovar, nos termos do artigo 14.º do Código Administrativo a constituição heráldica das armas, bandeira e selo daquele Município, a qual é conforme segue:

ARMAS. — *De azul, castelo de prata lavrado de negro e aberto e iluminado de vermelho, quadrado, em perspectiva, com os ângulos exteriores formados por quatro torreões cobertos de cinco cones, sendo maior o do centro. O centro do Castelo é encimado por nuvens de prata, realçadas de azul, que sustêm uma imagem de Nossa Senhora com o menino ao colo, vestida de vermelho, com manto de azul e resplendor de ouro. Coroa mural de quatro torres de prata. Listel branco com os dizeres a negro: «Vila da Feira».*

BANDEIRA. — *Esquartelada de branco e vermelho. Cordões e borlas de prata e vermelho. Haste e lança douradas.*

SELO. — *Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «Câmara Municipal da Feira».*

Ministério do Interior, 3 de Agosto de 1942. O Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa.



RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE CENSUS
JAN 10 1900

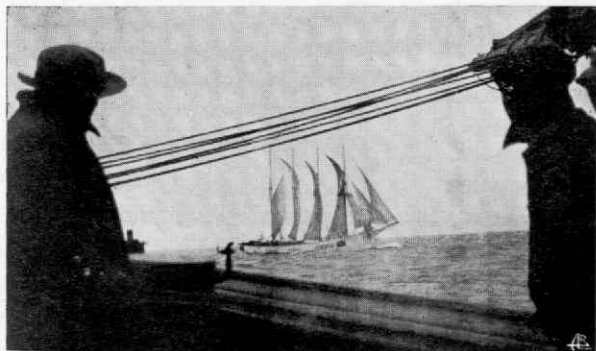
bibRIA

A Ria de Aveiro e a pesca do bacalhau

Pelo Capitão da Marinha Mercante João São Marcos

Hoje, quase poderíamos dizer continuarem em laboração, na Ria de Aveiro, as mesmas carreiras navais donde saíram, há mais de seis séculos, os navios bacalhoeiros construídos no reinado de D. Pedro, o Cruel, ou os que, na era de quinhentos, foram integrados na Invencível Armada e com ela não pereceram para se tomarem presa fácil de pirataria inglesa e holandesa, ou ainda, menos remotamente, aqueles veleiros latinos do último quartel do século passado e alvares do nosso século, que restabeleceram entre nós a pesca do bacalhau, há centenas de anos caída no esquecimento.

Aqui e ali, ainda se vê o machado que cortou o carvalho e a enchó de ribeira que talhou o cavername dos navios de arte redonda e dos lugres e dos palhabotes, como a perenizar um artesanato que serviu o génio irrequieto da raça que desbravou os mares, ligando povos e civilizações.



O pano todo largo

Aqui foram construídos e daqui saíram muitos dos barineiros que, navegando para norte ao longo da costa, arrostaram com as tormentas da Biscaia para atingir o litoral da Grã-Bretanha, aonde abundava o «gadus» que, esventrado, espalmado, salgado e seco, se tornou responsável pela nossa inclinação e preferência gastronómica.

Com os irmãos Gaspar e João Corte Real e a plêiade de exploradores do Atlântico noroeste que os seguiu, iniciou-se uma segunda era que teve nesta ria de Aveiro um dos maiores centros, não só de armamento como de construção.

Daqui largavam anualmente dezenas de navios apetrechados e munidos, com destino à ilha da Terra Nova, aonde tinham bases e feitorias que lhes permitiam a exploração das pescas nos bancos ribeirinhos, tão fartos em bacalhau, até que Drake, o hábil marinheiro inglês, numa manobra feliz e de mestria, os destruiu, ao atirar sobre os baixios da Mancha a Armada de Filipe II que a tormenta destroçou.

O pouco que nos ficou e teimava afanosamente continuar a pescar nas águas frias da corrente do Labrador, foi também pilhado, como fazendas do Demónio do Meio Dia.

Só três séculos mais tarde, em pleno reinado de D. Luiz — 1875 —, num surto de desenvolvimento económico, é constituída em Lisboa uma empresa armadora de navios destinados à pesca do bacalhau, para o que foram adquiridas em Inglaterra seis escunas apetrechadas e com monitores para orientar e instruir as equipagens portuguesas.

Esta iniciativa, que redundou num fracasso, serviu no entanto de ponto de partida para novos empreendimentos, tentados por outros armadores do Tejo.

Mas é às gentes desta nossa região que se apoiam. É aos ilhavos, povo daqui da nossa Ria, mas a ela quase estranho e alheado, que são entregues os principais postos dos novos navios.

Gente vinda não se sabe donde nem quando, mas que aqui não pode ter tido origem, por tão dissemelhante e dispar com os outros povos desta encantadora ria, de paisagem suave e nada propícia à formação de aventureiros ou de heróis; gente audaz, de espírito retemperado e endurecido por séculos e séculos de solidão e sofrimento passados na imensidão oceânica, capaz

de arrostar com as privações e intempéries, sem vacilar, e de suportar as doenças e as saudades, por meses e meses sem conta, sem fraquejar; gente ativa, para impor em seu redor a disciplina e o ânimo que levaram Portugal de antanho através dos mares desconhecidos e que jamais perde o sentido do dever e da missão a cumprir, nem quando vivendo à mercê de Deus; gente que, mesmo fugindo às ondas e à maresia, vivendo a fragrância dos campos ou o requinte dos salões, traz na fronte o desassombro dos horizontes claros do mar e na alma um misto que denota raízes de convívio com a grandeza oceânica; foi entre tal gente que foram escolhidos os capitães, pilotos, contramestres e cozinheiros para chefiar e conduzir os pescadores, recrutados na orla marítima a sul do Tejo, hábeis e extraordinários no manejo das artes de pesca, mas gentinha que era apenas da borda d'água e do marzinho, só endurecida pela labuta nas rudes lidas da arrebenção na praia.

No mar alto, esse colosso imenso e terrível, tudo é diferente. E quando olhado do convés dum veleiro sob a tempestade, com o sibilar do vento na mastreação e cordame e o gargalhar das campas, ao dobrarem e correrem sobre si mesmo, rebentando como na praia, só não amedronta e paralisa os loucos ou os gigantes.

Com tal garantia, e adaptadas as novas companhas aos rigores da modalidade esquecida há séculos, inicia-se uma corrida ao armamento de navios bacalhoeiros, cabendo de novo à nossa Ría o primado na competição.

Aveiro volta a ser o empório do bacalhau e tudo quando, desde então e até hoje, foi feito nesta modalidade de pesca, sua evolução e fomento, aqui teve princípio e aqui lhe foi dado corpo.

Os anos trinta trouxeram consigo a derrocada económica e até os peixes, nas profundezas abissais do oceano, parecem ter-se mancomunado para tornar negros os dias de quem tinha capitais investidos na indústria de que eles são a matéria prima.



Groenlândia — 1943. Largada para a pesca



NEVOEIRO ...! O sino balada ecoando na salgada planície

Desde o banco George, ribeirão de Boston, aos «lejos» do Virgem Rocos e Nainefadas das Pedras do Leste, estendendo-se pelo Flatier e «espalcos» do Grande Banco, no Sapato, no Pé ou no Camandro, seguindo pelo Banco Verde, S. Pierre, Ilha das Burras, Miligrão e Esmeralda, só arraias e algum «sanapão». No Manolejo, colados no visgo, os ferros criavam carepa, as amarras tingiam-se de limos e as boias juntavam pampos, enquanto as luas iam passando na esperança de alguma trazer águas menos luzas e mais piscarentas.

O gusano e o taredo, extra, extravasando maldade e destruição, apoderam-se dos donairosos lugres e iates, envelhecendo-os, não tanto pela idade como pelas vicissitudes e faltas resultantes da depressão económica que tudo submergia. E conservados quase só com a boa intenção e muito trabalho da marinhagem, esfregados, raspados e ligeiramente pintados, que o dinheiro era pouco e a tinta cara, fazendo água como canastras, que algumas costuras já nem a estopa aguentavam, eles aí iam, dia e noite a manivela da bomba de esgoto nas unhas e sem nunca desferrar, velas desfraldadas, mas só as baixas e de entre mastros, mais a polaca e a do estai, que a bujarrona era pesada e o aumento de água no

porão mostrava bem que a estrutura não aguentava grandes puxões. Nas «estensulas» e na mesena, nem pensar nisso, que o navio, por artes ou malas-artes, tinha que voltar a porto de salvamento.

Assim ia definhando a pesca do bacalhau, quando um armador da nossa praça, ao tomar conhecimento que, nos confins da Groenlândia, alguns pescadores nórdicos faziam boas safras, concebeu a ideia de se tentar o empreendimento, solução única e capaz de resolver o seu problema financeiro.

Mas quase poderíamos garantir que no projecto e cálculo de probabilidades do intemerato e visionário armador deve ter surgido, como pedra angular, a confiança que os vizinhos ilhavos lhe ofereciam de que — ele tinha a certeza — seriam capazes de levar a bom termo o seu intento, sem nada mais exigirem do que os magros e usuais proventos dum trabalho rotineiro.

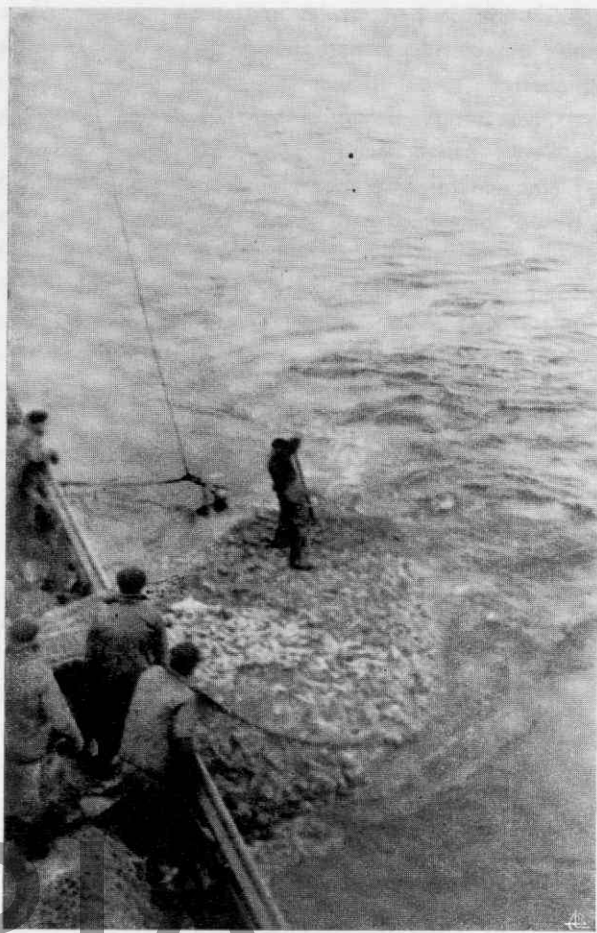
Lá foram, com Deus, os quatro que isoladamente isso intentaram, sem nada saberem uns dos outros, nem ninguém deles saber.

Na Vila, sempre tão nua de vegetação como a paisagem do mar, aonde o ar é salino e de cheiro a maresia, aí rente ao meio dia, por costumeira, o mulhério assoma vezes sem conta à porta da rua, a saber do carteiro sempre tardio. Mas mal vai quando passa lesto e antes da hora.

Naquele tempo, a impaciência mais aumentava se no ar corria o sussurro longínquo da vozeria que anunciava: — Vieram cartas do Banco! Cartas do Banco!...

Levadas a algum porto das costas do fim do mundo por «trola» francesa ou iate canadiano que passou à fala, sempre contavam — era da norma — quando e quais os navios que tinham sido avistados, sinal certo e seguro de que a essa data ainda havia vida nesses pequenos mundos do oceano. Mas dos quatro nada diziam nem ninguém sabia.

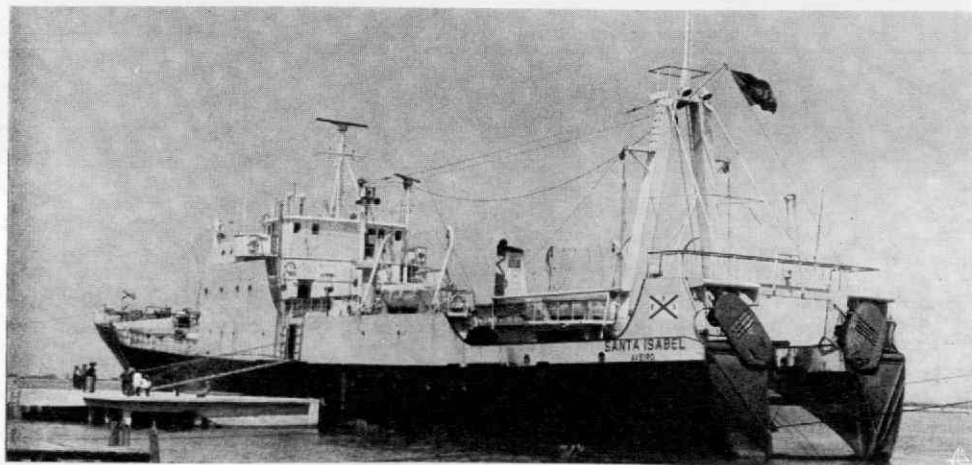
Era tão comum partirem e nem rasto deixarem que até na farmácia, com o andar dos tempos, os seus nomes



Grande sacada. Cerca de 45 toneladas de bacalhau e red - fish estão à borda do arrastão clássico Santo André (1961)

deixaram de vir à baila, como que já envolvidos num silêncio respeitoso, quase fúnebre.

A campanha foi avançando para o seu termo e Setembro ia já quase todo fora, quando da Costa, mas mais cedo do que o habitual, voa o rebate alvissareiro que lança um frémito em toda a vila: Navio à barra!... Navio à barra!...



Arrastão de popa Santa Isabel, construído em S. Jacinto (1965)

Em alvoroço, o proveléu salta p'rá rua e os mais lestos, em corrida desenfreada, pedalam para a praia na ânsia do reconhecimento.

Quem seria o felizardo, se as cartas só relatavam miséria!?

Naquela tarde, o sol já encarniçava o poente em cariz de bom tempo e o vento, que durante todo o dia tinha soprado em remandiolas, crescia do norte bonançoso a limpar de todo a sarria que empoalhava levemente o horizonte.

Ao longe, o lugre, com o pano todo largo e a bandeira a tope, em sinal de regozijo, vem amurado por bombordo, na bordada de terra.

Na Meia Laranja a discussão é acesa. É...! Não é...! Teimam uns e outros, mas todos aguardam quase em suspenso.

Lento, o veleiro vem avançando até que, ao sondar as dez braças, mete à orça, enfia no vento e camba a bombordo... Era mesmo um dos quatro que se receava perdido.

Pairava ainda este «chape-xuga» frente à barra, perdidas já duas luas em mortificante espera de água

Mas aqueles olhos de marinheiros habituados a perscrutar o horizonte, quer sob a reverberação solar ou nas sombras e negrumes da noite e da cerração, notaram naquela mestreação e aparelho um ar familiar.

Era o Isabel!... Metido, ajoujado em sobrecarga brutal, na ânsia de trazer riquezas — para outros, nanja para os que o tripulavam, felizes e ufanos da missão cumprida —, vergado ao peso e aos maus tratos, ferido, mostrando no seu convés a marca do algoz, mas digno e firme como uma rocha, sob a mão vigorosa e hábil do Labrincha, incontestavelmente o maior marinheiro do seu tempo.

Quatro navios e quatro capitães, nomes que já ninguém lembra e quase que ninguém fixou. Gente modesta e simples nas maneiras, bondosos e afáveis no trato. No seu porte nada havia de brutal nem de heróico, e o que em terra tinham de tímidos e contrafeitos, no mar eram gigantes que tratavam a Deus por Tu, que no Céu manda como eles mandavam a bordo dos seus navios.

Durante quase quarenta anos, os bancos da costa oeste da Groenlândia desentranharam-se em riquezas



Mau tempo. Um arrastão clássico aguarda de capa

para entrar, quando viu surgir na linha do horizonte a silhueta elegante dum outro veleiro, mas emarado, que o vento fora soprava baixo e já fresco, convés corrido, limpo e desempachado, sem botes, sem gaiuta e sem albóis, sem borda, apenas destacada pelos cabeços esgalhados, que a bordo pensaram ser navio de viagem seguindo ao seu destino.

e tragédias. No surto desta abundância, tudo aumentou e cresceu; o armamento criou vulto e a bordo... mais perigos, mais sustos e mais canseiras.

Aos olhos do mundo tudo parecia riqueza, quando havia muito mais de fortuna.

Imolados à terrível faina, dezenas de portugueses dormem o sono eterno da cripta monumental do mar de

Baffin e muitos deles disseram adeus à vida ao som do ribombo dos foguetões, do badalar dos sinos e do silvar das sirenes que os chamavam, não já para bordo, mas à presença de Deus.

Com a evolução e a supremacia da propulsão mecânica sobre o velame, são os estaleiros da Ria de Aveiro que, tomando quase o exclusivo da construção de navios bacalhoeiros, muito embora continuando a manusear a enxada e o machado, adaptam um novo tipo de navio, mais económico, mais seguro e mais cómodo, perfeitamente ajustado às enrascadas na abordagem dos doris debaixo de mau tempo. E apesar de se ter gorado uma

Depressa se reconhece a enorme rentabilidade do novo sistema e rapidamente se alastra grande entusiasmo entre os armadores, solicitando autorização para construir mais arrastões. Mas uma estranha e incompreensível reacção conservadora pôs cobro à euforia, condicionando a construção destes navios.

Em 1964, dez anos depois do aparecimento em Inglaterra do primeiro arrastão de popa, o Fairtry I, são ainda os armadores de Aveiro que se lançam na armação de navios deste tipo e, dos sete primeiros encomendados, todos para a nossa praça, quatro foram construídos aqui, em S. Jacinto.



De regresso das provas de navegabilidade

tentativa feita pelo armamento do Tejo, com o vapor Elite, para lançar o arrasto na pesca do bacalhau, é ainda na nossa praça que se manda construir um arrastão, especialmente destinado a trabalhar no norte Atlântico, na intenção de superar o anacrónico e desacreditado artesanato do pescador do dori.

Assim começa, em 1936, o quarto período bacalhoeiro — a era do arrasto.

Mas seria injustiça de bradar aos quatro ventos se não relevássemos que, sem a colaboração das gentes da terra de Ilhavo — solo ubérrimo no cultivo da lealdade, do espírito de sacrifício e brio profissional —, sempre pronta a defender antes e acima de tudo o que lhe é confiado, por muita atenção e cuidado que tivesse sido posto no plano e sua urdidura, a tentativa não iria além dum fracasso mais a registar.

Modernos e complexos navios, transformaram a arte de pesca numa indústria aonde já não cabe o «quanto mais burro mais peixe», nem comporta amadorismos administrativos, pelo condicionalismo a que está sujeita.

Hoje, tudo evoluiu, impondo ao pessoal da produção um nível superior de conhecimentos, para poder competir, no «Mare Liberum», com a concorrência mundial.

O mar, que muitos julgaram inexgotável, está cada vez mais empobrecido e, como é óbvio, a sua exploração cada vez mais necessitada de gente hábil e instruída.

Todos sabemos, mas devia ainda ser mais ampla essa noção, que o oceano não oferece aos que nele labutam senão incomodidades e desconforto, tornando-se cada vez mais difícil encontrar gente que aceite e queira viver a monotonia dos dias de mar.

Nada de válido foi tentado ou feito no sentido de obstar ao desinteresse e fuga do pessoal marítimo, antes pelo contrário, tem-se acentuado o alheamento e até, por vezes, desmandos que afugentam.

Quer nos sectores do Fomento ou da Administração pública ou privada, quer nas actividades associadas à exploração marítima e que dela dependem, o pessoal da nossa Marinha Mercante, apesar do estofa da sua experiência e do cunho tecnicista que tem sido dado à governação, não tem encontrado privilégios de acesso a lugares em terra, que o imponha à influência dos paranifados.

Resta-lhe viver uma vida inteira permanecendo as vinte e quatro horas do dia a dia no local de trabalho,

sempre ausente de tudo quanto é a razão da vida, numa corrida veloz para a saciedade e saturação profissionais.

Impávidos, vamos assistindo ao êxodo e aceitando-o como facto consumado, limitando-nos a ajustar o remanescente às mínimas e instantes necessidades de bordo, por meio da automatização dos equipamentos e da montagem de comandos remotos.

Porém, era dever nosso não esquecer que o mar, não só continua a ser o manancial aonde nasceu a própria vida, mas também é o único elo de ligação entre as parcelas deste Portugal que no passado foi glorioso Navegador.

bibRIA

Nótulas históricas sobre a Feira recolhidas na sua toponímia

Por João Corrêa de Sá

Convidado pelo Senhor Presidente da Câmara da Feira a apresentar um apontamento resumido sobre a história das freguesias que hoje formam o concelho da Feira, aqui trago um pequeno ensaio nesse sentido sobre a parte mais antiga dessa história, baseado no que me foi possível recordar através dos nomes dos seus lugares.

São conhecidas as possibilidades desse estudo, por fornecer um apreciável número de elementos que, por vezes, constituem o único meio de vislumbrarmos o que terá acontecido. Será provisório, porque está muito incompleto em consequência de eu não possuir, de momento, a lista de todos esses nomes, mas apenas uns tantos, recolhidos nos cadernos da matriz provisória de 1845. Na actualidade os livros da matriz, até há pouco em serviço na Repartição de Finanças concelhia, são bem mais completos; mas, dado o cuidado que precisa e o tempo que gasta a sua recolha, não pude ainda dedicar-me a tal trabalho, tanto mais demorado quanto é certo que não bastam os nomes dos lugares habitados, mas também os dos sítios e até os dos simples campos e pinhais, que igualmente podem ser reveladores.

Começarei pela pré-história, sem todavia ir até aos alicerces mais profundos, já que desses tempos mais recuados não obtive referências directas ao concelho da Feira, mas apenas a uma zona mais larga. Esse estudo ficará para outra oportunidade. Assim, entrarei directamente no período que vai desde o Neolítico até à Idade do Bronze. Isto é um tanto vago; mas segundo os tratadistas irá desde o ano 2000 até ao ano 450 A. C., aproximadamente.

Para rastrear alguns dos acontecimentos desses velhos tempos feirenses, basta procurarmos os nomes que através do concelho os recordem. Assim, apesar dessa recolha incompleta acima referida, encontrei **Mâmoa** e **Mamoá** pelo menos nas freguesias de Fiães, Lobão, Milheirós de Poiares, Feira e Travanca; **Mamoela** em Escapães; **Antela** em Lobão (e não devemos esquecer **Anta** de Espinho); **Arca** ou **Arcas** em Canedo, Escapães,

Fiães, Pejeiros e Travanca; **Arcapedrinha** em Travanca; **Orca** em Canedo; **Forno**, **Fornos** ou **Forninhos** em Arrifana, Canedo, Fiães, Fornos, Guisande, Lobão, Milheirós de Poiares; Moselos, Rio Meão, S. João de Ver, Souto e Travanca; **Arcos** (se é que não refere outra construção) e seu diminutivo **Arcozelo** em Argoncilhe, Milheirós de Poiares, Rio Meão e S. Jorge.

Todos estes nomes, apesar de algumas discordâncias dos especialistas, recordam sepulturas pré-históricas. Se considerarmos a falta já notada de outras referências, a aparecer provavelmente nos nomes de campos e pinhais não incluídos nas listas consultadas, pode concluir-se sem receio de grande erro, que a região feirense e suas vizinhanças eram, desde há milhares de anos, apesar da natural menor densidade de população, já razoavelmente povoadas. Por outro lado, se estes nomes recordam apenas locais de enterramentos, é evidente que os habitantes dessa época viviam perto. Também se encontram através da toponímia alguns dos lugares onde essa gente vivia até à chegada dos romanos. Contam os escritores da época que surpreenderam esses nossos antepassados reunidos em pequenos povoados no cimo dos montes, certamente para mais fácil defesa deles. Os romanos, por analogia, chamaram a essas povoações **Castros**, nome esse que ainda na actualidade conservamos, ou como por metátese o povo diz, **crastos**. Pois também esse topónimo se encontra pelo menos nas freguesias de Argoncilhe, Canedo, Fiães, Louredo e Romariz. Que eu saiba apenas o castro de Romariz está parcialmente explorado (pelo falecido P.^o Manuel Fernandes dos Santos, dali natural) que deixou a descoberto umas tantas casas e recolhido diverso material, constituído por um pequeno espólio que só muito recentemente tive oportunidade de contemplar. Pelo que me pareceu, tal material quase não acusa a presença romana, a não ser talvez em alguns restos de telhas que, se não estou errado, por lá vi. Pelo exame, (ou melhor, simples contemplação apressada), tanto das ruínas como

do espólio, fiquei com a impressão de não ter havido luta ou incêndio, apesar dos carvões aparecidos por diversos lados. Provavelmente a população foi convencida a trocar aqueles altos pelas terras baixas, para se dedicarem à agricultura e reduzir os hábitos guerreiros, como foi política dos romanos.

Continuando a prospecção, entramos agora já no tempo dos romanos, ou seja do século II a V, e para isso será melhor socorrer-me dos seus escritores, onde se podem recolher diversas informações relativas aos povos que as suas tropas encontraram na região. Mas não dizem grande coisa sobre a zona que agora é a Feira. A tal respeito, pouco mais encontrei que o nome dos povos residentes a sul do Douro: **túrdulos antigos e pesúrios**. Apesar dos romanos terem sido os invasores que mais influenciaram os invadidos, pondo de parte a linguagem, pouco mais resta deles entre nós que diversos topónimos mal definidos, algumas estradas e o castelo. Quanto aos topónimos há evidentemente bastantes de origem latina, mas segundo pensam os especialistas, não devem vir desse tempo, mas sim de época bastante posterior, da Reconquista provavelmente. Por isso passo à frente. Quanto às estradas, possuímos umas boas centenas de metros junto ao largo das Airas, na sua face poente, em direcção a Fiães, (que não me parece estimada como merece), com o empedrado característico, evidentemente consertado em épocas posteriores, e natural é que existam outros bocados por inventariar. Também não parece haver dúvidas da presença romana no castelo, ali provada por diversos indícios.

Se algum escritor romano se aproxima mais da nossa região, é Plínio sem dúvida. Todavia, nada diz que se possa imputar directamente a esta região, embora ande por perto. Efectivamente diz ele: **A Durio Lusitana incipit. Turduli veteres, paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Aeminium, oppida Conimbrica, Colippo, Eburobritium**; o que em português significa: **A Lusitânia começa no Douro. Contém os túrdulos antigos, os pesúrios, o rio Vouga, a cidade de Talabrica (ainda por determinar com segurança) o rio e a cidade de Eminio (o rio Mondego e a cidade de Coimbra) as cidades de Conimbrica (em Condeixa a Velha) Colipo (talvez Leiria) e Eburobrício (Alcobaça?).**

Considerando que Plínio viveu no século I da nossa era, somos com este texto levados a concluir que naquela altura, provavelmente, pouco haveria por aqui digno de referência. Não esqueçamos, porém, que, para além das aras presumidas como romanas, existem pedras integradas de modo disperso nas paredes da torre de menagem com um tipo de aparelho, ao que parece, feito por pedreiros romanos do Alto-Império (como me confirmou o sr. dr. P.º Carlos Alberto Ferreira d'Almeida, nosso ilustre conterrâneo e muito sabedor Assistente da Faculdade de Letras do Porto), a indicar-nos a data da

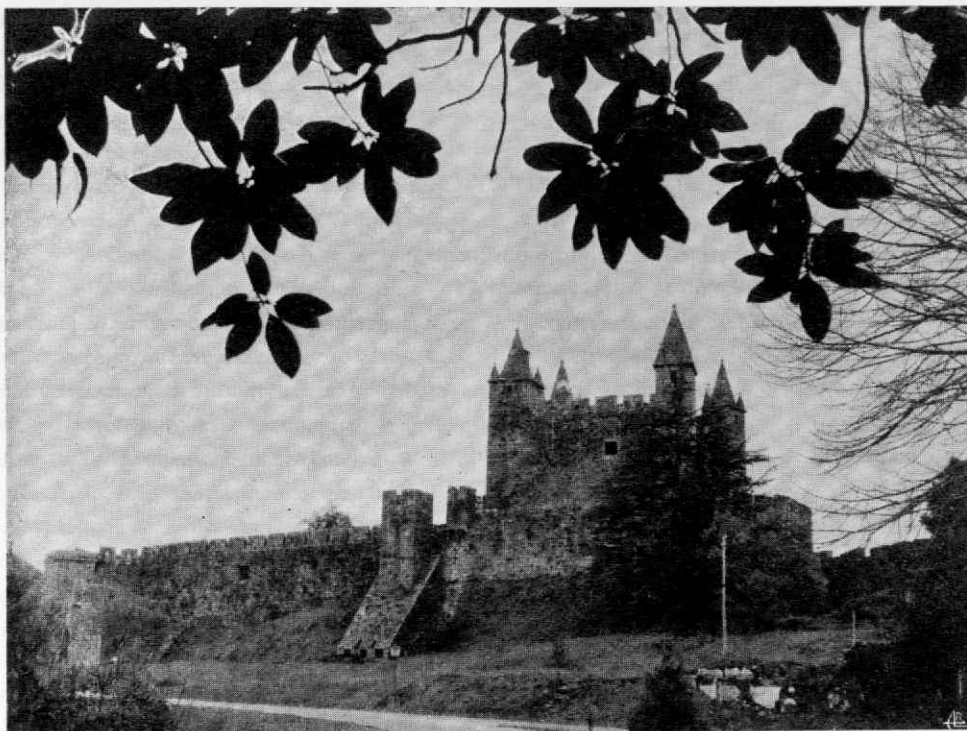
construção de um outro edifício anterior, cuja pedra foi depois aproveitada para a construção da torre. Não admira, portanto, o silêncio de Plínio, pois tal construção pode ser-lhe posterior.

Continuando a perscrutar os escritores romanos, vamos deparar com o vulgarmente chamado **ITINERÁRIO DE ANTONINO**, muito citado. Aí, efectivamente, ao tratar da estrada Lisboa a Braga, toca-nos directamente quando, ao apontar as distâncias e povoações, na parte do percurso que nos interessa, depois de Eminio diz:

Talabriga	mpm	XL
Lancobriga	mpm	XVIII
Calem	mpm	XIII

Com esta indicação resumida (aliás pouco segura segundo alguns autores) levanta para nós um problema ainda por resolver, ao dizer que Lancobriga dista de Calem 13 milhas. É que durante muito tempo, e não sei na pegada de quem, era considerado o nome de Lancobriga como referente à Vila da Feira. É até curioso notar que, em 1758, já o pároco da Vila referia essa opinião. Conta ele, nas respostas dadas para o **DICIONÁRIO GEOGRÁFICO**, que se dizia haver **memórias manuscritas** que davam a Vila da Feira como fundada pelo rei Brigo, e daí ler o nome **La Cumbrica**. Apesar dessa confusão etimológica (briga — de origem celta — significa altura fortificada) e do ar espanholado e saletoso que a disfarça, quer dizer apenas, Lancobriga. Todavia, mais tarde, creio que já neste século, alguém fez contra-vapor e abalou a antiga convicção, ao alegar que as 13 milhas romanas referidas por Antonino, a separar Gaia da Lancobriga (que correspondem a 19 220,5 metros, visto que cada milha tinha 1478,5 metros) não chegam para cobrir a distância entre Gaia e a Vila da Feira. Efectivamente assim parece, mesmo talvez depois de entrar em linha de conta com a redução do percurso da estrada romana, que de modo geral cortava a direito.

Apesar disso, suponho que não se pode dar o assunto por inteiramente arrumado. Todos os raciocínios para isso feitos, assentaram na ideia de que a estrada n.º 1 é uma edição actual da antiga via romana referida pelo Itinerário romano. Mas será essa, na verdade, a via a que Antonino se refere? Como não deu mais referências entre Talabriga e Calem além de Lancobriga, parece-me que não se poderá garantir que a via por ele referida seja aproximadamente a actual estrada n.º 1, mesmo contando com as alterações. E se assim é, pode referir-se a outro percurso. Ora o curioso é que esse outro percurso existe, se é que não estou muito enganado; simplesmente ninguém lhe ligou qualquer importância. Trata-se da via denominada por alguns documentos dos cartórios de Grijó e Pedroso por **estrada mou-**



Castelo de Vila da Feira

risca. Enquanto uns escritores aceitam a sua existência, outros consideram-na fantasia e apenas derivada da ideia de que tudo quanto é mais antigo e se desconhece a origem, se diz **ser do tempo dos mouros**. A princípio também naveguei nessas águas, mas depois de considerar a dificuldade de justificar a situação do castelo longe como está da estrada n.º 1, procurei sinais de uma via que lhe passasse próximo. Como amostra dessa colheita posso apresentar as seguintes notas: «*in villa dicta azevedo subtus illam stratam mouriscam*», como se diz num documento de 1145, ao referir-se ao lugar de Azevedo, da freguesia de S. Vicente de Pereira; podendo eu acrescentar que ainda hoje existe um antigo caminho mais ou menos abandonado que, do referido lugar de Azevedo, passa pelo Ferral e S. Gião, de Souto, em direcção ao Castelo, parecendo confirmar não só este documento como outro de 1141 diz: *et subtus e eandem stratam mauriscam prope littus marinus sub castelo sancte marie*. E junto ao lugar de Brito (perto de Espinho) há também vestígios de uma antiga estrada há muito abandonada, que Armando de Matos classifica de «segunda estrada» numa classificação sua, e que seguia mais junto ao mar. Há outras referências, mais ou menos nítidas em diversos documentos, que não cito aqui para não alongar muito este apontamento. Mas suponho que não será preciso referir nada mais para, ao contrário do que alguns escritores dizem, considerar como efectivamente existente uma segunda via, não convenientemente estudada, e que afinal pode muito bem ser aquela a que Plínio aludiu. Quanto ao nome por que era conhecida no

século XII, não vejo razões de peso para não aceitar o nome de **estrada mourisca** dado pelos notários, não coevos, mas pelo menos muito mais próximos do domínio muçulmano, cuja memória portanto poderia estar mais fresca.

E assim, se pode esta hipótese ter probabilidade, volta a ter cabimento a pergunta: mas afinal onde se situava a Lancobriga? Por agora, embora talvez pudesse acrescentar mais alguma coisa em seu favor, deixo a pergunta suspensa e sem resposta; pois o assunto precisa de maior e mais profundo estudo, deslocado no propósito deste escrito.

Todavia, ainda sobre essa localização direi que o general João d'Almeida na sua obra **ROTEIRO DOS MONUMENTOS MILITARES PORTUGUESES**, afirma não ter dúvida em localizar a citânia de Lancobriga num terreno em Souto Redondo, no triângulo existente entre a estrada nacional n.º 1 e a estrada que da Vila da Feira segue para S. Jorge e os restos de estrada romana ali existentes. Diz mesmo que **o seu traçado está ainda claramente definido pela aresta do terreno em que assentavam as muralhas, interrompido aqui e além pelas escavações feitas recentemente na exploração do volfrâmio, e dos entrincheiramentos, na banda do sul, abertos pelos liberais, em 7 de Agosto de 1832, na célebre batalha aqui travada contra os realistas comandados pelo general Póvoas**. Conta mesmo, por informações recebidas no local, terem sido encontradas pedras trabalhadas e até uma estátua no género das consideradas

como reproduzindo velhos guerreiros lusitanos. Tudo isto impressiona muito e requer estudo atento, mas parece-me que não estaria ali a Lancobriga. Também o dr. Mário de Sá, na sua obra *AS GRANDES VIAS DA LUSITANIA*, é de opinião que a estrada mourisca foi uma realidade, mas imagina que na Vila da Feira se situava a cidade de *Samarium*, mencionada no itinerário do Anónimo de Ravenate. Esta proposição sem dúvida digna de atenção, teria até a vantagem de servir de base para a origem do nome de Santa Maria, a derivar foneticamente daquele nome latino. Ainda a respeito deste pormenor da origem do nome Santa Maria, o dr. Strecht de Vasconcelos, no seu livro *DIVAGAÇÕES ETIMOLÓGICAS ACERCA DO NOME DE PORTUGAL*, propõe para essa origem outra solução ao afirmar que virá da expressão terra *seente maria* ou *seenta maria*. Não estará certa mas é curiosa. Como quer, porém, que se chamasse a Vila da Feira e a estrada que a atravessa e serpenteia junto ao castelo, vem ela justificá-lo melhor, já que o castelo teria sido mais útil, não apenas para refúgio da população mas para funcionar também como dique a uma estrada, o que não aconteceria se a única estrada existente ficasse a alguns quilómetros de distância, como dista a estrada n.º 1.

Quanto ao problema da fundação do castelo, que poderei eu dizer? Pois se não falha o pormenor do aparelhamento das pedras, apontado como saído das mãos dos pedreiros romanos dos séculos I ou II, poderemos admitir que naquele alto, quem sabe se sobre um castro pré-romano, foi ali construído um edifício por esses séculos I ou II, que poderia ter sido um templo, ou apenas uma torre de vigia para defesa de um possível aquartelamento romano, situado ao fundo onde está a Vila (e ela tem um sinal que creio permite levantar essa hipótese, na antiga rua Direita, orientada na direcção norte sul, como faziam ao instalar um aquartelamento). De simples torre de vigia poderia ter passado a residência de um chefe a que — creio não ser caso único — aliasse de certa altura em diante a função de templo, que as aras podem confirmar, tanto como um templo inicial. Suponho assim como natural, e espero que justificada, a época romana para o aparecimento de uma construção onde está o castelo, que hoje não é mais do que um gracioso símbolo da ligação que unia a Terra de Santa Maria, onde deveria existir um museu com reconstituições a lembrar os seus tempos mais altos.

Como é sabido, o domínio romano acabou às mãos dos bárbaros, no século V. Vieram quase seguidos os alanos, vândalos e suevos em 411, espalhando-se por diversas regiões. Parece que na nossa região ficaram os alanos, mas pouco tempo e sem estrutura. Deixaram todavia má fama (principalmente os vândalos, basta reparar no significado que a palavra vandalismo ainda hoje tem) apesar de não ocuparem do modo efectivo a

região. Só os suevos criaram um reino na Galiza, com a capital em Braga. Logo depois vieram os visigodos que correram com aqueles, mas apenas em 585 é que o reino suevo foi absorvido pelos visigodos. Mais adiante, quando referir os tempos da Reconquista, notarei a influência que esses povos deixaram marcada na nossa região, apesar de romanizados em contacto com a cultura superior que encontraram.

Por sua vez o domínio visigótico durou até aos princípios do século VIII, pois em 712 já Muça deve ter passado por esta região da Feira, no regresso da sua expedição à Galiza (não esqueçamos que neste tempo os árabes chamavam Galiza a toda a terra a norte do Douro). Pois Muça nesse passeio arrebatou todas as riquezas que encontrou e (não distribuía com ninguém) mas não consolidou dessa vez qualquer ocupação. Isso só veio a acontecer em 715, ficando desde aí a nossa região sob o domínio árabe e certamente em paz, pois os cristãos ainda não atacavam por essa época. Em 746 já os árabes tinham organizado estas suas conquistas, a península quase inteira, militar e civilmente, dividindo tudo em cinco províncias, pertencendo a nossa área à que tinha Mérida por capital. No livro *HISTÓRIA DE LA DOMINACION DE LOS ARABES EN ESPAÑA*, recheado de referências tiradas de autores árabes da autoria de Don José António Conde (por onde neste ponto me guio) só aparecem vestígios de ataques cristãos, ao serem perseguidas algumas *taifas* cristãs certamente em regiões mais ao norte, visto que, como é sabido, os cristãos mais ciosos da sua independência se refugiaram nas Astúrias, e a princípio não estavam aptos a atacar à distância.

Depois, em 784, o próprio rei Abderahman esteve com certa permanência em Coimbra, Porto e Braga, sinal de que nesse momento o domínio árabe passava muito acima do rio Douro. Em 793 Abdelkerim entrou outra vez na Galiza, forçou fortalezas cristãs e queimou igrejas; mas, quando regressava carregado de despojos, caiu numa emboscada dos cristãos em que os seus homens sofreram muitos danos. Em 808 coube a vez aos cristãos de descerem dos seus montes e atravessarem o Douro, entrando assim no que os árabes também chamavam Lusitânia, causando os maiores prejuízos, inclusive destruindo povoações. Mas, logo que estas notícias chegaram a Córdoba, vieram os árabes em retaliação procurar os cristãos, que castigaram. Em 838 árabes de Lisboa e outras cidades do sul, avançam em direcção à Galiza, passando naturalmente por aqui. Em 852 e 854 querendo os árabes propagar o Islão tornam à Galiza, combatem com vária fortuna, mas acabam por consertar pazes.

Em 863 os cristãos, agora comandados pelo rei Afonso, descem outra vez até à Lusitânia, penetrando mesmo em Lisboa e Cintra, passando muito naturalmente

por aqui; toma riquezas, gados e cativos que leva consigo. Mas não demora muito que os árabes façam uma razia com que ameçam Santiago de Compostela. Em 888 o vali de Lisboa, por dissensões internas, vem tirar satisfações ao vali de Lamego e outros que mantinham as fronteiras do Douro, sendo natural que em tais disposições também passasse pela Feira. Em 931 o governador de Santarém, em consequência de um amuo com os seus correligionários, passa-se para o rei Ramiro da Galiza; mas em 963 os árabes reorganizam as suas fronteiras, exigindo que os povos se convertam ao Islamismo ou então paguem umas certas párias.

Em 988 aparece o célebre Almansor a ocupar Coimbra e avançar até Santiago, passando logicamente por esta banda, sem todavia deixar rasto nos escritores árabes; como outro tanto aconteceu em 944, quando outra vez esteve no Porto e novamente se dirige a Santiago que destrói e arraza, dando-se ao requinte maldoso de mandar aos ombros de cativos cristãos os sinos daquela Igreja para Córdova, onde os destinou a servirem de lâmpadas da mesquita. Em 1001, com reforços vindos d'África, deve ter passado por aqui um dos exércitos em que dividiu as suas forças, percorrendo as margens do Douro até às nascentes. Mas dessa vez, no fim da batalha havida, Almansor, por cansaço, não tratou os ferimentos recebidos nela, e disso morreu passados dias.

Como nem sempre a actividade guerreira dos árabes está virada para os nossos lados, deixo espaços de tempo em silêncio, visto não interessar directamente à nossa região; isto sem esquecer a vitória que o rei Ver-

mudo obteve dos mouros, cujo rei Cemía capturou numa batalha travada na freguesia de Cesar em Abril de 1045. Assim, depois deste ano, só em 1057 encontro outra vez sinais de movimentos mais próximos, quando Fernando Magno toma Viseu, Lamego e outras terras e fortificações. Salvo melhor opinião creio ser essa data a que, mais ou menos, corresponde à passagem da Terra de Santa Maria para o domínio cristão, depois confirmada com a conquista de Coimbra em 1064, que permitiu consolidar a conquista cristã até ao Mondego.

Como não podia deixar de ser, um povo que por aqui viveu mais de 300 anos, natural é que tenha deixado recordações, conquanto menos frequentes do que no sul do país, onde a sua presença se prolongou por mais tempo. E será curioso notar que apesar dos naturais horrores da guerra, segundo os processos daqueles tempos, acabamos por normalmente os lembrar com vincado sabor de simpatia. São exemplo disso, creio bem, as lendas de moiras encantadas, por tantos lados recordadas, e na imaginação popular sempre povoadas de lindas mulheres. Onde há restos de construções antigas diz-se vulgarmente, com certa dose de admiração à mistura, que são do tempo dos mouros.

Não existem entre nós construções da sua lavra, mas em compensação encontramos outros tipos de recordações suas, quer no vocabulário, quer mesmo na toponímia. Vários são efectivamente os vocábulos de origem árabe, à frente das quais se destaca entre nós a palavra e respectivo conceito de **Aldeia**. Encontrámo-la em muitas freguesias e pelo menos em Escapães, Milhei-



Festa das Fogaceiras (20 de Janeiro) — Vila da Feira

rós de Poiares, Nogueira da Regedoura, Oleiros, Paços de Brandão, Pejeiros, S. Jorge, Sanfins, Souto e Travanca. O próprio nome da freguesia de **Arrifana** também nasceu do árabe; e aqui na Vila da Feira há pelo menos o lugar da Charca, que me parece deveria escrever-se **Xarca**, pois que eu saiba não existe ali nenhum charco, mas sim uma espécie de «terreno despeñado e apertado, garganta entre colinas» como David Lopes define **Xarco**, termo árabe. Temos ainda uma **Mou-risca** em Paços de Brandão; um **Mourão** em Rio Meão; **Moure** em Argoncilhe, Moselos e Santa Maria de Lamas. Em Milheirós de Poiares há uma **Pedra da Moura** (provavelmente adornada de uma lenda) e em Moselos uma **Cova dos Mouros**, que naturalmente também terá a sua lenda. Em S. Jorge há o lugar de **Casal Doido** que vem de um Casal pertencente a um homem chamado de Olidi ou Dolidi, de origem árabe. Também aparece entre nós o nome que os árabes davam às suas hortas — **Almuinha**, que por vezes o povo transforma em **Almunha**, como em Canedo, Lobão e Paços de Brandão. Existe ainda um **Albarrada** e uns **Alpoços** o primeiro em S. João de Ver e os segundos em Rio Meão, que parece ter pelo menos o artigo árabe, se é que o primeiro não vem todo daquela origem. E também as **Azenhas** de várias freguesias deles nos vieram.

O castelo da Feira, como não podia deixar de ser, está povoado de lindas moiras encantadas, que não trago para aqui para não alongar este escrito, e também a sua reconquista está envolvida numa lenda. Não estando divulgada não será descabido incluí-la. Quando não há história escrita dum acontecimento o povo cria uma lenda para o explicar. Esta foi recolhida pelo P.^o Quintela, pároco da Vila da Feira em 1758 de onde a extraio. Diz ele: «**A tomada do castelo aos mouros só anda na tradição do vulgo, o qual assevera que o primeiro conde da Feira intentando conseguir a terra e posse do castelo, e do título por indústria (parece-me haver aqui grande confusão, pois os chamados condes da Feira nada devem ter tido com o assunto) prendera o cão que era fiel guarda de todo ele, a qual falta foi muito sentida de seus senhores, e que tendo-o uns poucos de dias sem comer, ajustou o dia do assalto para a manhã do dia vinte e quatro de Junho, dia festivo por ser do Batista, e que levando o cão atado e faminto enquanto a sentinela da porta chamada da traição por isso mesmo se detivesse em o festejo do achado cão e sua fiel companhia, podiam entrar repentinamente e assenhorearem-se do castelo, como fizeram, e por essa causa se diz que ficara a obrigação de irem todos os homens que têm servido e servem a República a São João da Madeira ou a São João de Ver, da sorte que dissemos acima, e por essa razão lhe chamam a Sina**».

Na verdade faz parte do mesmo texto, em situação anterior, a descrição pormenorizada dessa comemora-

ção, onde esclarece: «**homens que servem e têm servido a República, montados a cavalo com a bandeira adiante, e os Vereadores com as suas insígnias vão um ano à freguesia de São João de Ver, e nesta Igreja se canta uma Missa, e outro à freguesia de São João da Madeira, do mesmo modo. Chama-se nesta Vila a esta função «vêr a sina». Não sabemos a sua origem, e a notícia que temos, referiremos no compêndio das coisas menos verosímeis**».

À parte alguns acrescentos e confusões sempre vulgares nas histórias transmitidas oralmente, há uma vaga ideia de comemorar o facto da reconquista do castelo aos mouros; se bem que eu suponha também haja confusão na data, que mais creio comemorativa da batalha de S. Mamede em 1128, tomada como marco inicial da independência portugalense em relação do jugo leonês.

Este castelo vindo ou não dos romanos, foi muito provavelmente baluarte árabe, pois seria nessa ocasião, em que a região desde o Douro ao Mondego funcionou como terra de ninguém, e em consequência disso sofria umas vezes as devastações árabes, e outras aguentava as arremetidas dos cristãos, que acabou, como se viu, por passar com a Reconquista para o poder dos cristãos. Esses cristãos, mistura de diversas raças, eram certamente prodominantemente visigóticos pelo sangue, como se verá pelo que desse tempo nos ficou. Como é sabido, a Reconquista não foi resultante de um arranque fulminante; bem pelo contrário foi lenta, com vaivéns inseguros, conquanto o somatório tivesse resultado favorável aos cristãos. Dado que as áreas estavam de há muito sob o domínio árabe, não havia motivo para qualquer espécie de respeito, por parte dos cristãos, pela organização existente naquele momento, conquanto ainda existissem restos dos tempos antigos, numa sobrevivência provável dos tempos anteriores aos árabes.

A Reconquista tomou aspectos diversos que vamos ver para melhor compreensão; enquanto uma vez era presidida pelo próprio rei, outras era feita pelos guerreiros por delegação sua. Se o rei não estava presente, a **presúria** (assim se chamava este sistema de reconquista) era normalmente feita sob permissão e autoridade real, conforme se pode ver de uma citação de Alberto Sampaio tirada da ESPANHA SAGRADA que diz: «**gratia de Rex... Edefonso mayor, & concornu de de ipse Rex, per manus comite Petrus Vimarar**. O corno ali referido era portanto uma trombeta de algum modo símbolo real, talvez ainda recordada nos brasões de Gaia e Viseu. Portanto, enquanto naquele documento se diz que aquela **presúria** se fez por graça do Rei, com a trombeta do próprio Rei por mão do conde Pedro Vimara; noutro documento, respigado da já referida ESPANHA SAGRADA pelo mesmo Autor, fala-se mais claramente nas insígnias reais que acompanhavam as **presúrias**,



Festa das Fogaceiras

ao dizer que fora feita **cum cornu et cum aluende de rege**, de que não sei traduzir **aluende**, mas sem dúvida outro distintivo real, usado quando o rei estava ausente. Nessas circunstâncias, como se refere na **presúria** já citada de Vimara, «**apreenderam as vilas que possuíam & ipsas... quae presserunt abidem quintarut illas & dederunt illa quinta ad ille Rex (Afonso II)**». Por aqui se vê que aqueles conquistadores tomaram posse em nome do rei das vilas que possuíam e dividiram em cinco partes iguais, das quais reservaram uma para o rei.

Se a conquista em **presúria** era daquele modo na ausência do rei, vejamos agora o que acontecia quando ele estava presente. Por casualidade há um texto que o refere. Em tal caso, terminado o combate e metidas as espadas nas bainhas, o rei procedia à divisão das propriedades pelos seus homens, como declara outro documento também tirado da ESPANHA SAGRADA pelo Autor já referido. Aí se diz que Odoario **concedeu a seis dos seus homens as vilas Avezani, Guntini, Desterit, Provecendi, Sendoni, Macedoni e que as denominou Avezano, Guntiano, Desterigo, Provecendo, Sendo, Macedonio**.

Fui buscar tudo isto para mostrar como as coisas aconteciam; pois na Feira, e aliás por toda a região nortenha, aconteceu mais ou menos o mesmo. Fode afirmar-se isto em consequência de se encontrarem muitos

topónimos derivados de nomes pessoais, e pelo menos no concelho da Feira, de origem germânica a sua maioria, a provar que nos vieram por intermédio desses guerreiros descendentes dos invasores visigodos, perpetuando assim esses homens que, pelo valor guerreiro mereceram contemplação real, ou comandaram **presúrias**, transferiram as terras das mãos dos árabes para as dos cristãos, e por isso mesmo as deixaram apelidadas com os seus nomes pessoais. Para verificação disso e fazer uma ideia da influência de origem visigótica, bastará recolher os nomes de diversos lugares e freguesias. Será uma lista reduzida porque para um estudo completo, será preciso antes de mais proceder à tal recolha completa de todos os nomes de lugares, sítios, campos e matos, com a maior minúcia e cuidado, já que os aqui apresentados não passam de simples amostra.

Apesar de todas estas limitações e insuficiências não deixa de impressionar a frequência com que se encontram os actuais topónimos a recordar essas antigas lutas e gentes do tempo da Reconquista, desses visigodos perfeitamente confirmados pela origem dos seus nomes, que, segundo os especialistas, todos vêm do germânico. Dentro dessa ideia de simples amostra posso citar diversos topónimos como: o lugar de **Adoufe**, da freguesia de Arrifana, vindo do nome pessoal de **Ataulfus**; **Aldriz**, da freguesia de Argoncilhe, que vem de outro nome pessoal **Aldericus**; o próprio nome de **Argoncilhe**, entre as possíveis origens que se lhe apontam pode vir de **Dragoncelus**; **Arilhe**, da freguesia de Louredo, vem de outro nome pessoal **Arilus**; **Balteiro** da Vila da Feira vem de **Baltarius**; **Godinha** virá de **Gotina** e **Godinho** de **Gotinus** (diminutivos de Godo e Goda); **Ermilhe** de Moselos vem de **Ermelus**; **Escapães** vem de outro nome **Scapa**; **Fafião** da freguesia de Romariz, vem de **Fafila**; **Fagilde**, da freguesia de Canedo, deriva de **Fagildus**; **Framil**, também de Canedo, vem de **Filimir**; **Fiães** de outro nome pessoal **Fidila**; **Formal** que aparece em mais de uma freguesia virá de **Frumarius**; **Gondufe**, da freguesia da Feira, vem de outro nome **Gondulfus**; **Goda**, de Moselos, descende de **Gota**; **Gulfar** da freguesia de Sanfins, vem de **Vulfarius**; **Gualtar** de Fiães, deriva de **Gualtarius**; **Guilhadães**, da freguesia de Arrifana, vem de **Viliatanis**; **Goim**, de Romariz, deriva de **Goninus**; **Guisande** virá de **Vuisandus**; **Lobel**, de Vila Maior, deriva de **Leuba**; **Manhouce**, primitivo nome da freguesia de Arrifana, deriva de **Maniocus**; **Morgado**, da freguesia de Louredo vem de **Maurecatus**; **Mualde**, de Sanguedo, tem a sua via em **Manoaldus**; **Ramil**, de Argoncilhe descende de um **Ramildus**; **Romariz** vem de outro nome **Romarius**; **Ordonhe**, de Argoncilhe, lembra **Ordonho**; **Tarei**, lugar mieiro a Travanca e Souto, vem de **Atanaredus**; **Toseiro**, da freguesia de Louredo, vem de outro nome pessoal **Te-resarius**; **Teobalde**, da freguesia de Souto, vem de **Teodebaldus**; **Guimbras**, da Vila da Feira, que terá vindo de

outro nome pessoal **Guimara; Beire** e seu divergente **Ver**, de S. João de Ver, descendem do mesmo tronco — **Valerius; Gongeva**, de Canedo, do nome **Gudegeba**. Ora segundo os especialistas todos estes nomes, apesar de alatinados, vêm dos visigodos, que eram germânicos.

Estes homens, quando constituíram as suas propriedades, ainda denominadas **vilas**, com sentido romano, ou seja, uma unidade residencial e agrícola com todo o equipamento de construções e pessoal, deram certamente origem a solares, ou como ao tempo se chamava **paço** e **paço** (quando de tipo mais pequeno), **quinta** e **quintã** (com a significação de propriedade honrada) também topónimos esses frequentes no concelho. Temos **paço** ou **paços** em Canedo; Fiães, S. João de Ver e Paços de Brandão; e **quintã** nas freguesias de Argoncilhe, Geão, Moselos, Sanfins, Fornos e Travanca pelo menos. Também **Sá** pode ter a origem germânica em Sala, no sentido de habitação.

Podem, porém, esses **Paços** e **Quintãs** nada deverem a esses homens da Reconquista e só terem aparecido posteriormente. Por causa disso dei uma espreitadela nos NOBILIARIOS, e se alguma coisa encontrei não a consigo ligar convenientemente. Assim entre os feirenses dos séculos XIII e XIV que neles aparecem posso citar: **Pero Martins de Cafarom cavaleiro bom da Terra de Santa Maria** (como adiante se verá, era de Moselos); **Pero Esteves de Vila Maior da Terra de Santa Maria**; **Fernão Lourenço da Terra de Santa Maria**, que noutro local aparece com o nome de **Fernão Louredo** a lembrar a freguesia daquele nome; um **cavaleiro bom que houve nome Vasco Afonso e era natural de Lobão da Terra de Santa Maria**, uma **dona**... (lacuna do texto)... **subdita mulher de Reimão Viegas de Sequeira suso dito era natural da Terra de Santa Maria de uma parte de Peiieitos** (que parece ser Pejeiros); **Estevão Lavandeira Estevão Malhóo da Terra de Santa Maria**, (como há duas ou três Lavandeiras no concelho ficamos indecisos); **Rodrigo Henriques de Louredo da Terra de Santa Maria**; **Gil Fagundes natural dos de Merufe julgado da Feira**; **Pedro Esteves Danta da Terra de Santa Maria** (que deve ser a actual Anta de Espinho): **dona Sancha Pires de Moselos filha de Pedro Martins de Cafarom e de dona Maria Guendi uma boa dona e honrada da Terra de Santa Maria**; **Estevaninha Nogueira da Terra de Santa Maria**, a lembrar a freguesia de Nogueira da Regedoura, e, finalmente, outro **Estevão Rodrigues da Terra de Santa Maria**.

Como se vê só muito vagamente se localizam as suas residências ou naturalidades, e menos se consegue quanto às datas das suas vidas, pois os NOBILIARIOS são omissos a tal respeito. Para os localizarmos no tempo será preciso cotejá-los com outros nomes de vidas mais conhecidas. Mas isso está fora dos limites deste apontamento.

Há ainda outro topónimo espalhado pelo concelho digno de uma palavra, provavelmente ligado a essas residências senhoriais. Refiro-me a **Torre**. Há uma **Torre Velha** em Argoncilhe, em Canedo um campo chamado da **Torres**; em Lobão aparece outra **Torre**; em S. João de Ver existe a **quinta da Torre**; no Vale também aparece uma **Torre**, e outra ainda em Nogueira da Regedoura e pelo menos mais outra, ligada a um tanque, em Souto. Todavia é preciso cuidado na conclusão, pois podem ser por vezes restos de uma Igreja transferida, ou fazer parte de uma rede de torres de vigia ligadas ao castelo, como aparece mais claramente na freguesia de Travanca, com o lugar de **Atalaia**.

E para terminar este apontamento, que em boa verdade devia ser continuado até mais tarde pois há outros topónimos dignos de comentário, (mas não se esqueça que isto não passa de pequeno ensaio para ver o que é possível historiar através da topónimia, e a Reconquista deve ter sido o período mais fértil nesse aspecto); não quero fechar sem uma referência à origem da palavra **Feira**, que preside a todo este conjunto, e em tempos passados teve maior jurisdição.

Diz-se vulgarmente que tal nome vem de um mercado que aqui se realiza desde há muitos séculos. Claro é que pode muito bem ser assim; mas também pode ter nascido de outra maneira. Não esqueçamos que já em 1117 existia esse nome dado à Vila, com aspecto não de novidade mas de continuidade de tempos anteriores; e que podia muito bem ter acontecido com esse nome um facto paralelo ao que se deu com os nomes dos dias da semana, que, como todos sabem, nada têm a ver com mercados. Efectivamente, aí, vêm as **feiras** a descender de **feria** com o significado de **feira**, como ainda hoje se mantém na liturgia católica.

Por coincidência, provavelmente não apenas casual, fazia-se ainda há algumas dezenas de anos junto ao castelo uma **Feira da Linhaça**. E se repararmos, realizava-se no dia 25 de Março. Ora esta data corresponde ao equinócio da Primavera, data em que os romanos tinham uma festa, certamente propiciatória das futuras colheitas, ou qualquer coisa semelhante. Pois, como ainda hoje acontece sempre junto das festas, mesmo modestas, das nossas aldeias, aparecem tendas de negócio vário: natural era que também naqueles tempos se instalasse um pequeno mercado, com tendência a desenvolver-se num tempo em que praticamente não havia outro comércio. Com a vitória do Cristianismo, todo o interesse era abafar a festa pagã, que se foi transformando em católica sob a invocação de Senhora de Março, enquanto o mercado continuou a progredir. E ao que me parece desse modo a palavra **Feira** perdeu o seu antigo sentido de festa para se adaptar às novas circunstâncias, esquecendo assim a sua antiga alegria para se confundir com um prosaico mercado.



Festa das Fogaceiras (20 de Janeiro)

Conquanto tenha deixado em silêncio a actividade religiosa, não se pense que a religião estava ausente de todo este movimento. Bem ao contrário, mesmo em relação ao período da Reconquista, já era muito antiga a tradição religiosa no nosso meio. Bastará lembrar que no século VII, segundo o PAROQUIAL SUEVO, a diocese de Coimbra incluía entre outras a paróquia de **Antunane**, que parece não poder traduzir-se senão por **Antuã**, pequeno rio que nos fica próximo pelo sul, e deveria referir uma zona hoje ainda não delimitada. Mesmo assim, porém, é sinal de vida religiosa organizada por estas bandas.

Não admira que durante a Reconquista a cruz ao lado da espada. Talvez se possa admitir, sem grande margem de erro, serem boa parte das nossas Igrejas, se não mesmo todas, fundadas por esse tempo, e algumas até d'épocas anteriores. Ao fazerem as presúrias, e desaparecidos os antigos senhores, ficaria, como propôs Alberto Sampaio, a povoação atraída para o pequeno templo na ocasião edificado, ou já existente, onde lhe era dada assistência moral e religiosa. Que isso se passou mais ou menos assim parece prová-lo a palavra **freguesia**, actualmente circunscrição religiosa e administrativa, mas a princípio apenas religiosa, como de resto o demonstra a origem da palavra, já que veio de **freguês**, por sua vez nascida, segundo as melhores opiniões, de **filius ecclesiae** (**filho da Igreja**), através de diversas formas intermédias, como **filigreses**, **freegues** e finalmente **freguês**.

Se fossemos ver os padroeiros ou oragos (repare-se por um momento na reminiscência da mitologia romana da palavra **orago**, que vem **oráculo**) de todas essas Igrejas, também certamente encontraríamos a sua antiquidade, por preferirem santos anteriores à Reconquista. E não eram só as Igrejas paroquiais que perfumavam espiritualmente a vida dura daqueles tempos. Havia conventos, mosteiros, acistérios espalhados pela região que hoje forma o concelho da Feira. Não é só o convento dos Loios, da Vila da Feira — aliás fundado já muito tardiamente, século XVI — de que a Feira guarda memória, apesar de não terem chegado até nós as paredes que os recordem. De momento lembro o convento de **Sala**, da freguesia de Mosteirô; o de **S. Julião**, em S. Gião da freguesia de Souto; o de **S. João** na freguesia de S. João de Ver; o de **Azevedo**, da freguesia de S. Jorge; e dois em Canedo sendo um no lugar do **Mosteiro** e outro no de **Mosteirô**. E se saltarmos as barreiras concelhias continuaremos a encontrar outros conventos vindos daquelas épocas, alguns dos quais prosperaram e chegaram até nós como os de Grijó e Arouca, enquanto os outros não se consolidaram por falta de meios ou outras razões.

Como disse a princípio, este apontamento é simples esboço (e como tal incompleto, mal e apressadamente alinhavado) de um trabalho a desenvolver que me proporia realizar, se um dia dispuser dos elementos em falta e as circunstâncias auxiliarem, o que todavia não é de esperar, pois tudo parece conjugar-se no sentido contrário.

Para a história de Ovar

Pelo Padre Aires de Amorim

1. — CABANÕES E OVAR

Primeiro chamou-se paróquia de Cabanões e mais tarde de Ovar. Quando apareceria o segundo topónimo a ofuscar o primeiro? Apontam-se algumas datas:

1539 — «igreja de Cabanões» e «igreja de S. Cristóvão de Cabanões» ⁽¹⁾.

1550 — em 2 de Julho, o Cónego António Leite tomou posse, em nome do Cabido da Sé do Porto, da ilha do Corvo, como pertença da sua «Igreja de Sam Xristouão dovar» ou «Igreja dovar», expressões estas repetidas uma vez. Não se fala na Igreja de Cabanões ⁽²⁾.

1588 — Começou uma demanda entre o Cabido da Sé do Porto e o «Reitor da Parrochial de Sam Xristouão de Cabanões», por causa da «porção» que lhe era devida. Aparecem dois recibos de pagamento, em que este se declara «Vigário de Sam Xristouão de ouar» ⁽³⁾.

1597 — em 25 de Agosto, fizeram uma fiança os P.P. António Rodrigues e Valentim Dias, por causa dumas Bulas. Menciona-se «são cristovão dovar» três vezes, «são cristovão de cabanois da villa dovar» uma e «são cristovão de cabanois morador na dita villa dovar» também uma ⁽⁴⁾.

1630 — na demarcação entre Ovar e Arada, fala-se duas vezes na «freguesia de Ovar» ⁽⁵⁾. Em outro documento, na sentença do Cabido contra Pero da Silva sobre o casal de Cabanões, aparece «Vila do Var», «Igreja de São Christovão de Cabanoens», «Igreja d'Ovar» ou «Igreja do var» ⁽⁶⁾.

Não obstante Ovar ter sido elevada a Vila, e não Cabanões, mesmo assim, ainda se diz, indiferentemente, em 1630, Igreja de São Cristovão de Ovar e Igreja de São Cristovão de Cabanões.

2. — IGREJA

Em 7 de Agosto de 1762, nas notas do tabelião Luís José Coelho de Almeida, do Porto, foi feita uma escri-

tura de contrato entre o Cabido e os moradores de Ovar, para a reedificação da Capela-Mor e sacristia da Igreja.

O Cabido fez-se representar pelo seu Procurador, P.^o Manuel da Costa Moreira, e o Juiz e Eleitos da Igreja (Licenciado Francisco Ferraz da Cruz, Juiz, P.^o José Rodrigues da Graça, Escrivão, Manuel da Costa Mendes, Procurador, e mais sete Eleitos) fizeram seus Procuradores o P.^o Dr. António José Pereira Pinto, de Ovar, e Francisco Luís de Oliveira.

A Capela-Mor, então existente, media de comprido, do nascente a poente, 34 palmos e, de largo, do norte a sul, 43. E a sacristia, de comprido, tinha, de nascente a poente, 34 palmos e, de largo, de norte a sul, 21 e, de altura, 15. Todavia a Capela-Mor, «por se achar arruinada, e incapaz», precisava ser reedificada e aumentada em comprimento. O Cabido combinou dar 400\$000 reis e os Mesários fariam a obra ⁽⁷⁾.

Por uma comunicação de 17 de Março do ano seguinte, dirigida ao Cabido, verifica-se que reinava o entusiasmo, pois se achava «a nossa obra da Capella mor, e Sanchristia mais de meya feita», pedia-se para a mandar examinar, «com toda a brevidade, porque a queremos concluída», para poder vir «o resto do nosso ajuste» ⁽⁸⁾.

Verificou-se mais tarde ter havido erro de medição, pelo que, em 15 de Fevereiro de 1765, no mesmo tabelião, foi feita uma escritura de declaração, segundo a qual a Capela-Mor antiga media, de comprido, não 34 palmos, mas 45 e um quarto, e tinha sido acrescentada em mais 30 e um quarto, ficando, pois, com 75,5 palmos ⁽⁹⁾.

3. — PORÇÃO

A contribuição que o Cabido dava ao Vigário para a sua cóngrua sustentação não era demasiada. E assim o Fr. Marcos de Lisboa, Bispo do Porto, ao visitar canonicamente Ovar, ordenou se acrescentasse mais um carro de pão de segunda e 5\$000 reis à dita contribuição ou

porção. A causa foi a tribunal, sendo condenado o Cabido, no Juízo eclesiástico do Porto, em pagar os 5\$000 reis, e não o carro de pão, pois já estava o Vigário a receber, de porção, antes da Visitação, 30 alqueires de trigo e 15 de pão de segunda. Sentindo-se em sua razão, o Cabido apelou para Braga, sendo confirmada a sentença dos 5\$000 reis e pagaria mais o carro de pão da Visitação, desde o tempo em que era Vigário da dita igreja o réu. Pretendeu ainda o Cabido recorrer para a Santa Sé, mas como a demanda era duvidosa, preferiu compôr-se com a outra parte. O contrato foi elaborado em 16 de Setembro de 1588, entre os seus Procuradores, o Dr. Manuel de Faria, do Desembargo Real e Arcediago do Porto, o Licenciado Melchior Caldeira, Cónego prebendado da Sé, e o «*Senhor Antonio Rodriguez*», Vigário ou Reitor de Cabanões. Pagaria os 5\$000 reis; quanto ao carro de pão, dá-lo-ia, enquanto este Vigário estivesse à frente da igreja, mas a partir do ano seguinte de 1589 ⁽¹⁰⁾.

Novo contrato de composição foi feito em 13 de Outubro de 1591, entre as duas partes, sendo agora representado o Cabido pelos Cónegos prebendados e Licenciados Miguel de Figueiroa, Vigário Geral, e Melchior Caldeira, Provisor do Bispado. Quanto ao Vigário António Rodrigues, «*havia duvidas e letigio sobre a sua porsão que tinha nos passais da dita igreja de que estava de posse de receber em cada hum anno trinta alqueires de trigo, pela rrasa velha e outrosi cinco alqueires de centeio e cinco de cevada, tudo pela rrasa velha, e alendisso, quatro galinhas*». Por si e seus sucessores, desiste do direito de acção que podia ter nos passais, deixa de receber, como o faziam os seus antecessores, a porção da mão dos caseiros e será o Rendeiro a pagar-lhe «*os dittos trita alqueires de trigo e cinco de centeio e cinco de milho e cinco de cevada, pela medida atras ditta e quatro gualinhas*» ⁽¹¹⁾.

Os passais andavam emprazados e pagavam, de foro e pensão, 58 alqueires e uma quarta de trigo, 16 de pão meado, 2,5 de cevada, 24 galinhas e \$400 reis, além dos direitos de lutuosa e laudémio ⁽¹²⁾.

4. — USOS E COSTUMES EM 1780

«*De couheçença da Quaresma he pagar os moradores da Ruela, Villa, Ribeira, Ponte Nova, Ponte Readada cada fogo sendo cazado 100 Reis; vevuos 50 Reis, Solteiros 25 Reis. E os moradores da Lagoa, Colhal, Assoens, Granja, S. João, Barreiros, Cabanoens, Salgueiral, Simo de Villa, Sande, S. Duado, Guilhovai, Sobral, hum alqueirê de milho groço, ou meio de trigo sendo cazado; vevuos meio alqueire de milho, ou huma 4.^a de trigo; Solteiros uma 4.^a de milho, ou meia de trigo.*

He tambem uzo pagar /digo/ dar de foliar 20 Reis em dinheiro, e por liberalidade o que quizerem. Tambem

tem o Parocho de cada cabeçeira, que morre sendo cazado e primeira cabeça 8 alqueires de trigo, Segunda 4 alqueires, o que se recebe em espeçia, ou dinheiro, Solteiros nada enquanto a este uzo.

Tem mais as ofertas de todos os acompanhamentos de pessoas de maior 200 Reis em dinheiro e huma vella de sera branca de quarta, ou 100 Reis, e tem a mesma oferta em cada hum dos tres offiços sendo pessoa de maior legitimada. Sendo filho familias maior de 14 annos hum officio presente, e hum noturno de 4 Padres, e se ementa por tempo de seis mezes, 500 Reis, e pessoas de maior hum anno 1000, e no domingo seguinte tem de oferta 50 Reis.

Se o acompanhamento do defunto he alto continuado com officio presente tem o Parocho de ofertas em dinheiro 200 Reis, e huma bella de 4.^a de Sera porem sendo actos separados tem a mesma oferta dobrada.

Nos acompanhamentos tem cada clerigo 50 Reis e 200 Reis por cada officio, excepto nas Irmandades que se pagam as offertas do Parocho conforme os estatutos que tem.

Nas festas que se fazem he uzo darem ao Parocho duas gualinhas na vespóra, 300 (?) Reis em dinheiro da Missa cantada.

Nos baptizados tem 100 Reis ou huma bella de 4.^a, oferta do padrinho e de prata, ou mais ou menos.

Nos recebimentos, na vespóra costumão dar em satisfação dos banhos, ou uma couza ou outra conforme o arbitrio, ou galinha, ou peixe, ou dinheiro, e no tempo do recebimento uma oferta de prata. Estes ção os uzos que achei no libro de uzos, e costumes desta freguesia a que me reporto. hoje 20 do mes de outubro de 1780.

O Encomendado Jacinto de Oliveira Fontes

Declaro tem fogos	2698
Pessoas maiores	7031
menores	0837

O que consta do Rol desta freguesia do presente anno a que me reporto. era ut supra.

O Encomendado Jacinto de Oliveira Fontes⁽¹³⁾».

5. — ALGUNS DOS SEUS PÁROCOS

1502 — o Cabido apresentou, para ser colado, Fernando Vaz.

Março de 1512 — foi colado João Pinto, por se ter demitido António Machado.

Maio de 1514 — foi apresentado João Pais, Cónego de Cedofeita, por se ter demitido Manuel de Sá.

Maio de 1573 — foi apresentado António Fernandes Louro, por morte de Francisco Rodrigues.

21 de Maio de 1586 — era Vigário António Rodrigues. Ainda cá estava em Outubro de 1591.

16 de Janeiro de 1624 — tinha falecido em Janeiro deste ano Valentim Dias, sendo, naquela data, apresentado o Bacharel Pantaleão Dias Salvado, beneficiado da Sé, filho de Gouçalo Dias e Maria Salvada. Tendo, depois, renunciado, sucedeu-lhe André Vaz de Pinho.

Janeiro de 1650 — por morte do dito André Vaz de Pinho, foi apresentado Gaspar Ferraz, que depois renunciou, em favor de seu irmão Domingos Ferraz.

1667 — foi apresentado Francisco Barbosa Coelho, por ter falecido Domingos Ferraz ⁽¹⁴⁾.

1781 — tendo morrido o Vigário João de São Bernardino Leite, da Póvoa do Varzim, foi o benefício a concurso público. Pretenderam-no António Barreto, depois abade de Vermoim, o Dr. Caseta, Reitor de Paramos (sic), Francisco José de Campos Pirralho, Reitor de Fânzeres, João Sequeira Monterroso e Melo, clérigo minorista, António Martins Sampaio e o Reitor de Azurara (irmão do Cónego Joaquim Pereira Caxeta).

Foi apresentado pelo Cabido e provido na igreja de Ovar, não por concurso, mas por eleição, João Sequeira Monterroso e Melo, de Oliveira de Azeméis, licenciado em Cânones, pela Universidade de Coimbra, e irmão do Cónego Bento Sequeira.

Esperava-se fosse, antes, apresentado o Reitor de Fânzeres. A pedido deste, em Julho do dito ano de 1781, foi lido à Missa conventual, em três dias festivos, um aviso nas igrejas de Santo Ildefonso, Vitória, S. Nicolau e Miragaia, em como João Sequeira tinha sido provido por suborno e simonia, e daí instaurar-lhe um processo de nulidade. Nos autos, também aparecem testemunhas a dizer que o dito Reitor de Fânzeres, ao pretender Ovar, usara, igualmente, de suborno e simonia ⁽¹⁵⁾.

Monterroso e Melo conseguiu da Santa Sé Bula de confirmação para a igreja de Ovar. Outro tanto tinha alcançado Campos Pirralho. De ambas, foi nomeado Juiz executor delegado o Arcebispo de Braga, que, por sua vez, cometeu os seus poderes ao Provisor do Arcebispado. Monterroso e Melo requereu-lhe, então, em Janeiro de 1782, não se entregasse a igreja em disputa a Campos Pirralho, sem, primeiro, o contendor mostrar a legitimidade do seu título em Tribunal. O Provisor citou o Sacristão e, sob pena de excomunhão, suspensão e prisão, o Encomendado da dita Igreja, para a não entregar, nem dar posse, sem ordem sua, a Campos Pirralho. A Mitra do Porto entendeu que estas duas citações judiciais, em território seu, sem ter, antes, o Delegado da Santa Sé apresentado a Bula com o respectivo Beneplácito Régio, era intromissão, «força e violencia» e, por isso, recorreu em 4 de Fevereiro seguinte ao Tribunal da Coroa contra o referido Provisor de Braga. A sentença foi proferida, a favor do Porto, em 4 de Junho ⁽¹⁶⁾.

1829 — em Julho, foi o Abade Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo processado pelo Desembargador

Promotor Fiscal da Justiça Eclesiástica, Dr. José Francisco Valente. Era acusado de não cumprir a legislação eclesiástica sobre casamentos, de insultar, da cadeira paroquial, os seus freguezes, de negligência em atender moribundos.

No fundo, parece tratar-se de desinteligência e inimizade entre o Abade e os denunciante, P.P. Manuel de Almeida Pinto e António Lopes Vinga, seus freguezes. O Tribunal mandou em 2 de Dezembro seguinte «se imponha silencio nos autos», o Abade pague as custas e ambas as partes vão reconciliar-se perante o Vigário de Vara e Abade de Avanca, P.^o Francisco de Paula de Sá Farinha ⁽¹⁷⁾.

6. — CONSOADA

Pertencendo os dízimos ao Cabido, tinha este, entre outras obrigações, de dar aos fregueses de Ovar a Consoada, na noite de Natal, constante de dois alqueires de trigo, dois de castanha, um de tremoços e dois almudes de vinho, paga pelo seu Rendeiro.

Havia este costume «*hen todas as igrejas da Terra da Feira ahomde quen lleuava os dízimos, dava as ditas consoadas*».

Acontecia que a população ia aumentando e os dízimos, pelo que entendiam os fregueses também a consoada devia crescer. Na verdade, diziam, estava acomodada à freguesia, quando tinha, apenas, 120 fogos, mas agora, já há anos, contava mais de 400, com 1000 pessoas de comunhão e 300 de Confissão. Além disso, sendo Visitador o Licenciado João Alves Moutinho, abade de S. Jorge, no ano de 1599, mandou passasse a consoada a ser de seis alqueires de trigo, quatro de castanhas, três de tremoços e seis almudes de vinho. E, no ano imediato, sendo Visitador o próprio Bispo, D. Jerónimo de Meneses, ordenou se gardasse o estabelecido na visitação anterior.

Em face de tal, os fregueses de Ovar processaram o Cabido, pedindo fosse condenado em lhes dar a Consoada taxada nas visitações. Respondeu este que, sendo imemorial determinada consoada, não podia o Visitador aumentá-la, sem consentimento daquele. A causa foi julgada pelo Vigário Geral, o Licenciado Francisco Vaz, em 20 de Dezembro de 1601, sendo absolvido o Cabido ⁽¹⁸⁾.

7. — MULTA E QUARTILHO DE AZEITE

Por costume antiquíssimo e de consentimento do povo, pagava-se, em 1759, 120 reis de cada casal (ou 60 de meio casal), a que se chamava **finta** ou **multa**. Com esta verba, reparavam-se a igreja, do arco cruzeiro para baixo, e 11 Capelas que havia na freguesia, pagava-se ao Sineiro e ao Pregador da Quaresma, ocorria-se às despesas da Semana Santa, Endoenças e outras.

Aconteceu, porém, que António da Silva, Cristóvão de Resende, João da Costa Monteiro, Francisco da Costa Monteiro e outros dirigiram-se ao Rei D. José, dizendo que a freguesia tinha mais de 2.000 fogos e ignorava-se o destino do dinheiro da multa. Não obstante ter este mandado saber a verdade e informado de que o Visitador, já havia anos, quando procedia à Visita canónica, costumava tomar as contas, ordenou, em carta de 5 de Fevereiro de 1759, dirigida ao Provedor da Comarca de Esgueira, que, pertencendo ao Juízo secular a sua aprovação, como também a cobrança, pelo que as contas deviam passar a ser tomadas pela Provedoria.

Também por outro costume antiquíssimo, que ainda vigorava em 24 de Dezembro de 1817, a Câmara Municipal de Ovar dava o padrão das medidas do azeite à Confraria do Senhor da igreja paroquial, para que os almocreves que iressem a Ovar vender azeite só o pudessem medir por aquela medida, dando de esmola à Confraria um quartilho de cada carga ⁽¹⁹⁾.

8. — DESENVOLVIMENTO DA LAVOURA — AS LEZÍRIAS

Elaborou-se, em 12 de Maio de 1525, um «instrumento de Contento e amigável Composição», nas notas do Protonotário Apostólico, Bacharel Afonso de Melres, entre os Cônegos prebendados, Chantre, Dr. Pero Rodrigues, Protonotário Dom Martinho Correia, Mestre-Escola, Pero da Silva, Tesoureiro e Arcediago do Porto, Manuel de Sá, Protonotário e Arcediago de Oliveira, Dom António Fernandes, Francisco Vieira, Rodrigo Afonso, Gonçalo Luís, Pero Lourenço, Jorge Ribeiro, João Álvares Pais, Jerónimo Afonso, Manuel de Lemos e Álvaro Ferreira, «juntos em Cabido e Cabido fazendo por som de Campatanga», e o Conde da Feira, Dom Manuel Pereira. Dizia este tinha semeado, no passado ano de 1524 algumas lezírias em Ovar, colhendo o Cabido, por inteiro, os dízimos e premícias, sem desconto algum. Ora, como tais terrenos, por estarem alagados, traziam, para serem cultivados, grande despesa, punha em dúvida fabricar outras mais, se os Senhores do Cabido «lhes não fizessem alguma quita e compadescessem ao trabalho».

Ficou combinado se pagaria, por inteiro, o dízimo das lezírias fabricadas, anteriormente a este contrato. Quanto a outras que viessem a lavar-se, concedia o Cabido a quarta parte dos dízimos, pagando o Conde o restante e as premícias. Esta «quita e graça» seria para a Casa da Feira e seus descendentes em linha recta e não poderia dar a outra pessoa as terras que cultivasse até à foz de Aveiro. Quem rompesse este contrato, a confirmar pelo Papa, à custa do Conde, pagaria à outra parte 1.000 cruzados de ouro.

Logo a seguir, no dia 22, o Conde recebia, no seu Paço, em Ovar, os Procuradores do Cabido, Cônegos Tristão Pinto e João Álvares Pais, que vinham ver as

lezírias. Concordeu-se que da Togosa, Espinhosela, Talhadouro e Fozelhas se pagariam todos os dízimos e do Monte Salgueiro, Pau, Torrão do Lameiro e quaisquer outras que mandasse abrir ficaria o Conde com a quarta parte dos dízimos para suas despesas, pagando-se o restante ao Cabido ⁽²⁰⁾.

9. — PESCADORES

Desde longa data, sentiram os homens de Ovar o apelo das ondas, chamando-os à faina da pesca. Em alguns pontos do litoral, ficou marcada a sua passagem. De 1725 a 1734, morando em Ovar, encontramo-los no Rio Douro «com todo o genero de redes (...) sendo também pescadores no Mar» ⁽²¹⁾. A última vez que os vemos no Douro é em 1759 ⁽²²⁾.

Porque se furtavam ao pagamento dos dízimos, que pertenciam ao Cabido, houve este, várias vezes, de defender seu direito.

Tinham de pagar o direito da dízima na banca da Praça da Ribeira — a que não faltavam — e também solver aos rendeiros do Cabido o dízimo do pescado em Ovar ou em V. Nova de Gaia, consoante o caso — e aqui principiava a questão.

Pertence «o dízimo do peixe que pescão no mar fora da Barra de S. João da Fós, e na veyta de agoa do Rio Douro, e do peixe meudo que arrastão para a terra, a esta dita freguezia de Ouar, aonde são freguezes, e moradores como também o Dizimo do peixe de Corso que vem a ser Savel, e Lamprea que arrastão nas prayas, e arinhos dentro dos limites da freguezia de Vila Nova de Gaya, a Igreja da dita freguezia de Uilla Nova ⁽²³⁾».

Às vezes, aparece notícia duma pesca famosa: assim em 1731, pescaram no Douro, num só lanço 600 sáveis!

Até 1725, bem pagaram os marmoteiros — eram assim comumente chamados — «sem repugnancia alguma» os dízimos, mas não daí em diante, pelo que o Cabido lhes pôs, em 7 de Janeiro de 1726, um libelo em tribunal, sendo condenados, em 2 de Janeiro de 1732, a pagar as custas dos autos e os dízimos em dívida.

A sentença tinha sido contra «Manoel Rodrigues Brandam, e seus filhos, Antonio Pinto, e seus companheiros, Valentim Soares, e seus companheiros.....». Ao todo nomeiam-se 22 pescadores «e seus companheiros», parecendo tratar-se de 22 companhias. Além destes, cujos nomes se mencionam, foram condenados todos «os mais pescadores da freiguezia de Ouar chamados Marmoteiros que pescão no Rio Douro e mar deste destrito do Porto». É que só pagavam os dízimos, quando estava presente o Rendeiro. Do que pescavam no mar, deviam pagar em Ovar, mas lá diziam que o tinham feito no Porto ... e nem numa ou noutra parte o faziam. Vendiam o peixe no Porto, S. João da Foz, Vila do Conde e outros lados.

Quando viriam os marmoteiros para o Douro? Em 1726, dizia-se tinham começado a pescar aqui, há menos de vinte anos. Eles, porém, afirmavam que, pescando ali, havia mais de quarenta anos, nunca pagaram ao Bispo mais que a primeira lampreia e o primeiro sável (24).

Convencidos a pagar os dízimos, fez o Cabido representado pelo Procurador, o Vigário de Ovar, P.^o António de Sousa Cirne, em 18 de Janeiro de 1734, um contrato de composição «com todos os pescadores moradores» nesta sua freguesia. Reuniram-se, então, na Capela de Santo António, com o Pároco, 127 marmoteiros, dos quais 88 eram lampreiros no Douro e 39 pescavam com chinchorro, no mesmo rio. Presentes também 92 mulheres. Ao todo, pois, 219 pessoas, dedicadas à pesca no Douro (25). Mas não eram ainda todos. Passada uma semana, em 25 de Janeiro, mais 30 apareceram ao Pároco, para fazerem idêntico contrato. Quiseram obrigar-se, como os mais, já que a sentença de 2 de Janeiro de 1732 tinha sido contra todos os pescadores de Ovar (26).

Neste contrato, o Cabido desobrigava-os do pagamento das custas dos autos referidos, que foram 8\$123 reis, e dos dízimos em dúvida, pela «suma miséria dos Reos».

A última vez que, pelo mesmo motivo, foram processados foi em 6 de Novembro de 1760. Ao todo, nomeiam-se 43 pescadores. Estavam em falta os dízimos de 1757 a 1759 (27).

Não será, de todo, despidiendo apontar-se os nomes completos dos pescadores réus, cujos apelidos sejam mais significativos, como ajuda para outros estudos, relacionados com as gentes do mar.

1734: — Manuel Rodrigues Brandão, António André Bitó, Manuel Rodrigues Ouriço, Manuel André, filho do Arrais do Ourré, Manuel de Oliveira Camossa, Francisco de Oliveira Trongaia, Manuel Rodrigues Manteiro, Manuel Rodrigues Ovelha, Manuel Rodrigues Cassaco, Manuel Gomes Faia, Manuel de Oliveira Vinagre, Manuel de Oliveira Rã, António Pinto Chorre, António Rodrigues Tártaro — deve estar por Tártaro, José Rodrigues Faneco, Francisco Gomes Preto, João de Oliveira Belo, Manuel

Rodrigues Sarassa — talvez o mesmo que Sarça, Manuel de Oliveira Cação, Manuel Fernandes Castelhana, João de Oliveira Cação, Manuel Fernandes Castelhana, João Rodrigues Serena, Manuel de Oliveira Manão, Manuel de Oliveira, genro de Diogo da Ligeira, Fernando de Oliveira, genro do Cotuludo, Manuel Finto, genro do Garrido da Praça, Francisco Pinto França, Manuel da Silva Parracho, Manuel Fernandes da Graça, João Lopes Cossário — deve estar por **Corsário**, João Rodrigues Formigal, Francisco, filho do Glórias, Ventura de Oliveira Cadamolho, Francisco Pinto Ramalhadeiro, António de Oliveira Neto e Gabriel Rodrigues His.

1760: — Ventura Rodrigues Sereno, Gabriel da Silva Índio, Bernardo Gomes Cascarejo, José Rodrigues Zagalo, Manuel de Oliveira Massarrão, Manuel André Dornas, João de Oliveira Meireles e Francisco de Oliveira Muge.

NOTAS:

- (1) — Arq. Distrital do Porto — Cabido, 777, fls. 66 e segs.
- (2) — *Idem*, 763, fls. 194 e segs.
- (3) — *Idem*, fls. 207 e segs.
- (4) — A. D. Porto — PO. — 2, n.º 9, fls. 27 v.
- (5) — Cab., 777, fls. 107 e segs.
- (6) — Cab., 777, fls. 22 e segs.
- (7) — Cab. 725, fls. 154 e segs.
- (8) — *Ibid.*, fls. 172 e segs.
- (9) — A. D. Porto — Mitra, 192, maço 4.º.
- (10) — Cab. 763, fls. 207 e segs.
- (11) — *Ibid.*, fls. 218 e segs.
- (12) — Cab., 10, fls. 19v - 20.
- (13) — Mitra, 192, maço 4.º.
- (14) — *Idem*, 757, fls. 1 e segs.; 758, fls. 296 e segs.
- (15) — Mitra, 192, maço 4; Cab. 786, fls. 215 e segs.
- (16) — Mitra, 213.
- (17) — *Idem*, 211.
- (18) — Cab., 763, fls. 41 e segs.
- (19) — Mitra, 192, maço 4.º.
- (20) — Cab. 799, fls. 55 e segs. No «Arq. do Distrito de Aveiro» de 1938, pgs. 68, dá Mons. Miguel de Oliveira um resumo do documento nas suas longas e preciosas notas sobre «A Vila de Ovar — Subsídios para a sua história até o século XVI».
- (21) — Cab., 758, fls. 163 v.
- (22) — *Ibid.*, fls. 258 - 265.
- (23) — *Ibid.*, fls. 161 v.
- (24) — *Ibid.*, fls. 229-266.
- (25) — *Ibid.*, fls. 157-171 v.
- (26) — *Ibid.*, fls. 253-256 v.
- (27) — *Ibid.*, fls. 258-265.

Antologia Aveirense

Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso

Por Roberto Vaz de Oliveira

Presidente da Comissão de Vigilância pela
Guarda e Conservação do CASTELO DA FEIRA

No catálogo dos homens ilustres da Feira, destaca-se, em lugar de merecido relevo, o nome do Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso, uma das mais prestigiosas figuras da Feira, a quem se ajusta a conhecida frase: «um grande homem em qualquer terra grande».

Nasceu em 14 de Abril de 1862, na Casa do Montinho, desta Vila, sita no largo que hoje tem o seu nome.

Era filho de Silvestre de Aguiar Bizarro e de sua mulher, D. Maria Albertina de Sousa Cardoso, por cuja cabeça aquela casa veio à posse da família, neto paterno de Marçal Alves e de sua mulher Maria Máxima e materno do tenente-coronel João Nunes Cardoso e de sua mulher D. Maria Albertina da Gama e Sousa.

Seu pai foi o memorável Mestre da Capela de S. Silvestre, por si fundada, na cidade do Porto, da qual foi director-proprietário.

Seu avô materno veio para a Vila da Feira com o batalhão de caçadores 11, que aqui esteve aquartelado muitos anos: fez toda a guerra peninsular, onde conquistou, pelos seus actos de bravura, a cruz n.º 3 da mesma guerra e as cruzes de distinção pela Campanha da Andaluzia e batalha de Vitória em 1813 e bloqueios de Pamplona e Bayona em 1814 o que lhe mereceu, também, honrosas distinções.

Foi um dos 7500 do Mindelo: como capitão graduado de caçadores 12 alcançou o grau de cavaleiro da Torre de Espada, depois de gravemente ferido nas Antas, durante o cerco do Porto, aquando das lutas liberais, merecendo o oficialato daquela mercê pelo seu comportamento na batalha de Almoester.

Recebeu, ainda, as mercês de cavaleiro da ordem militar de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de

do meu príncipe e meu pupilo
Alfredo Maia fama de Andrade,
para que veja que eu, já mediano
melho, estudo; e estudo muito,
pois se assim não fosse, não
escreveria este livro, que reclama
o direito que lhe querem tirar de ser
a TERRA DE SANTA MARIA e de ter sido
a CIVITAS SANCTÆ MARIE a nossa terra.
Que te sirva de exemplo a minha
aplicação ao estudo, mesmo assim
no fim da vida, e a minha e-
nergia em defender a nossa
terra, mesmo quando o vigor
me vai faltando, com o avan-
çar da idade. Nunca te esqueças.
António Augusto de Aguiar Cardoso

HINO DO CAMINHO DE FERRO DO VALE DO VOUGA

I

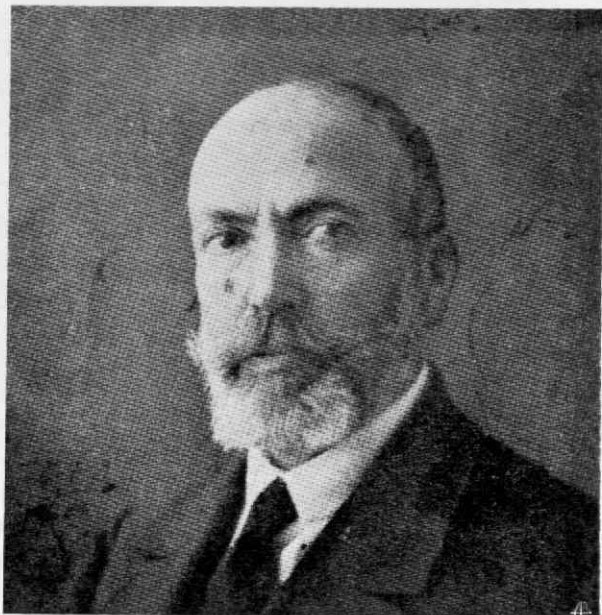
Desde a beiramar à Serra,
Galgando vales e montes
E rios por lindas pontes,
Correndo de terra em terra,
Sem descanso noite e dia,
Espalhas por toda a parte
Indústria, comércio, arte,
Vida, fortuna, alegria.

II

Gentil caminho de ferro
Do Val do Vouga famoso
Caminho sempre frondoso
Onde canta o cuco e o melro,
Nós te cantamos também
Um hino de gratidão
Dos povos da região,
Reconhecendo seu bem.

III

Que uma aventura ideal
Doire a vida desta Empreza
Tão bela, tão portuguesa,
Por honra de Portugal!
E a família ferroviária
Do Val do Vouga mantenha
A união como senha,
Com seus chefes solidária.



Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso

Vila Viçosa, a cruz de S. Fernando de 1.^a classe, de Espanha e o título do Conselho de S. Magestade, pela Junta do Porto em 1847.

O Dr. Aguiar Cardoso cursou, com brilho, o seminário de Santarém, completando os estudos secundários no Porto, findo os quais se matriculou no primeiro ano da faculdade de Matemática, em Coimbra.

Falecendo seu pai, em 1882, abandonou esta cidade

para ocupar o lugar que aquele exercia de director da referida Capela de S. Silvestre, acumulando com o de empresário do teatro, de ópera lírica, de S. João, da mesma cidade do Porto, revelando assim, desde muito novo, a sua vocação para a música, arte que cultivou toda a sua vida, evidenciando-se como compositor e grande músico.

Entretanto frequentou o curso de medicina, que completou em 1892 com altas distinções e classificações, uma das maiores do seu curso, sendo aprovado com louvor no acto final e distinguido com o prémio Macedo Pinto pela sua dissertação inaugural «Contribuição para o estudo da anatomia patológica das ovarites», tendo conseguido tudo sem abandonar as suas actividades musicais.

Recusou a cátedra, facto que o ilustre médico deste concelho Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro comentou, com espírito, em artigo de homenagem publicado no «Correio da Feira», de 9 de Abril de 1932 — «S. Ex.^a deveria há muitos anos ter sido **coagido por utilidade Pública**, já que voluntariamente não cedeu, a reger uma cadeira d'ensino superior, onde não seria apenas professor distinto, mas dos mais ilustres, seguramente, em qualquer das Universidades Portuguesas».

Tirou, ainda, o curso de farmácia.

O Dr. Aguiar Cardoso nasceu sob o signo da força, coragem e da arte, que recebeu do sangue dos seus maiores.



Casa do Montinho, na Vila da Feira, onde nasceu e morreu o Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso

Possuidor de uma vigorosa inteligência, ao serviço de uma sólida erudição, habituado à dureza de um trabalho perseverante e portador de um temperamento austero, conseguiu realizar uma obra notável, o que D. Fernando Tavares de Távora consubstanciou, em justa apreciação — «Para tudo lhe chega o tempo e tudo aquilo de que se encarrega executa com perfeição».

Amável e carinhoso, sobretudo no exercício da sua profissão e no convívio social, que cultivava com elegância de atitudes e de maneiras, tanto se entregava nos braços arrebatadores das suas devoções artísticas, como poeta sonhador que era, como procurava a mais perfeita realização das suas múltiplas actividades, o que conseguia com maestria e notável disciplina mental.

O grande homem de letras — aveirense nato — Dr. Jaime Magalhães Lima, focou este traço fundamental da personalidade do Dr. Aguiar Cardoso, em termos bem expressivos, no número de homenagem que «O Jornal de Estarreja» lhe dedicou «... é assim que o poeta nos obriga imediatamente e sem hesitação a atribuir-lhe aquela excepcional categoria de — poeta prático — na qual Waldez Crane reuniu o carácter fundamental do espírito e da arte de um dos grandes génios artísticos do seu tempo».

Felizmente, há já alguma literatura que auxilia o estudo deste ilustre feirense, entre a qual se destaca o lúcido artigo que lhe ofereceu em homenagem, o que foi distinto médico na cidade do Porto, Dr. António Caetano Ferreira de Castro, publicado no «Jornal Médico», da mesma cidade, n.º 56 de 15 de Maio de 1943, que foi distribuído em separata, sendo um dos mais completos que conheço sobre a vida e a obra do Dr. Aguiar Cardoso.

Também me foi possível colher muitas informações, ainda inéditas, no seu arquivo, que me foi gentilmente facultado.

Começo o estudo das actividades deste ilustre feirense, embora sucintamente e com difícil limitação pela síntese que a natureza deste artigo obriga, pela referência à sua profissão de médico, eixo da sua vida pública, à volta da qual se desdobraram todas as demais actividades, profissão que constituiu, pela nobreza do seu carácter, a sua constante preocupação, na qual confundia o cumprimento do seu dever com a devoção.

Depois de concluído o seu brilhante curso na Escola Médico-Cirúrgica do Porto e de renunciar ao magistério superior, para o que, aliás, estava talhado magnificamente, veio exercer a medicina para a Vila da Feira onde, pela sua competência e muito zelo, conquistou um grande nome.

Em 1893 foi nomeado sub-delegado de saúde e médico municipal, nesta vila, cargos que exerceu até à sua aposentação por limite de idade: pertenceu à Associa-

ção Médica Portuguesa de Lisboa e à Associação Médica Lusitana, do Porto.

Illuminado por altas qualidades profissionais, culto, trabalhador, racionalmente destemido, solícito e muito humano, alcançou um lugar de destaque, em toda esta região, quer entre os seus colegas, quer no meio da sua numerosa clientela e a consideração e respeito de sumidades médicas e de altas personalidades pelas suas situações sociais e seus méritos.

Apesar das variadas e inúmeras preocupações que o assediavam, sempre se manteve actualizado, como bom mestre de medicina, em todas as novidades médico-farmacêuticas, com as quais fácil e rapidamente se familiarizava: as suas conversas sobre medicina, eram lições.

Colaborou assiduamente em diversos jornais e revistas da especialidade, como «Posto Médico», «Medicina Moderna» e «União Médica» e interveio em jornadas que se tornaram de perdurável memória, como seja o Congresso dos Médicos Municipais (Lisboa 1911), promovido pela Associação dos Médicos Portugueses, no qual se destacou ao relatar a tese sobre a situação dos partidos ou vencimentos dos facultativos e honorários de pulso livre e pulso cativo, encargo que desempenhou de forma a merecer, do Dr. Ricardo Jorge, palavras de grande elogio, quando afirmou que ele revelara um estendal de misérias, de vexames e de imoralidades, tendo feito a «Anatomia Normal e Patológica dos partidos».

Do mesmo modo se evidenciou no 1.º Congresso Nacional de Deontologia Médica e Interesses Profissionais, que se realizou no Porto, no ano seguinte, como relator da tese «Medicina pública no meio rural», focando, com invulgar vigor e desassombro, «o que era, em Portugal, a assistência pública, a higiene pública, a medicina judiciária e o funcionalismo médico, editando notas elucidativas às suas conclusões» (citada obra do Dr. Ferreira de Castro).

Desta vez mereceu, do professor Dr. Tiago de Almeida, grande louvor: «Notável relatório que é mais uma afirmação da sua bela inteligência e do seu apurado critério científico».

Notabilizou-se, de modo muito particular, como médico legista, sobretudo no campo da psiquiatria, pelo brilho dos seus exames, relatórios e de outros trabalhos da especialidade que mereceram os maiores e mais distinguidos elogios por parte dos seus superiores, de sumidades deste ramo da medicina e dos tribunais (designadamente dos superiores).

Era citado, pelo sábio professor Doutor Elísio de Moura, nas suas aulas, reputando-o um dos melhores médicos de medicina rural.

Como sub-delegado de saúde e médico municipal, desenvolveu grande e proveitosa actividade e intensas campanhas, como aconteceu no tocante ao cumprimento

da lei reguladora do exercício das tabernas e à extinção da mendicidade na vila, sendo notáveis os seus pareceres para a Direcção-Geral de Saúde.

Meticuloso no que dissesse respeito às suas obrigações profissionais, olhava atentamente para tudo que pudesse interessar à saúde e salubridade pública em todo o concelho, com solícita e oportuna intervenção.

No campo da assistência, além do já referido, o Dr. Aguiar Cardoso evidenciou-se em valorosas e justas campanhas, como adiante se anotará, interessando-se pela construção de um Asilo da Infância, junto do edifício da Igreja da Misericórdia, desta Vila, onde o Dr. Domingos Caetano de Sousa, seu ilustre sucessor na provedoria, fundou o «Abrigo dos Pequeninos», modelar instituição de assistência, que já funciona desde 1940.

Merece também justa referência a acção que ele desenvolveu — como director da comissão administrativa do Hospital — Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de Oleiros e como provedor da Santa Casa da Misericórdia desta vila, em defesa da qual se lançou numa grande e penosa luta para acabar com injustiças que atingiram as que, no país, se apresentavam mais pobres e sem recursos para alcançar os seus fins.

Enamorado, apaixonadamente, pela sua terra natal, deu-lhe o melhor da sua vida em esforço e dedicação, oferecendo-lhe os inesgotáveis recursos da sua inteligência e trabalho para a nobilitar e engrandecer e o vigor da sua pena e a persuasão da sua palavra para a defender, esforço que foi sintetizado, em gosto requintado, pelo Dr. António Ferreira Soares, grande escritor feirense, natural da freguesia de Nogueira da Regedoura, no formoso artigo de brilho literário inexcelável, com que homenageou o Dr. Aguiar Cardoso, no referido «Correio da Feira» de 1932, aquando da sua aposentação.

«... É mais que um homem de paixão por uma causa: isto é um condenado a trabalhos forçados por toda a vida, condenado pelo infinito amor à sua terra... e ao reparar no desabalado amor que ele dá às causas da sua Terra, a gente tem a impressão de que aquela alma descarregou sobre a terra natal o doce e formidável amor que os pais aguentam por um filho.»

Bateu-se na imprensa local pela integridade do concelho e da comarca da Feira, a ponto de repudiar amizades antigas, pelos problemas da administração local e melhor aproveitamento dos seus réditos: como disse o já mencionado Dr. Crispim Borges de Castro — no citado artigo de homenagem «Dir-se-ia que o seu penacho altivo de cavaleiro indomável percorre e vigia desafiante a orla sagrada do nosso território».

Este seu amor bairrista foi a mola propulsora, que

o tornou uma figura destacada entre os cultores da história regional.

Dedicando-se, especialmente, ao estudo das Terras de Santa Maria e do Castelo da Feira, espalhou, por jornais e revistas, trabalhos que, pela sua erudição, elevado critério de investigação, com elegante forma literária, o consagraram como notável investigador histórico.

Sabendo que a sua terra era bela em história, quis na sua propensão catedrática, estudá-la para bem a poder glorificar, ensinando com verdade.

Para enumerarmos alguns dos seus principais trabalhos, lembramos: em jornais da vila — Memórias do Concelho da Feira (79 artigos), Migalhas de História do Concelho da Feira (54 artigos), A Nossa Terra da Feira na Literatura (10 artigos); no «Íripeiro» (três artigos sobre a Terra de Santa Maria — Civitas Sanctae Mariae — Civitas Virginis); no «Portucal»; e ainda, usando uma sua habitual expressão, a «famosa» dissertação histórica — «Terra de Santa Maria — Civitas Sanctae Mariae — Civitas Virginis» (1929), publicada na revista «Instituto», de Coimbra, da qual se fizeram separatas, onde o autor estabeleceu bem a distinção entre a Civitas Virginis — como cidade do Porto e Civitas Sanctae Mariae — designação que reivindica para a Feira, como sede da vasta região que se denominou Terra de Santa Maria.

Outro trabalho, que ainda não foi impresso, diz respeito ao «Brasão de armas do concelho da Feira», que elaborou para satisfazer o pedido que lhe foi feito, pela Câmara Municipal, em 1916, para o estudo do novo brasão da vila, que ele ordenou e foi adoptado até 1942, data em que foi substituído pelo actual, já aprovado oficialmente.

Mais uma vez desenvolveu o seu racional bairrismo, dando a merecida autonomia ao brasão da Feira, aliviando-a da velha e injustificada subordinação ao da cidade do Porto.

Os seus artigos, e trabalhos encontram-se dispersos pelas referidas revistas e ainda pelos jornais do Porto — «Primeiro de Janeiro» e «Comércio do Porto» e pelos locais — «Correio da Feira», «Democrata Feirense», «Vila da Feira» e «Tradição».

O Dr. Aguiar Cardoso encontrou a sua segunda natureza, já que dedicara a primeira exaustivamente às suas obrigações profissionais, no culto e no exercício da música, como manifestação do seu apurado temperamento artístico.

Atávicamente predisposto para ela, desde jovem já acompanhava a orgão nas solenidades religiosas em Santarém, quando aí frequentava o seminário e teve, depois, como já dissemos, que substituir seu pai na direcção da Capela de S. Silvestre, no Porto, tendo em concorrência com os seus deveres estudantis, tomado o en-

cargo de empresário do teatro de ópera lírica, de S. João, naquela cidade, distribuindo muito tempo, que talvez necessitasse para o seu descanso, em organização de festividades religiosas e como organista nos templos da mesma cidade, no que se revelou exímio.

Também o foi como compositor, organista e pianista sendo-lhe conhecidas: para órgão (canto Sacro, um Madrigal e o Vento de Outono); em música sacra (cinco Ladainhas, quatro Avé Marias, três Tantum Ergo, uma Missa, uma Salvé Rainha, um Padre Nosso, dois Salutaris, um Te Deum e dois Veni, Sancte Spiritus); para banda (hinos do Caminho de Ferro do Vale do Vouga», com letra sua e de «Arrifana», em justa homenagem a esta freguesia do concelho da Feira, que ele, como bom feirense, tanto estimava, com letra de Saúl Eduardo Rebelo Valente).

Compôs ainda a «Canção da Tristesa», com letra sua, sob o pseudónimo «Ermitio Moniz».

Organizou, dirigiu e ensaiou a Tuna Orfeão Feirense, fundada em 1912 pelo Dr. António Sampaio Maia.

Reorganizou-a em 1934, como Orfeão Feirense, que se estreou, sob a regência de outro músico feirense, António Martins.

Este grupo coral exibiu-se, quer nesta vila, quer em muitas outras terras do país, com grande êxito e agrado geral.

O abandono a que foi votado o Castelo da Feira, durante muito tempo, levou-o a um estado de ruína

confrangedor, com as suas muralhas a desabar, envolto num matagal selvagem, atestado de uma vergonhosa incúria por parte de quem tinha a obrigação de o conservar e zelar.

Pela fotografia que se publica, onde se vê o Dr. Aguiar Cardoso junto à porta de acesso à torre de menagem, lado norte, pode fazer-se uma ideia do estado em que ele estava.

Quase nada se fazia para o livrar de tão angustiosa situação.

No século passado, a Câmara Municipal da Feira deu-lhe uma assistência esporádica, sempre insuficiente e o Estado raras vezes se lembrava dele. Porém, no princípio deste século, os feirenses começaram a tomar a verdadeira consciência das suas responsabilidades e obrigações para com o monumento, desiludidos das medidas que reclamavam e esperavam, em vão, dos poderes públicos.

Em 1905, alguns bairristas, entre os quais se destacou Afonso Couto, deram a arrancada, iniciando uma intensa campanha de protecção, para o ressurgimento do nosso Castelo.

Entre essa plêiade de homens, surgiu a personalidade do Dr. Aguiar Cardoso, que pelo seu prestígio, encabeçou, com o escol dos feirenses, um movimento contínuo e acelerado de defesa daquela jóia arquitectónica, do que resultou, pela sua acção arrojada e dinâmica, a criação, em 1909, da «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira».

O ARRIFANENSE

HINO DE ARRIFANA

Letra do Ex.^{mo} Sr. Saul Eduardo Rebelo Valente, escrita em 1914

Das nossas ilhas encantadas,
Educo do nosso amor,
E viridante o teu sorriso
Inesperança a linda cor.

Tu o lugar de primazia,
Nesta bela região,
Ora em tolos supplex,
Ponde o nosso coração.

Coro

Arrifana, nossa aldeia, nosso lar,
Linda flor sem igual,
Nem matizado real.

Das serras do teu levante
Te ao mar, lá se pende,
Chilena a ave em decorete,
Murmura hino corado.

Tu o brasão d'antiquidade
E' timbre d'antiquidade,
Por amor da liberdade
Te abraço forte e duro.

Coro

Arrifana, nossa aldeia, etc.

Das tuas verdes colinas,
De tam largas horizontes,
Brota o sol cristalino
A castar em tuas fontes.

Fresca, alegre e primorosa
Bela em tudo es, animal,
Viva! aldeia a mais formosa
Do nosso bom Portugal.

Coro

Arrifana, nossa aldeia, etc.

Música do Dr. Augusto de Aguiar Cardoso

«verdadeira **ala de namorados** que ali se organizou então e que, sem os propósitos aguerridos daquela que tão celebrada foi na Batalha de Aljubarrota, desempenhou deveras, como ela, a mais honrosa e profícua missão» (Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais—O Castelo da Feira, págs. 19). Nela reservou, para si, o lugar de secretário (que pelo que se viu, nesse tempo já não era uma posição modesta), dando a presidência ao benemérito feirense Fortunato da Fonseca Meneres; mas de facto, ele foi, até ao seu falecimento, a cabeça pensante, o mentor e o principal obreiro da comissão, sempre aberto a receber todas as sugestões e pareceres que lhe eram feitos.

A partir d'aí, graças ao trabalho do Dr. Aguiar Cardoso, o Castelo renasceu em toda a sua beleza, graciosidade e valor, como belo monumento militar e preciosa obra de arte que é: viu devastada a vegetação que o danificava e impedia a sua visita e acesso conveniente, consolidadas as suas muralhas e detalhes, completada a sua vedação, restaurado o edifício da sua capela, enfim cicatrizadas muitas das suas feridas, que ele soube, generosamente, tratar e curar.

Salvo da ruína, pôde aguardar que o Estado, em 1935, por intermédio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, iniciasse a sua reconstituição e completasse o seu restauro.



O Castelo da Feira antes das obras de restauro. O Dr. Aguiar Cardoso junto à porta Norte da Torre de Menagem
O seu coração também estava em ruína



O Castelo da Feira em 25 de Maio de 1910.
O Dr. Aguiar Cardoso reúne-se com os seus discípulos

Mas o certo é que, sem o seu esforço, o Estado chegaria muito tarde e teria que levantar, em grande parte, um novo Castelo com as pedras que aí se encontrariam amontoadas e envolvidas na mais degradante flora.

Razão tinha, quando proclamava, na circular dirigida aos feirenses, para a constituição da comissão: «esperar do Estado providências eficazes é dum platonismo escaurinho e irrisório».

Foi esta uma das mais belas jóias conquistadas pelo Dr. Aguiar Cardoso para a sua coroa de glória.

Franqueado o Castelo aos turistas, já em condições de ser visitado, publicou, em 1935, um interessante e útil folheto—«Castelo da Feira—guia do visitante» que, mais tarde, foi revisto pelo Dr. Vaz Ferreira e ainda hoje se distribui.

O seu temperamento vibrante, indomável e firme, servido por uma vasta cultura, com fácil poder de expressão, quer por uma fluente e atraente dicção, quer por uma escrita clara e de brilhante recorte literário, dava-lhe uma supremacia que o tornava, ao mesmo tempo, temido e respeitado nas polémicas. Esgrimia com dedução lógica, erudição e poder de convicção, muitas

vezes duramente, até atingir os limites da intransigência e, por vezes, com perca da serenidade desejada.

Assim acontecia, geralmente, quando se julgava atingido pela impertinência ou inconveniência do seu contraditor, menospreza a sua personalidade e o seu esforço de investigador, ou via contestados princípios que reputava basilares e a que, em seu entender de historiador sério, se devia obediência.

Não era, porém, um obstinado, reconhecendo, honestamente, os seus erros.

Independente como era, a sua consciência não admitia, aos outros, natureza diversa, contrariando-se muito quando estes não respeitavam a razão que ele criava em largos e profundos estudos e prolongada reflexão — «a sua razão» — e não a alheia, embora de facto, por vezes, não fosse essa a perfeita e preferível.

A ténpera do grande polemista inquebrantável, não permitia que se entregasse a situações fáceis ou duvidosas: não tinha duplicidade nem nos seus pensamentos, nem nas suas acções.

Estava habituado a viver certezas, firmando-se no ponto central do círculo das suas razões, em vez de se colocar, como tantos, no vértice comum de muitos ângulos, para poderem alcançar as melhores saídas de conveniência.

As suas principais polémicas originaram-se na defesa do prestígio e dos interesses relacionados com a profissão e cargos que exerceu, com suas implicações sociais, das instituições que representava e dos interesses históricos, morais e materiais da sua terra natal.

Entre elas nomeamos: as que sustentou, nas referidas revistas médicas e, no «Democrata Feirense», com o padre Augusto de Oliveira Pinto que, no jornal da Feira, «Tradição» e sob o pseudónimo «Políbio», contestava ter sido a Feira a sede da Terra de Santa Maria; como membro da comissão permanente da inspecção e fiscalização aos estabelecimentos de venda de bebidas, para que se cumprisse a lei que, no concelho da Feira, estava a ser desrespeitada pelo administrador do concelho no tocante ao funcionamento das tabernas; como director da comissão administrativa do já referido Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde de Oleiros e provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, acusando, a Direcção-Geral de Saúde, da prática de injustiças e arbitrariedades na distribuição de subsídios às Misericórdias, do que resultavam grandes prejuízos para as instituições mais necessitadas, entre as quais se incluíam as que ele representava, campanha que teve o seu epílogo no 3.º Congresso das Misericórdias realizado em Setúbal, em Abril de 1922, onde defendeu, arduamente, a sua tese.

Dela resultou a publicação de um opúsculo, por

ele feito, denominado — «A distribuição de subsídios aos institutos de caridade no último triénio de 1928 a 1930, Porto 1931».

Como secretário da «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira», participou num movimento para impedir, o que conseguiu, a construção de um palacete muito perto das muralhas do monumento, campanha que muito apaixonou a opinião pública, quer dos feirenses, quer de outros sectores do país.

O Dr. Aguiar Cardoso nunca teve motivo para se arrependar da abnegada dedicação à terra natal e ao Castelo: dado o seu prestígio, era homenageado quotidianamente pelos seus concidadãos que muito o acarinhavam com provas inequívocas de consideração e de respeito, assim como hoje veneram a sua memória, lembrando-a com muita saudade.

Recebeu muitas homenagens, entre as quais podemos destacar a que lhe foi prestada, aquando da sua aposentação, pelo jornal local — «Correio da Feira», «O Jornal de Estarreja» e «Jornal de Cambra», em artigos firmados por altas individualidades, por meio de festas artísticas como aconteceu, nesta vila, em 1924, pela Câmara Municipal da Feira, em 1929, dando o seu



Castelo da Feira — Barbacã
Lápide de homenagem ao Dr. António Augusto
de Aguiar Cardoso

nome ao largo fronteiro à casa onde nasceu, pela colocação da sua fotografia na Biblioteca — Museu Municipal, no compartimento reservado àquela «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo»; e, ainda, pela colocação de uma lápide, na barbacã do Castelo da Feira, em Junho de 1940, lembrando quanto esta Comissão ficou a dever, ao seu fundador, durante os 27 anos da sua gerência.

Em 1921 foi nomeado vogal correspondente do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.^a Circunscrição com sede em Coimbra e sócio correspondente da Associação Arqueológica Portuguesa de Lisboa.

A sua vida, obra, memória e a projecção do seu nome através dos tempos, exigem, à actual geração, que amortize, na diminuta parte que lhe é possível, a dívida de gratidão que para com ele contraiu, promovendo a publicação, em volume, dos seus escritos históricos e demais que se julgar conveniente (o que de resto se deve estender aos trabalhos, ainda não reunidos em volume, doutros grandes feirenses), perpetuando-o em bronze, em lugar público da vila e conferindo-lhe, a título póstumo, a alta distinção com que, à Câmara Municipal, é dado galardoar os altos méritos municipais.

Lembramos que esta, na sessão plenária de 22 de Novembro de 1921, aprovou a proposta de Saúl Eduardo Rebelo Valente para que fosse recomendado, à respectiva Comissão Executiva, incluir no seu orçamento suplementar a verba suficiente para fazer face à despesa com a publicação dos trabalhos do Dr. Aguiar Cardoso — mas o certo é que nunca se fez tal publicação.

A cabeça do Dr. Aguiar Cardoso mantinha-se, sempre, em plena e saudável elaboração: mas, nem assim, a sua alma se perturbava ou se confundia.

Descansava no sossego do seu lar, assistido carinhosamente por sua mulher, a senhora D. Maria do Carmo Mota de Aguiar Cardoso, protectora dos pobres, que tanto conforto distribuía pelos que sofriam, completando, pela caridade e piedade, a missão humanitária de seu marido.

Suavisava a sua alma e a tormenta dos seus labores, com o encanto das flores do seu jardim, que cultivava com esmero, jeito e perfeição de um bom jardineiro.

A memória do Dr. Aguiar Cardoso não precisa de ser amparada — para sobressair —: floresce, sempre, na alma de todos os que o conheceram e o vão conhecendo.

Cada ano que decorre depois da sua morte, imprime mais uma pincelada de cor e de luz sobre o quadro da sua vida, que ele próprio pintou e legou à posteridade como guia e para exemplo.

Faleceu na sua casa do Montinho no dia 2 de Março de 1937, deixando à sua terra, em testamento espiritual, uma seara madura, plena de fruto.

No dia seguinte, foi a enterrar no cemitério local e a partir d'aí:

«Começou, então, o gigante do concelho, a dormir no cemitério da Vila o sono eterno, à eterna sombra desse outro gigante — o Castelo da Feira (Dr. Ferreira de Castro — cit. obra)».

E ainda desta vez — não ficou completamente dito quem foi o Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso.

Vila da Feira — Casa das Ribas
Abril de 1970.

Origem da indústria rolheira no Norte do País

Por José d'Almeida Mira

Lamentavelmente, receio bem que esteja ainda por escrever a história da indústria rolheira no Norte do país. Na verdade, não tenho conhecimento algum da sua existência e, muito menos, da sua origem. Tudo o que se sabe relativamente ao início da industrialização da cortiça no Norte do país, perde-se nas mais díspares versões, sobretudo a partir dos anos anteriores a 1900.

Com efeito, salvo elementos concretos em contrário, a explicação da origem da indústria rolheira no Norte chega vagamente até nós, numa transmissão de história falada, muito difusa e imprecisa.

Admite-se, porém, que a indústria rolheira tenha proliferado em **regimen** de artesanato doméstico, tendo

encontrado, inicialmente como mercado de consumo, as caves de vinho do Porto. Seguindo esta linha de orientação histórica, facilmente se compreenderá qual a razão do alheamento narrativo à cerca de uma indústria que se iniciava de modo rudimentar, ou quase medieval. Talvez o vulgo de então não se apercebesse de que se esboçava pela primeira vez, a que viria a ser a maior concentração da indústria rolheira do país, hoje, num total de **207** unidades fabris.

Estas unidades estão repartidas mais densamente pelas freguesias de Lourosa, Lamas e Paços de Brandão. A indústria rolheira estende-se, ainda, sem tamanho



Depois de cozida e escolhida a cortiça é cortada em traços (rabaneação), donde se extraem as rolhas

afluxo às freguesias limítrofes de Fiães, Moselos, Oleiros e S. João de Ver.

Com efeito, pode quase asseverar-se que a indústria rolheira do Norte se encontra quase exclusivamente no progressivo concelho da Vila da Feira.

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No ano de 1912, a indústria rolheira no Norte apresenta-se ainda com uma técnica muito rudimentar, e denunciando manifesto atraso em relação à indústria rolheira do Centro e do Sul do país. Entretanto, a despeito da crise provocada pela guerra de 1914/1918, foi proliferando o surto industrial-rolheiro, embora em ritmo muito lento. Esta agonia prolonga-se até 1925.

o importador «é bom homem» e cumpridor. Mas, por vezes, não é uma coisa nem outra e, por sistema, reclama periodicamente e faz descontos. Há peritos (importadores) especializados neste género de trabalho.

Ora, como ia dizendo, a Inglaterra, é nessa altura, o mercado das rolhas por excelência. Depois, distribui por bom preço esse artigo pelo resto do mundo.

Os desperdícios de cortiça começam também a ser procurados pelo estrangeiro que nos visita e nos compra, e por isso as aparas deixam de ser queimadas nas lazeiras.

1926/27 São anos encorajadores para o industrial rolheiro, pois as rolhas de cortiça são requeridas agora com mais regularidade. Esta favorável situação industrial terá induzido alguns industriais a incrementarem e



Secção de brocas — Os traços são brocados, saindo as rolhas

O Norte desconhece o mundo do consumo. A Inglaterra, procura-nos e transacciona. Exporta-se em regime de consignação. O importador é que dita o preço que entende pagar pela mercadoria. Por vezes, o próspero importador, pretextando que o artigo exportado não oferece condições de apresentação ou aspecto favorável, não só decide não pagar um centavo ao industrial rolheiro como ainda tem o arrojo de exigir uma indemnização, ao que se afirmava, para suprir despesas de transporte e encargos alfandegários.

Hoje, continua a exportar-se as mercadorias sem as mínimas garantias de solvência. Admite-se sempre que

a desenvolverem tècnicamente a sua indústria, o que viria a ser tremendamente trágico e inoportuno, para muitos deles, perante a crise de 1929.

A despeito de uma falta de estruturas coordenadoras, de uma ausência quase absoluta de capacidade industrial, a indústria rolheira do Norte foi-se disseminando pelas freguesias de Lourosa, Lamas e Faços de Brandão. Entretanto, durante o decénio 1930/1940, o industrial nortenho sente-se receptivo a uma técnica mais evoluída, e há muito usada pela indústria rolheira do Centro e do Sul. Mecaniza-se, assim, embora tardia e rudimentarmente, a indústria rolheira e só então a uni-



Secção de escolha das rolhas

dade fabril no Norte perde a sua conhecida designação de palheiro.

EM 1937 É FUNDADA A DELEGAÇÃO DA J. N. C. DO NORTE

Por outro lado, a indústria rolheira espanhola quase se extingue, pois fica tremendamente abalada, durante a guerra civil nesse país. (1936/1939). Durante este período, verificou-se uma maior afluência na procura das rolhas de cortiça em Portugal e o Norte tomava também posição de relevo num maior incremento industrial.

Os dez anos subsequentes caracterizam-se por mais pela proliferação de unidades fabris, dando escoamento a uma procura mais intensiva que por qualquer outro aspecto de modernização tecnológica.

A técnica é, também, então, produto há muito importado, mormente da vizinha Espanha, e já incompatível com as necessidades exigidas pela senda da evolução e progresso.

O período áureo da indústria rolheira inicia-se praticamente a partir do ano de 1950 e prolonga-se até ao fim de 1955.

Assiste-se a uma onda intensiva de consumo a nível internacional, mais reforçada e confundida pela presença da Argentina, durante o governo de Peron. Mas, positivamente, a indústria rolheira também então não procurou reestruturar-se tecnicamente, e se limitou apenas a colher os frutos de uma situação esporádica.

Todavia, esta época sacudiu e despertou ineludivelmente uma noção de consciência comercial, que até então andava muito arredada do industrial rolheiro do Norte. E os mercados, que durante esse período eufórico nos procuravam, depois dessa época, começaram, pela primeira vez, a ser visitados nos seus países por uma grande parte de industriais rolheiros.

Esboça-se, aqui, uma fase de prospecção comercial até então ignorada pelo industrial nortenho, e quebra-se definitivamente o «slogan» bem denunciador de uma ausência de capacidade industrial e comercial: «o vender é em casa, e o comprar é na feira».

Irrompe-se, com efeito, de um torpor industrial e comercial generalizados e dinamiza-se um espírito de comercialização, embora incipiente, mas ousado e competitivo.

Em síntese, assiste-se nestes últimos 10 anos a um inegável recrudescimento geral da indústria rolheira, mas, como sempre, sem um conveniente sentido de orientação técnica e comercial.

POSIÇÃO ACTUAL DA INDÚSTRIA

Há elementos imprescindíveis na composição dos corpos, como existem condições mínimas e fundamentais para a formação e valorização das empresas.

Os alicerces de que emergiu a indústria rolheira não oferecem condições ideais para uma evolução saudável. Mingam os valores humanos na chefia ou Direc-

ção das empresas. Faltam os viveiros de técnicos neste país para estudo de máquinas actualizadas e muito mais produtivas. Faltam as rédeas de um comando autêntico e eficiente nos organismos coordenadores — travando oscilações e crises fabricadas, ignóbilmente, por vezes, pelas empresas mais prósperas, na mira de grandes lucros. Rareia a mão-de-obra qualificada em consequência de uma franca emigração, que de modo algum serve para neutralizar o presente desequilíbrio industrial.

Com tamanhas carências acumuladas, não é fácil admitir uma perspectiva feliz para a indústria rolheira. Contudo, não se pode olvidar os extraordinários e insuplantáveis recursos qualitativos da cortiça, pois bem sabemos que a presença da indústria rolheira adentro dos mercados mundiais se deve mais às excelentes características da matéria prima, que a um processo tecnológico e comercial evoluídos. Mas não se poderá per-

pectuar, por ignorância de uns, e por comodismo ou negligência de outros, este género de confusão comum em que tem assentado a vida industrial rolheira.

Há uma luta grandiosa a travar na defesa de uma grande indústria portuguesa, a indústria rolheira. Nessa batalha de fomento e desenvolvimento técnico, industrial e comercial deveriam empenhar-se os organismos coordenadores, os industriais e o Governo.

Todavia, na qualidade de industrial rolheiro, sou de opinião de que deverão ser os industriais, em permanentes reuniões de trabalho, a estudar os problemas relativos à técnica industrial e comercial. Daqui dirijo o meu apelo aos Ex.^{mos} elementos do Grémio Nacional da Cortiça do Norte, para que coordenem essas inestimáveis reuniões, e assim se inicie e desenvolva um trabalho prático, objectivo e seguro, no estudo dos problemas mais prementes da nossa indústria.



Por aqui se podem avaliar os milhões de rolhas que se produzem diariamente, de que o concelho da Feira é o maior produtor do mundo com 200 fábricas em actividade

O Castelo da Feira na História e na Tradição

(CONTOS E LENDAS)

Pelo Prof. Carlos Gomes dos Santos e Silva

PRÓLOGO

Há seis décadas na freguesia onde nasci, poucas eram as pessoas que não conheciam lendas relacionadas com os mouros do Castelo. Verifico agora o contrário: das novas gerações, raras são as que conhecem alguma coisa sobre essas lendas. Mesmo na Vila, onde, pela proximidade do Castelo, era natural que a memória delas se conservasse mais viva, dá-se o mesmo fenómeno: é insignificante o número de pessoas que delas têm algum conhecimento.

Da mente do povo já muitas lendas desapareceram e outras estão em vias de desaparecer, o que é pena porque algumas são bastante interessantes e dignas de serem conhecidas.

Para que de todo não se perca a sua memória, se faz a presente publicação, trabalho muito incompleto, mas que terá o merecimento de servir de estímulo e de dar uma pequena ajuda a outros escritores que, com

conhecimento mais amplo e perfeito do lendário do nosso Castelo, venham a tratar deste assunto. Assim poderá um dia aparecer um trabalho completo que muito enriquecerá o património cultural do nosso concelho.

* * *

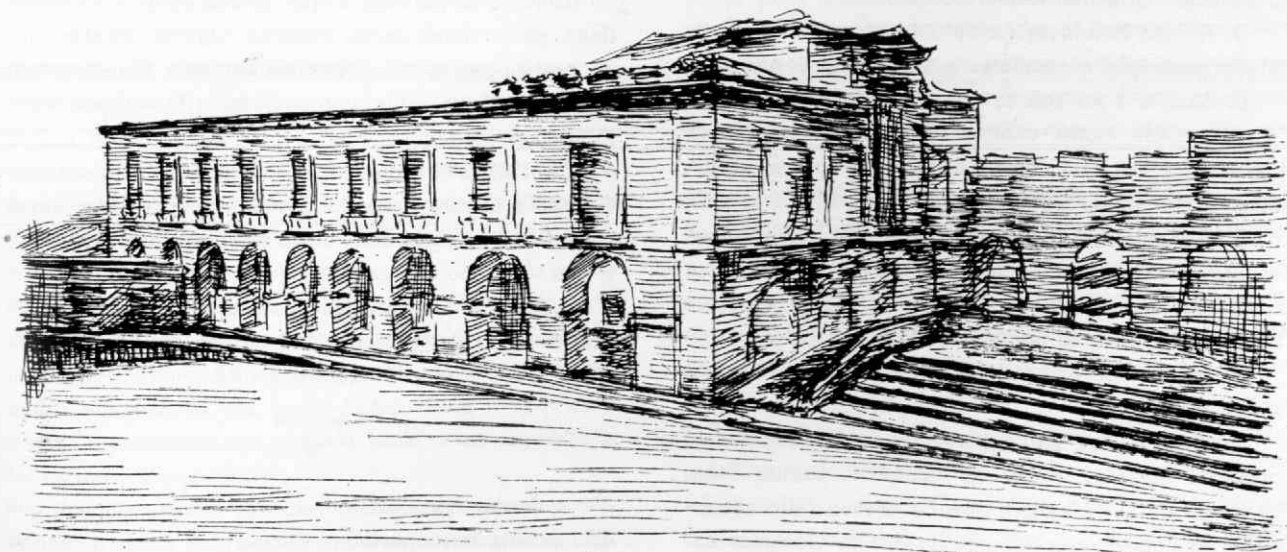
O CASTELO DA FEIRA

Breve resenha histórica

Fortaleza militar, cuja primeira construção se perde na nebulosidade dos tempos, ergue-se altiva e imponente no cimo de um outeiro de onde se abarca uma paisagem deslumbrante.

Quem a fundou?

A tradição oral e mesmo escrita, diz que foram os mouros, mas é facto que não pode merecer contestação que, quando estes invasores chegaram ao local onde se



Paço dos Condes da Feira

encontra o castelo, já lá existia um povoado. A comprová-lo, há três inscrições romanas ali encontradas, uma em 1912, outra em 1917 e a última em 1937.

Diz a primeira:

«Ao benevolo deus Tueræus consagrou este monumento Arcio, filho de Epeico, bracaro de nação».

E a segunda:

«Lucio Latrio Bleso cumpriu de boamente o voto que fizera a (o deus) Bandevelugus Toiraecus.»

A terceira está bastante mutilada, pelo que não é possível fazer a sua leitura.

Estes achados sugerem-nos em primeiro lugar a existência de um templo. Ora, para haver um templo, era preciso que o povoado tivesse certa importância. Em segundo lugar, a circunstância da localização deste povoado no cabeço de um outeiro, aliada à importância que forçosamente temos de atribuir à povoação, leva-nos a crer ter havido no local um castro ou castelo, erguido para defesa dos seus moradores. É, portanto, verosímil atribuir a fundação do castelo aos romanos e não aos mouros como refere a tradição.

* * *

Permaneceu a fortaleza na obscuridade durante muitos séculos.

A primeira referência verdadeiramente histórica foi registada pela *Chronica Gothorum* que diz: Era MLXXXIII).Xc calend. aprilis rex donnus Vermudo habuit victoriam de mauris, pugnavit cum eis, et cepit ibi regem eorum Cemia in Villa Cesari in territorio castelli S. Marie.

Eclarece-se que esta data está errada, pois Bermudo III faleceu em 1037. (Enciclopédia Luso Brasileira).

Daqui em diante, a existência do castelo acha-se bem documentada, como vamos ver.

Osberno, 1147, fala-nos dele: Est castrum quod dicitur Sanctae Marie interfluvium Doira.

D. Afonso Henriques furtou-o à mãe e com a ajuda da sua guarnição a combateu e venceu em S. Mamede.

D. Sancho I no seu testamento refere-se-lhe: ... et Castello sancte marie, uxor mea, Regina Domna D., et filie mee ad tutionem corporum. et rerum suarum intrare vulerint recipiantur a Militibus ...

D. Dinis doou-o à sua esposa rainha Santa Isabel. Em 1323, na sua revolta contra D. Dinis, seu pai, por causa do bastardo Afonso Sanches, D. Afonso, o futuro D. Afonso IV, dele se apoderou.

D. Pedro I fez dele menagem a Gonçalo Garcia de Figueiredo.

D. Fernando fez mercê das terras de Santa Maria ao conde de Barcelos, irmão da rainha D. Leonor Teles. Por morte de D. Fernando, este D. Afonso Tello apoderou-se do castelo, mas foi vencido por D. Gonçalo Coitinho que, num rasgo de heroísmo o conquistou para o

serviço do Mestre de Avis. Mais tarde, já senhor da coroa de Portugal, D. João I fez mercê dele (não das terras que ele encabeçava) a João Rodrigues de Sá, mercê confirmada depois a seu filho Fernão de Sá por el-rei D. Duarte. Como D. João Afonso Tello se havia declarado por Castella, el-rei D. João I doou todas as terras que lhe pertenciam (as terras de Santa Maria) a Álvaro Pereira e na posse dos Pereiras elas se conservaram até à extinção da Casa da Feira e sua incorporação na Casa do Infantado. Temos assim, na altura da doação, o domínio do castelo separado do domínio das terras de Santa Maria. Ora a posse do castelo tinha mais de honorífica do que de proveitosa. Por isso a família dos Sás se foi desinteressando dele, deixando-o chegar a um estado de verdadeiro abandono. Valendo-se desta circunstância, Fernão Pereira, terceiro Senhor das terras de Santa Maria, representou a D. Afonso V no sentido de este monarca lhe fazer mercê do castelo, pois «à sua própria custa o queria corregger, refazer e reparar de muros, paredes, casas e todas as outras coisas que fossem necessárias para sua fortaleza e defesa». Concedida a mercê que pedira, desobrigou-se do compromisso tomado, fazendo-lhe todas as obras necessárias.

Conservou-se o castelo na posse dos Pereiras até ao falecimento do oitavo conde D. Fernando, último do seu ramo por ter falecido sem sucessão. Por esta razão D. Pedro II integrou-o na Casa do Infantado. Revertendo posteriormente à coroa veio a ser incorporado com suas terras anexas, nos bens da Casa do Infantado, os quais, subsequentemente ao triunfo da monarquia liberal, foram vendidos em hasta pública (1837). Daqui em diante entrou em verdadeiro período de abandono. Mais tarde (1881) por efeito do relatório apresentado por Inácio de Vilhena Barbosa publicado no D.º do G.º n.º 62 daquele ano, foi classificado de monumento nacional.

Durante o período a que esteve votado ao abandono pelas autoridades, recebeu algumas benfeitorias de particulares que se interessaram pela sua conservação, evitando-se assim que se viesse a tornar num montão de ruínas.

Em 1909 foi criada uma «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira» que, como o título indica, se atribuiu a sua vigilância e conservação, o que tem feito até ao presente.

A Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais em trabalhos prolongados de 1935 a 1938, restituiu-o ao seu maravilhoso esplendor quatrocentista.

* * *

A forma do Castelo não foi sempre aquela que actualmente nos apresenta. Passou por diversas reconstruções e em várias épocas que lhe modificaram a feição.

«A grandiosa fábrica de linhas sóbrias e majestosas, não é já senão em parte mínima, aquele velhíssimo Castelo denominado de Santa Maria».

Algumas das reformas e reconstruções por que passou, facilmente se podem reconhecer ainda:

nos vestígios romanos que ficaram na entrada da torre;

nas paredes da torre de menagem, numa linha irregular de antigas ruínas diferenciadas pela alvenaria miúda em contraste com a cantaria grossa e aparelhada;

nas antigas muralhas da torre, reforçadas com pedra grossa pela parte de dentro;

nos restos de uma construção anterior ao século X ou XI, numa velha ameia ao Norte;

e finalmente, na grande reconstrução de Fernão Pereira.

A actual forma arquitectónica do Castelo deve remontar ao tempo de D. Afonso V.

PAÇO OU ALÇAÇAR DOS CONDES

Quem visita o Castelo fica admirado de não encontrar quaisquer dependências que pudessem ter servido de moradia aos seus ilustres senhores — os Condes da Feira — e então faz-se esta pergunta: onde viveram?

Na vasta esplanada ou praça de armas do castelo tiveram eles o seu alçaçar. Hoje está tudo limpo, sem quaisquer vestígios que nos possam dar a conhecer a sua existência.

Abandonado pelos homens, o tempo o tomou à sua conta e o fez derruir. Fazia pena ver aqueles montões de pedra, cobertos de silvas a mostrar ao visitante o desleixo, o desinteresse das pessoas ou entidades responsáveis pela sua conservação.

Que contraste entre as suas pedras tombadas e a grandiosidade da torre de menagem. Mas, mesmo caídas, aquelas pedras tinham ali o seu lugar próprio. A arcaria, as varandas e portas ornamentais de granito, eram dignas de ser conservadas mesmo em ruínas.

Velhinhas de séculos, apesar de mortas, aquelas pedras davam vida ao ambiente porque eram páginas da história a falar ao visitante. Uma ideia em má hora germinada fez demolir em 1929 os restos do Paço dos Condes e transportou-os para a Vila onde os reergueu. Foi um erro. Ainda se toleraria que, por falta de verba para a sua reconstrução, o alçaçar fosse removido para desobstrução da esplanada, mas nunca para ser levantado noutro sítio. O dinheiro gasto no transporte de pedra e nas obras que foram feitas, devia chegar para a sua reconstrução no próprio local onde se poderia ter criado um belo museu.

Demais, aquelas pedras fora do seu ambiente, nada poderiam dizer ao forasteiro que as contemplasse. Enfim, o sacrilégio foi tão grande, que até a própria Natu-

reza, indignada com a passividade dos homens perante aquele atentado de lesa-história, se revoltou e, tão violentamente, que acabou por tudo destruir. (Ciclone de 15 de Fevereiro de 1921).

Que saibamos, por culpa dos homens, nada resta hoje do que foi o Alçaçar dos Condes da Feira.

O CASTELO NA LENDA

A SUA CONSTRUÇÃO

Quando eu era criança, gostava de ouvir às pessoas de idade as histórias que, a propósito do castelo, elas contavam dos mouros e das mouras encantadas. Por mais inverosímeis que fossem, os seus narradores imprimiam-lhes sempre um ar de verdade, verdade que talvez eles mesmos acreditassem. É baseado naquelas narrativas que fundamento o presente trabalho.

Sabe-se hoje que a primitiva fortaleza sobre que assenta o actual castelo não foi obra de mouros, mas todas as narrativas o dão como obra sua. Ouçamos a linguagem do povo a propósito da construção do castelo:

«Os mouros eram homens extraordinários portadores de uma grande civilização, valentes, decididos e trabalhadores, mas as mouras não lhes ficavam atrás nem no amor ao trabalho, nem na decisão, nem na sua valentia. Quando os homens iam para a guerra, elas substituíam-nos em todos os trabalhos. Como estas terras pela sua configuração não ofereciam grandes possibilidades de defesa e havia sempre o perigo de uma guerra, pois os cristãos estavam perto, resolveram construir uma grande fortaleza onde, em caso de ataque, se pudessem refugiar e defender. Os que aqui habitavam eram poucos e a obra a construir grande demais para eles. Um dia reuniram-se em conselho todos os mouros das redondezas para avaliarem das suas possibilidades sobre a construção. Verificaram então que os homens disponíveis eram insuficientes para a levarem a cabo e desistiram. Ao saberem desta resolução logo as mulheres acudiram, dizendo em tom firme: avante com a obra; nós ajudamos. E assim fizeram. Escolhido o local, traçada a planta no chão, deu-se começo à construção e era digno de ver-se o esforço e entusiasmo com que iniciaram os trabalhos. Falava-se de inimigos, era preciso andar depressa. Os homens encarregaram-se do levantamento das paredes e demais serviços e as mulheres do transporte dos materiais. Causava espanto e admiração como elas carregavam à cabeça e traziam enormes pedregulhos, enquanto, para não atrasarem os serviços domésticos, iam fiando o linho e a lã com que haviam de tecer as suas roupas. Da mesma forma transportaram também as madeiras. Com esta ajuda a obra crescia a olhos vistos e em pouco tempo ergueu-se a notável

fortaleza, tão sólidamente construída que nem os homens nem o tempo jamais conseguiram vencer e destruir e ainda hoje a vemos ali a desafiar os séculos.

VER A SINA

Das várias lendas referentes aos mouros e ao castelo que a tradição popular trouxe até nossos dias, apenas temos conhecimento de uma que nos foi transmitida por escrito. É seu autor o P.^o José de S. Pedro Quintella, Cónego secular de S. João Evangelista no Mosteiro da Feyra e Vigário da Parochia de S. Nicolau da mesma Vila.

* * *

(Respostas dadas a um questionário pelo P.^o José de S. Pedro Quintella, Cónego Secular de S. João Evangelista no Mosteiro da Feyra).

Extracto do Grande Dicionário Geográfico de Portugal-manuscrito (Vol. XV, fls. 195 e segs.) que se guarda na Torre do Tombo — 1758.

«Em resposta a pergunta 22.^o e com referência a antiguidades: (A segunda é no dia 24 de Junho, no qual dia todos os homens que servem, e têm servido a República, montados a cavalo com a bandeira da Câmara adeante e os Vereadores com as suas insignias, vão um ano à freguesia de S. João de Ver e nesta Igreja se canta uma missa e outro à freguesia de S. João da Madeira, do mesmo modo. Chama-se nesta terra a esta função «Ver a Sina». Não sabemos a sua origem e a notícia que temos referiremos no compendio das coisas menos verosímeis).

Notícia apêndice das Coisas menos Verosímeis.

—A tomada do Castello aos mouros, só anda nas tradições do vulgo, o qual assevera que o primeiro Conde da Feyra, intentando conseguir a terra, a posse do Castello, e do título por indústria, prendera o cão que era fiel guarda de todo elle, a qual falta foi muito sentida de seus senhores, e que tendo-o uns poucos de dias sem comer, ajustou o dia do assalto para a manhã do dia vinte e quatro de Junho, dia festivo por ser do Baptista e que levando o cão atado e faminto, enquanto a sentinela da Porta chamada da Traição, por isto mesmo se detivesse em o festejo do achado cão e sua fiel companhia; podiam entrar repentinamente e assenhorearem-se do Castello, como fizeram e por esta causa se diz que ficara a obrigação de irem todos os anos os homens que têm servido e servem a República, a S. João da Madeira, ou a S. João de Ver da sorte que dissemos acima; e por esta razão lhe chamaram a «Sina».

Ao lermos a notícia de que o primeiro Conde da

Feyra intentara «conseguir a terra e a posse do Castello» o nosso pensamento vai imediatamente para o primeiro conde da Feira, da estirpe dos Pereiras (1452). Se assim fosse, esta lenda seria absurda, pois, nesta data havia mais de dois séculos que os mouros tinham sido expulsos de Portugal. Mas não é a este conde que a lenda se refere como vamos ver.

Diz o Doutor Aguiar Cardoso na sua obra «O Brasão de Armas do Concelho da Feira»:

«D. Munio Viegas, também conhecido por Muninho Viegas, o Gascão, o célebre cavaleiro protagonista da tomada do Porto aos mouros, o principal herói desses retumbantes sucessos que o escudo d'armas da Feira, como o antigo do Porto e doutros concelhos consagra, foi conde das terras de Santa Maria».

«Comes dominus Munnius Benegas, prolixe Egeas Erotis. dominante in terra Sancta Maria» (most. de S. João de Ver. Escrip. de 10 de Junho de 1012) cit. pelo dr. Gonçalves Coelho na Memória Arqueológica «Notre Dame de Vendôme et les armoires de la Ville de Porto», ed. de 1907-fls. 5. D. Garcia Moniz filho do anterior» Este morreu em hua batalha que deu aos mouros em terra de Santa Maria» Vidé Catálogo dos Bispos do Porto de Dr. Rodrigo da Cunha, ed. primitivamente em 1623 e reeditado em 1742 — Parte I fls. 10 e 282.

D. Men Lucidio, notável senhor da Feira a quem se atribui, juntamente com os outros fidalgos, a reedificação da Feira por 990 com a denominação de Vila de Santa Maria — Pinho Leal ob. cit. vol. 3.v fls. 115. Atesta que foi Conde de Santa Maria o seguinte documento transcrito pelo Dr. G. Coelho (ob. cit. fls. 13).

In dios regnante serenissimus Alfonsus imperator obtinente comite Menendis prolex Lucitu Sancta Maria ... Monast d'Anta — Festam do ano de 1037».

O Conde a que se refere a «Sina» deve ser aquele D. Munio Viegas ou seu filho D. Garcia Moniz, mas, por certo aquele.

* * *

Durante largos anos os vereadores da Câmara da Feira foram a S. João da Madeira e a S. João de Ver assistir à missa que, em acto de Sina, ali se cantava. O cumprimento desta obrigação acha-se registado nas actas das sessões da Câmara Municipal da Feira, em alguns livros da escrita do Tesoureiro e em registos de mandados de pagamentos e da conta corrente com a tesouraria. Segundo o que nestes livros ficou registado, ainda nos anos de 1840, 1842, 1844, 1848, 1850, 1852, 1858, 1862, 1864, 1870, a Câmara incorporada com as pessoas da governança foi a S. João de Ver tomar parte na Missa da Sina.

A SUA TOMADA PELOS CRISTÃOS

Ben lussef era o governador do Castelo. Entre ele e Cale, terra em poder dos cristãos, havia uma espécie de terra de ninguém (ermanato) que separava as duas comunidades.

A fama de que em Cale um rico homem tinha uma filha dotada de grande beleza e ainda maior bondade, que todos os dias distribuía aos necessitados que a procurassem junto a uma pequena ermida consagrada a Santa Maria, tinha chegado ao Castelo. Ben lussef levado pela curiosidade, quis certificar-se do que poderia haver de verdade nas informações que recebia dos seus espias. Vestido de pedinte, aproximou-se de Lia (assim se chamava a filha do rico homem) e esmolar um bocado de pão. A beleza da donzela logo o fascinou e ele passou a ser um dos seus pobres mais assíduos, não obstante uma imposição que ela fazia aos seus protegidos: logo após a refeição, todos tinham de entrar na ermida para dar graças a Deus. Ben lussef não sabia orar mas logo tomou o compromisso de aprender a rezar com a donzela. Depois de ter aprendido era ele que aos olhos de Lia rezava com mais fervor. Durante muito tempo recebeu das mãos da sua benfeitora substancial refeição e na ermida fez as suas orações. Com esta prolongada convivência nasceu no moiro uma grande paixão que já não podia reprimir por mais tempo. Então, um maldoso pensamento lhe tomou conta do cérebro: Lia havia de ser sua.

Mas como, se ele lia no Alcorão e ela nos Evangelhos de Cristo?

Falar-lhe de sua paixão? Seria deitar tudo a perder, podia até ser o fim das tréguas em que há muito viviam mouros e cristãos. Mas ele não era homem para recuar diante de uma dificuldade ou desistir de qualquer empreendimento que houvesse projectado. Num momento a sua imaginação fértil em estratégias, tinha-lhe mostrado como seria possível conduzir Lia ao Castelo sem correr grandes riscos, nem perturbar as suas relações com os cristãos. Entre Cale e o lugar que hoje chamamos Areinho, completamente despovoado naquele tempo, havia um denso bosque que lhe facilitaria os seus planos de rapto.

Depois de bem estudado o local e demarcado um trilho através da floresta que lhe dava saída para o ermanato, mandou por um seu súbdito, disfarçado de cristão, e que bem conhecia a sua língua, construir nos estaleiros de Cale um barco que pudesse transportar três cavalos com os seus cavaleiros. Este barco depois de construído, foi levado para o referido local do Areinho e ali ficou a aguardar as ordens de lussef. Entretanto o moiro mandou aparelhar seis cavaleiros a quem deu as seguintes instruções: ao fim da tarde, Lia será surpreendida na ermida e, num golpe rápido, amordaçada

e de olhos vendados, posta sobre um dos cavalos e logo encaminhada na direcção do barco.

Antes, porém, a meio da floresta, sair-lhe-ão ao encontro os outros três cavaleiros que, para o efeito, ficarão emboscados e tomarão conta dela, internando-se imediatamente na espessura do arvoredo.

Entretanto os primeiros, agora vagarosamente para que possam ser vistos e seguidos pela multidão que, é de esperar, acorrerá, se aproximarão do barco, nele se embarcando em direcção à outra margem, para despistar, levando com eles um vulto que, visto à distância, dê a ideia de ser Lia.

Enquanto a multidão ficará a vociferar contra os do barco, Lia pelos caminhos previamente estudados, será conduzida ao castelo.

Acalmado o tumulto, os do barco, depois de o terem abandonado à corrente que o levará para o mar, regressarão à fortaleza.

Assim foi feito e tudo correu conforme o imaginado.

Quando tiraram a mordaça e a venda a Lia, já ela estava no castelo na presença de lussef — aquele pobre a quem ela às sextas-feiras dava de comer. Ao ver-se prisioneira no castelo à mercê daquele pedinte, agora mudado em poderoso mouro, mal teve tempo de implorar a protecção da Virgem Santa Maria da sua ermida. Uma forte convulsão a sacudiu e caiu inanimada. Grande foi a aflição de lussef que logo chamou os seus físicos a reanimá-la. Quando voltou a si, interpelou violentamente o mouro:

— Vilão, como te atreveste a cometer tal infâmia, sabendo que eu era cristã e que por isso nem com promessas, nem com ameaças, nem com sevícias consentiria que te aproximasses de mim?

De mim nunca nada alcançarás. E, para que morram em ti tão depressa as tuas esperanças como em mim morreu a liberdade, com o fim da minha vida, tudo se acabará para ti neste momento.

Dizendo isto, num repelão, lançou-se contra lussef e, arrancando-lhe do cinto a adaga, com ela se feriu profundamente no peito, caindo inanimada a jorrar sangue. Tudo isto foi tão rápido que ninguém pode impedir este tresloucado gesto de Lia.

Durante muito tempo inconsciente, esteve entre a vida e a morte: mas os cuidados, desvelos e atenções que lussef lhe prodigalizou e, sobretudo o respeito com que por ele foi tratada, salvaram-lhe a vida e restituíram-lhe a saúde. Lia assim tratada, já não olhava o mouro com ar agastado, já não o repelia. Confiante nas promessas que ele lhe fizera, pedia-lhe que estivesse junto de si para a ajudar a rezar. Logo que pôde, mandou um mensageiro a seu pai, contando-lhe o que se havia passado, mas que se achava bem e que dentro em pouco estaria com ele. De facto, poucos dias depois Ben lussef

fez conduzir Lia a casa de seu pai, onde disfarçadamente passou a visitá-la.

Lia, durante a sua permanência no castelo, tinha-se mostrado tão firme na sua crença, tão confiante na protecção da Virgem da sua ermida, e rezava com tal fervor que Ben Iussef, perante aquela fé viva, sentiu-se tão abalado que acabou por abjurar o Alcorão e abraçou o cristianismo. Feito cristão por amor de Lia debaixo do maior segredo, pediu a sua amada em casamento. Realizado este também secretamente, Lia voltou ao castelo.

A sua beleza, a sua dignidade, a sua bondade nata, conquistaram a guarnição e ela soube aproveitar-se desta circunstância para, embora muito veladamente, ir introduzindo ali a semente do Evangelho. A paz entre cristãos e mouros era completa e Lia sentia-se feliz. O tempo ia decorrendo sem que nada empanasse aquela felicidade, mas para que mais uma vez se constatasse a veracidade do acerto que diz «não há bem que sempre dure» um ambicioso irmão do governador, de nome Ben Alígula, invejoso daquela felicidade, e, sobretudo, coiboso do mando, tendo suspeitado que Lia continuava a ser cristã e procurava introduzir ali aquela doutrina com conhecimento de Iussef, correu a Córdova, de cujo Califado o castelo dependia, onde fez a denúncia e obteve a sentença de morte, ficando ele governador. Regressado ao castelo, ordenou a prisão de Iussef e de Lia, mas deu-se um caso extraordinário: ninguém cumpriu as suas ordens. Então Ben Alígula desesperado e temeroso de que a guarnição o assassinasse para que seu irmão continuasse governador do castelo, apunhalou-o cobardemente. Houve tumultos e um princípio de revolta, mas Lia conseguiu acalmar os espíritos e levar os soldados a obedecer, dizendo-lhes que o poder vem aos homens por vontade de Deus, pelo que se deviam submeter às ordens do Kalifa de Córdova e, portanto, obedecer ao novo governador. Ben Alígula, vendo-se obedecido, deu cumprimento à sentença que condenava também Lia à morte. Porém, com receio de que a sua execução no castelo pudesse provocar novas desordens e até uma revolta, entregou-a secretamente a um pelotão executor a quem deu as seguintes instruções:

— Levai-a até Corujeiras (Corujeiras é um dos montes vizinhos do castelo, situado a norte, em terras de S. João de Ver) e naquele cabeço, cujo daqui vejo, abri-lhe as veias e recolhei o seu sangue neste vaso e trazei-o para eu dar aos meus perros. Depois despi-a, queimai-a e lançai as suas cinzas ao vento. Que dessa serpente venenosa que aqui entrou, não fiquem vestígios. Tudo isto, de olhos vendados, ouviu Lia.

Encomendando a sua alma a Deus e pedindo protecção à Virgem Santa Maria, sem um protesto, sem um queixume, deixou-se conduzir ao lugar do suplício.

Depois de uma boa caminhada, num sítio ermo que

não podia ser visto do castelo, os soldados fizeram paragem e um deles dirigiu-se a Lia:

— Irmã, não vos assusteis, não é aqui o lugar do suplício. Eu vou tirar-vos a venda, mas é por bem. (Lia tinha ensinado a muitos soldados que todos eram irmãos em Cristo e era assim que na intimidade se tratavam).

— Ah! És tu Jineff? Como o destino é cruel. Serás então tu um dos meus carrascos? Tu em quem eu depositava toda a minha confiança? Meu Deus, terei de sofrer esta afronta antes de morrer? Deus meu, fazei com que eu possa perdoar aos meus carrascos, principalmente a este.

E aquela infeliz desatou num choro convulsivo que a todos consternou.

— Senhora, minha boa irmã, calmai-vos. A Virgem entregou-vos nas minhas mãos para vos salvar de morte tão ignominiosa. Aqui tendes estas vestes de homem, este bordão e esta sacola. Assim disfarçada de pedinte podeis alcançar a casa de vosso pai.

— Perdoa-me, Jineff, por ter duvidado de ti, mas não posso aceitar o teu oferecimento. Não devo salvar a minha vida à custa da vossa. Não tendes vós de apresentar o meu sangue a Alígula?

— Tranquilizai-vos, irmã. Nós daremos o nosso sangue por vós. Só vos pedimos que nos ajudeis porque sabeis tratar melhor das feridas do que nós.

Lia, depois de muito protestar, porque não queria que eles arriscassem a sua vida por amor dela, tendo-se convencido de que podia salvar-se sem que os soldados corressem perigo, acabou por se submeter à sua vontade. Com um estilete que Jineff havia levado abriu-lhes as veias que após a recolha do sangue, ia laqueando com segurança. Feito isto, Lia, depois de uma triste e emocionante despedida, pôs-se a caminho de Cale e os soldados dirigiram-se ao cabeço onde derrubaram algumas árvores e fizeram uma grande fogueira que se avistava do Castelo. À noite Jineff apresentou-se a Alígula:

— Missão cumprida aqui testemunhada com as suas vestes e o seu sangue.

* * *

Lia em casa de seu pai tinha interiores assomos de revolta e, insensivelmente, deixava-se arrebatada por um mesquinho espírito de vingança mas, caindo em si, logo sentia grande angústia por se conhecer dominada pelo ódio, pelo desejo de vingança.

— Vingança! Palavra terrível, sentimento indigno de uma alma cristã.

Vingança! Arreda, tentação má. A minha alma não será manchada com tão odioso pecado.

Vingar-me? Pagar o mal com o mal? Não, nunca. Mas deixar-me-ei ficar indiferente perante tão horrendo crime? Também não.

Com estes pensamentos desconstruídos, dirigiu-se à ermida e, prostrada diante da imagem da Senhora Santa Maria exclamou:

— Senhora, ilumina o meu espírito, ensina-me o que devo fazer nesta conjuntura tão dolorosa.

Depois de uma longa meditação, exclamou, cheia de alegria:

— Obrigada, Senhora, pela luz que trouxeste ao meu espírito.

Aquela luz, aquele cício divino, num relance, tinha-lhe ensinado como se poderia vingar sem ódio, sem rancor, ou mais exactamente, como se poderia vingar sem vingança.

Aproximou-se de um espelho e contemplou-se por instantes. Era ainda bela, de uma beleza que se poderia classificar de fascinante.

— Senhora — exclamou — dai-me coragem para eu transformar esta beleza em fealdade.

Em cima de uma mesa colocou um bisturi, uma agulha, linhas pensos e bálsamo. Com o bisturi rasgou a face, golpeou as pálpebras e abriu os cantos da boca. Depois coseu as carnes e colocou pensos com bálsamo sobre as feridas. Quando, passados tempos, tirou os pensos e se viu ao espelho, não se achou feia, achou-se horrível, impossível de ser reconhecida fosse por quem fosse. Porém, em vez de ficar triste, aquela fealdade entusiasmou-a. Já podia agora pôr em prática o seu plano de vingança sem ódio, sem rancor, sem vingança.

* *

Da antiga estrada romana de Olissipo a Bracara Augusta que passava próxima da povoação que hoje chamamos Albergaria da freguesia de S. João de Ver, partia um atalho que ia dar a umas nascentes que, correndo para Oeste iam abastecer uma pequena povoação existente onde hoje é a Vila, sede do concelho. Uma das fontes pela pureza da sua água, tinha fama de miraculosa e a ela recorriam, não só as pessoas das proximidades, como outras vindas de muito longe. Ali permanecia uma pobre mulher a esmolar que ensinava o caminho da fonte miraculosa. Pois Lia iria substituir a pedinte e uma vez ali, fácil lhe seria pôr em prática o projecto que havia imaginado. E assim fez. Lia era agora a velha da água. Jineff vinha vê-la muitas vezes e passavam horas em confidência.

* *

No castelo existiam vias secretas e do seu conhecimento havia participado Lia por intermédio de Ben lussef. Para poder levar a cabo o imaginado projecto,

informou Jineff minuciosamente de todas elas, bem como dos perigos que correria qualquer intruso se um dia viesse a penetrar no seu interior.

Há memória de três vias: a Grande Via que, saindo do castelo, se dirigia para o rio Caster, utilizada para levar os cavalos a beber, podendo também servir para dar escápula à guarnição em caso de aperto. A outra dirigia-se para o Norte e passava por baixo da Praça Velha, indo terminar numa grande caverna que servia de cofre, onde os mouros guardavam o produto dos seus saques (A praça velha é o largo que fica em frente à Câmara Municipal). Havia ainda uma terceira de uso e conhecimento exclusivo do governador que comunicava com a sua alcova.

* *

Quando ficou familiarizado com todos os esconderijos e senhor de todos os seus segredos, Jineff ia começar a agir conforme as instruções dadas por Lia. Principiou por espalhar certos boatos que trouxeram o desassossego ao castelo. Durante a noite passavam-se também coisas extraordinárias: ouviam-se ruídos cuja origem se desconhecia e vozes estranhas, acompanhadas de gritos indistintos no terreiro e o uivar lúgubre dos cães. Estes sucessos traziam aterrorizada a guarnição. Na alcova de Alígula factos não menos estranhos se passavam: os móveis dançavam e embatiam uns nos outros; vozes medonhas, entrecortadas por ais misteriosos, faziam-se ouvir através das paredes. Ele andava assustado, mas com receio de que se rissem do seu medo, ocultava todos estes acontecimentos, mas a repetição contínua destas ocorrências, levou-o a consultar os seus astrólogos, que, apesar da sua boa vontade, nada lhe souberam dizer de positivo. Entretanto, tinha chegado ao castelo a fama extraordinária da Velha da água que lia nas estrelas o passado e o futuro com uma segurança e exactidão nunca até então sabida dos mais famosos adivinhos. Jineff contava maravilhas da Velha e insistia com Alígula para que a consultasse ao que ele sempre se negava, querendo assim mostrar que nada o atemorizava. Mas sucedeu que os acontecimentos extraordinários que se davam na sua alcova iam aumentando de violência e certa noite teve de lutar com um espírito que lhe pareceu de carne e osso e lhe deixou sinais bem vinculados no rosto. Não podendo esconder por mais tempo a sua inquietação e, para que não dizê-lo? o seu medo, foi procurar a Velha.

— Até mim chegou a fama da tua virtude e do teu saber. Recorro a ti para que me reveles o passado e predigas o futuro.

Ben Alígula, os meus anos e os meus estudos deram-me muito saber e a minha experiência e o conheci-

mento que tenho das coisas e dos homens abriram-me as portas do ignoto, mas isto não é o suficiente para que eu de momento possa conhecer o teu passado e desvendar o teu futuro. Tenho de estudar os astros, tenho de conhecer as suas reacções, mas antes preciso que me digas quais são as tuas inquietações para nesse sentido interrogar as estrelas. Dize-me claramente: que pretendes de mim?

— Quero saber o que é que me traz em sobressalto. Necessito que me digas se os cristãos preparam secretamente a invasão dos meus domínios e com que poder e para quando. Porém, antes de saber o porvir, desejo saber o passado, pois entendo que é mais fácil saber o que se passou do que o que está para se passar. Com o acerto com que me revelares o pretérito, julgarei do que poderás saber do futuro. De todos os factos extraordinários que se passam no castelo quero que me dês a razão.

— Voltai daqui a oito dias e de tudo sereis informado.

— Voltarei, mas já te previno de que, se não acertares com o que me há sucedido no passado, aqui mesmo serás enforcada para que a mais ninguém enganes com os teus embustes.

— Vai-te que não terás esse cuidado.

Neste tempo de espera, Lia teve vários encontros com Jineff. Ouçamos agora a conversa da velha com o mouro.

— Ben Alígula, no teu horóscopo há manchas e sombras a denunciar que o teu passado não está limpo. Muitos foram os teus crimes e as tuas mãos estão manchadas de sangue inocente. Sem qualquer motivo válido mas por simples ambição de mando, assassinaste o teu irmão. Com tal crime a pesar-te na consciência, como não hás-de ouvir as vozes do teu remorso? O espírito do inocente adeja à tua volta e jamais te verás livre dele enquanto habitares o castelo.

Os teus perros uivam? É o sangue de Lia que tu lhes deste a beber e lhes queima as veias. Por isso eles, como tu, não podem ter sossego. E, se não mudares o curso dos acontecimentos que estão para se dar, eles beberão o teu próprio sangue. Esses acontecimentos começaram já a manifestar-se. Ontem pairou uma sombra, um espírito na tua alcova. Esse espírito deixou a sua marca na tua face. Eu distingo-a. Mas já uns dias antes...

— Cala-te. Do passado não desejo saber mais nada.

— Então passemos ao porvir. O teu horóscopo no caminho do futuro também não te é favorável. O sangue dos inocentes pede vingança e a hora do ajuste de contas aproxima-se. Os cristãos preparam activamente a invasão dos teus domínios e todo o teu poder será impotente para os deter. Sofrerás tremenda derrota e verás os teus homens passados a fio de espada e muitos deles

comidos pelos lobos e ursos que virão no seu exército. Serás feito prisioneiro e o pai de Lia far-te-á enforcar na ameia onde estiveste a ver a fogueira que lhe queimou a filha.

— Como te atreves a dizer-me isso? Prisioneiro eu? Pois alguém poderá transpor as portas da maior fortaleza dependente do Kalifado de Córdova?

Quem será pendurado nas ameias do castelo és tu, velha idiota que julgas amedrontar-me com as tuas disparatadas profecias.

— Detém-te lá, Alígula. Podes dispor da minha vida como dispuseste da de teu irmão e de Lia. Quisesse ouvir-me e eu dispus-me a falar-te mas só para dizer-te a verdade. Muitos trabalhos passei em noites de vigília para ler nos astros o teu futuro e o que averigui não deixarei de to comunicar. Depois ficarei ao teu dispor poderás então levar-me contigo e, se te aprover, pendurares-me na ameia do teu castelo. Estou velha, a vida para mim já não tem encantos, mas só pesares e tristezas. Não me oporei aos teus designios. Ouve, pois o resto. A comunicação mais importante que tenho a fazer-te é esta: As portas da tua fortaleza não serão forçadas pelos teus inimigos, elas ser-lhe-ão abertas de par em par pelos teus homens. Dentro do castelo há traidores que por bem pouco se comprometeram a vender-te aos teus inimigos. E agora, para te esclarecer melhor sobre o futuro, tenho de voltar ao passado. Lia vivia feliz com teu irmão, mas ele era um estorvo às tuas ambições. Para ascenderes ao Kalifado forçoso era que ele desaparecesse e, com ele, Lia. Com as intrigas e falsidades que levaste a Córdova, foi-te dado o poder no castelo. Mas como podias tomar conta do mando se toda a guarnição te era hostil? Em vão procuraste peitar alguns homens para prenderes Iussef, mas, como o não conseguiste e a tua ambição não tinha limites, antes que uma embaixada fosse mandada a Córdova, onde esclarecidos os factos, o prisioneiro serias tu, manchaste as tuas mãos no sangue do teu irmão. O remorso que logo após tão nefando crime se apoderou de ti e te encheu de pavor, tirou-te a coragem para embeberes o punhal no coração de Lia. Então entregaste-a a um pelotão que a conduziu a Corujeiras e, depois de lhe haver tirado o sangue para os teus perros, a queimou. Um dos assassinos de Lia roído pelo remorso, apresentou-se há tempos a seu pai e tudo lhe referiu. Podes imaginar a cólera daquele homem que jurou não mais ter descanso enquanto não reduzisse a fortaleza a um montão de ruínas e os seus moradores a cinzas. Neste momento emissários seus percorrem toda a cristandade a levantar tropas contra o tirano assassino de sua filha. Este exército movido pelo desejo de vingança, levará tudo a ferro e fogo.

Ao seu ímpeto destruidor, nada resistirá. No dia do ajuste de contas os teus te trairão e serás entregue aos

teus inimigos. A tua sentença já está lavrada: serás pendurado na ameia em que estiveste a ver a fogueira que queimou Lia. Mas tu, na fuga, poderás ainda salvar-te e salvar os teus. O coração dos cristãos não é dado a vingança. O pai de Lia contentar-se-á em queimar a fortaleza e não passará adiante. Acolhe-te a Coimbra e lá, se te contentares em ser subalterno, poderás acabar em paz os teus dias, se é que pode ter paz um coração assassino. E agora, para que saibas que, quanto te tenho dito é verdadeiro, vou dar-te um testemunho e assim terás por certo o que agora te parece duvidoso. Amanhã, quando acordares, encontrarás junto de ti o sinal da verdade — a imagem daquele que deu a vida pelos homens. Quando te recolheres à alcova examina minuciosamente tudo quanto lá existe para teres a certeza de que ela não está lá nem lá poderá entrar se fechares com segurança todas as portas e postigos. O aparecimento da cruz durante a noite, é o sinal da verdade, o testemunho do que te afirmei.

— Vai-te preparando velha feiticeira para deixares esta vida.

Eu tomarei tais cautelas que na minha alcova nada poderá entrar sem o meu consentimento. Fica sabendo que não é possível aparecer ali qualquer sinal e o não aparecimento desse testemunho de que me falas, importa a tua sentença de morte. Serás queimada por bruxa malfazeja.

— Mas eu volto a afirmar-te que Ele, o Cristo de Misericórdia, de manhã estará na tua alcova. E, diante da sua presença ainda duvidarás da Velha?

— Ora tu a querer levar-me a dar crédito ao impossível. És doida. E eu que cheguei a acreditar no teu saber.

Como foi possível eu não ter visto, pelas tuas excentricidades que eras uma lunática? Mas uma lunática perigosa para os ignorantes, pois assim como parece que estás convencida de que falas verdade, queres, por força, levar as pessoas a acreditarem-te e isso pode causar grandes males. Não disseste ainda há pouco que, se eu quisesse salvar a vida, tinha de empreender a fuga para Coimbra? Se eu te acreditasse e fugisse, não poderia comprometer a segurança do Califado de Córdova?

Não, Velha insana, não poderei consentir que nos meus domínios continues a atemorizar as pessoas com as tuas disparatadas profecias. De manhã mandar-te-ei buscar e à tarde serás queimada na Praça de armas do castelo. Deixo-te em paz durante a noite para que peças perdão dos teus desvarios a Allah.

— E se o sinal aparecer, Ben Alígula? E se os teus olhos fixarem o Redentor dos cristãos, ainda me mandas queimar?

À fé da minha alma, mais uma vez te juro: O Crucificado de manhã será contigo para que saibas que

Deus está com os cristãos e que Allah te abandonou por causa dos teus crimes.

Retirou-se Ben Alígula aturdido pelo tom de sinceridade e de verdade que a Velha imprimia às suas palavras. Não queria dar crédito ao que ouvia, mas uma dúvida o atormentava: não tinha ela falado verdade em tudo quanto lhe havia dito sobre o passado? Mas consolava-se procurando convencer-se de que na sua alcova, desde que trancasse bem as portas e postigos, nada ali podia penetrar.

Chegado ao castelo, encaminhou-se logo para o quarto, onde passou uma minuciosa busca. Ali tudo foi mexido e remexido, não fosse alguém conluído com a Velha (não tinha ela dito que dentro do castelo havia traidores?) ter lá introduzido o Cristo. Tudo examinado, os móveis tirados e novamente postos nos seus lugares, portas e trancas experimentadas, nada foi encontrado que desse causa à mais pequena suspeita.

— À fé da minha alma, juro-te que o crucificado de manhã será contigo.

Esta afirmação da velha feita em tom tão convincente, transtornava-o. Se ela não tivesse lido isto nos astros, atrever-se-ia a garanti-lo, sabendo que esta afirmação em falso lhe custaria a vida?

E se o crucificado aparecesse? Ainda poderia duvidar do que tinha ouvido?

Ele tinha medo à cruz. Quando se lembrava da profecia da Velha, sentia-se horrorizado e fechava os olhos para não ver nada.

Mas não, as portas da sua alcova não podiam ser abertas por ninguém. Eram tão sólidas que resistiriam a todas as investidas, e, desde que não fossem abertas, como poderia o Cristo estar com ele de manhã?

Chegada a hora de se recolher, nova e minuciosa inspecção foi feita. Não ficou canto nem móvel que não fosse visto. Certo da segurança das portas e aldrabas, exclamou: Não te salvas do fogo, velha feiticeira. Os teus dias estão contados.

Encheu a lucerna de azeite para que pudesse arder toda a noite e deitou-se.

* * *

— Jineff, untaste bem os gonzos da porta falsa?

— Sim, minha irmã.

— Tens a cana preparada?

— Tenho irmã.

— Como está arranjado o buraco?

— Tapado com cera da cor da mesma pedra. Não é visível.

— Bem, actua com toda a prudência. Do bom resultado desta empresa, depende a minha vida e o teu futuro.

— Não tenhais cuidado, irmã. Estou certo de que me hei-de sair bem.

Santa Maria velará por nós.

Altas horas da noite, levando numa mão uma comprida cana furada em toda a sua extensão e na outra o crucificado, Jineff penetrou numa extensa galeria que ia dar à alcova de Ben Alígula e cuja existência ele ignorava. Às apalpadelas subiu o último degrau, tirou um bocado de cera que tapava um pequeno orifício e espreitou. Alígula parecia dormir. A lucerna estava ao alcance da cana. Esperou mais algum tempo até ter a certeza de que ele efectivamente dormia. Depois meteu a cana pelo buraco e soprou, fazendo desaparecer a luz. Arredou então uma pesada pedra que girava nuns gonzos e pentrou na alcova onde introduziu o crucificado, colocando-o sobre um banco a olhar de frente para o mouro. Sem qualquer ruído, puxou a pedra e pô-la novamente no seu lugar, retirando-se em seguida. Quando Ben Alígula acordou e se viu às escuras, ficou cheio de medo. Querendo saber a razão da falta de luz, levantou-se e procurou a lucerna para se certificar se se teria consumido todo o azeite, mas ao encontrá-la os dedos mergulharam no óleo e ele conheceu que o motivo daquela escuridão era outro. Não pode mais dormir e a sua imaginação mostrou-lhe coisas fantásticas. Na verdade, reconheceu que algo de extraordinário tinha acontecido. Ao raiar da manhã, ainda no meio de uma confusa escuridão, pareceu-lhe divisar uma figura estranha que o fitava... mas não, não seria possível. No entanto, à medida que a claridade ia dando forma aos objectos, a sua confusão aumentava e o seu espanto perturbou-o de tal modo que se julgou enlouquecido. Para fugir àquela visão, agarrou num cobertor e atirou-o para cima do crucificado, furtando-se assim à visão que o esmagava.

Entretanto, Lia tinha mandado emissários a juntar todos os rebanhos da cristandade com instruções para que se reunissem nas proximidades de Cale e ordenou que fossem compradas todas as velas que existissem no mercado, velas estas que seriam, na ocasião própria, amarradas aos cifres dos caprinos e ovinos. A estes rebanhos, conduzidos por alguns soldados, estava confiada a conquista do castelo. Eis o plano de ataque: ao atingir-se o monte de Corujeiras, acender-se-iam as velas e os rebanhos, espalhados por uma vasta área a dar impressão de um numerosíssimo exército, pôr-se-iam em movimento em direcção ao castelo. Os animais da frente iam cobertos com peles de lobos e ursos.

No castelo, os mouros convertidos por Lia, conhecedores do que se passava, tinham ali estabelecido o pânico. Há dias que eram espalhadas notícias aterradoras. «Um exército com poderosas armas desconhecidas acompanhado por lobos e ursos amestrados não tardaria a atacar o castelo.»

Ben Alígula, perante tão tétricas notícias, abalado pelas profecias da Velha, a maior parte das quais já tinha visto realizadas, tomou as providências necessárias para, a confirmarem-se as notícias que recebia, ordenar a fuga para Coimbra. Mandou os seus espias até às proximidades de Cale a colher informações pormenorizadas de tudo quanto se passava. Esses espias, ao verem acampados na frente do exército, lobos e ursos, ficaram estarrecidos.

«É um exército estranho que reúne muitos lobos e ursos, conduzidos por numerosos soldados. Fazem-se ali os últimos preparativos para avançar sobre o castelo e cercá-lo. Vêm preparados para um longo cerco, pois trazem um rebanho que lhes dará alimento para mais de um ano. Se conseguirem forçar alguma das nossas portas e introduzirem aqui os carnívoros que trazem, todos seremos poucos para lhes matar a fome. Contra tal exército de nada valerá a valentia dos nossos soldados».

Ben Alígula ao ouvir isto, sentiu-se derrotado. À sua memória, ocorreram-lhe as palavras da Velha: «as portas da tua fortaleza não serão forçadas pelos teus inimigos, ser-lhes-ão abertas de par em par pelos teus soldados. Dentro do castelo há traidores que por bem pouco se comprometeram a vender-te.»

Então, por descargo de consciência, reuniu um conselho de guerra em que teve opinião predominante Jineff, sendo resolvido não aceitar a batalha e ordenar a retirada imediata para Coimbra.

Ao anoitecer de um cáldio dia de Agosto, com todas as velas acesas, pôs-se o exército em marcha, alongando-se num grande semi-círculo. Ferros batidos, tambores, uivos, um grande alarido tornava aquele espectáculo medonho, sinistro... Antes do romper da manhã, sem qualquer oposição dos defensores do castelo, foi fechado o cerco à fortaleza e de manhã, ao romper do sol, dada ordem para forçar as suas portas, mas a esta hora já os mouros iam longe. Lia aguardava a chegada de Jineff para o investir nas funções de alcaide do castelo, mas aqui um grande desgosto a esperava:

ele não apareceu. As muitas devassas feitas nunca o deram ao serviço de Ben Alígula.

Com a tomada do castelo estava consumada a vingança de Lia e pela forma que o seu espírito verdadeiramente cristão admitia: vingança sem sangue, sem vítimas. Vingança sem rancor, sem ódio, vingança sem vingança.

Depois de em vão muito tempo ter esperado a vinda de Jineff, entregou a guarda do Castelo a uma pequena guarnição e retirou-se para casa de seu pai e na ermida agradeceu à Virgem a ajuda, o auxílio visível que ela lhe tinha dado para alcançar tão grande vitória sobre a moirama. Esta vitória foi atribuída a Santa Maria. Será por isto que a estas terras foi dado o nome de Terras de Santa Maria?

De Lia também algumas coisa nos ficou através dos séculos a perpetuar o seu nome. A água que abastecia a povoação da Vila da Feira e tem a sua nascente no local onde ela passou algum tempo da sua vida a preparar a expulsão dos mouros, tomou e conserva ainda hoje o seu nome: Água da Velha.

OS TESOUROS DO CASTELO A GUARDA DO DIABO

Na taberna da senhora Gertrudes, discutiam-se os acontecimentos.

Enchiam-se e esvasiavam-se sucessivos pichéis de vinho e havia grande animação.

— Quem havia de dizer que a mulher do governador não tinha sido queimada viva e era a Velha que organizou o ataque ao Castelo! Brava mulher! Se os mouros chegam a saber que foram logrados por ela, temo-los aí outra vez, e, para mais, diz-se que eles saíram tão apressadamente que nem tiveram tempo de levar as suas riquezas. Vai ser sorte para os soldados que guardam o Castelo.

— Fois sim, hão-de ser fartos. Ficou tudo encantado. Até as minas que lá havia, desapareceram sob o encantamento. Ainda se não descobriu coisa nenhuma.

— Mas que lá havia minas e grandes riquezas escondidas, havia.

Assim disse o mouro.

— Que mouro?

— O mouro que desertou do exército de Ben Alígula. Conhecedor de todos os esconderijos, veio oferecer-se para ensinar onde estavam os tesouros, mas o alcaide, tomando-o por espião, com receio de que ele voltasse a Ben Alígula e lhe contasse como tinham sido logrados, mandou-o enforcar. Já com a corda ao pescoço, ainda pode dizer ao carrasco: vai à mina do rio que lá acharás o segredo dos tesouros do Castelo, mas, por mais que os soldados tenham procurado, ainda não encontraram mina nenhuma. Os mouros, antes de fugir, dei-

xaram tudo tapado e tão bem disfarçado que não se vê sinal de nada.

— Mas a mina do rio existe, pois ainda pouco antes de eles terem fugido, os cavalos foram vistos a beber nele. Onde está localizada a sua boca é que nunca se soube porque ninguém se atrevia a passar o rio com medo das sentinelas e também porque naquele sítio ele tinha sido alargado e muito aprofundado para arranjo do fosso que defendia o castelo por este lado.

— Não foi só para defesa do castelo que ele foi alargado, foi para esconder as minas, mas agora que os mouros se foram e não há sentinelas, hei-de ver como isso era. Tenho fé que encontrarei a mina e que as riquezas serão minhas.

O homem que assim falava, era um mestre alfaiate que se arrogava prosápias de destemido e valente. Encontrar a mina e apoderar-se dos tesouros, passou a ser nele a sua única preocupação.

Segundo os seus cálculos, a mina devia existir nas proximidades, onde os cavalos eram vistos a beber. Esse local ficava ao fundo da encosta do monte do Castelo. Como já não havia vigias mouras, podia ir junto do rio e pesquisar à sua vontade. E assim fez. Rio abaixo, rio acima, tudo foi minuciosamente examinado, mas apenas notou que entre uns carrascos havia um ponto escuro que não podia identificar. Seria a boca da mina? Bem queria ele ir examinar aquele ponto escuro, mas o rio não podia ser passado a vau e o seu reumatismo impedia-o de o passar a nado.

Alvorçado com a descoberta, recolheu-se a casa a pensar na maneira de atingir o ponto que tanto o intrigava. A encosta do monte era escarpada e íngreme e nas proximidades do rio quase a prumo. Só com o auxílio de cordas poderia atingir o ponto escuro que avistara. Como não tinha cordas, com vimes fez umas amarras que levou consigo. Madrugada ainda alta dirigiu-se para o monte e, com o auxílio das amarras atingiu o desejado local onde viu que, efectivamente encoberta pelas moitas existia a boca de uma espaçosa mina onde imediatamente penetrou. Depois de verificar que ela tomava a direcção do castelo, reconheceu que lhe era impossível percorrê-la porque ela era escuríssima. Voltou para casa encantado com a sua descoberta, mas dessassossegado e nervoso. Estava confirmado o que o mouro havia dito: a mina existia, as riquezas também deviam existir. O pior era se estavam encantadas, mas, fosse como fosse, faria tudo quanto humanamente estivesse ao seu alcance para se apoderar delas. Em caso de necessidade, recorreria até à senhora Gertrudes, conhecedora de muitos segredos de encantamentos.

Na madrugada seguinte, munido de uma grande lucerna cheia de azeite, muito antes do amanhecer já ele estava dentro da mina. Caminhando vagarosamente, a esquadriñar todos os cantos, detendo-se aqui, vol-

tando atrás ali ao ver qualquer coisa que luzia, não prestou atenção a certos ruídos que, de vez em quando, se ouviam. Já tinha percorrido uma grande extensão, quando, numa dobra da mina, viu, na escuridão, duas luzes fulgurantes que tomou por dois grandes diamantes...

— As pedras — exclamou fora de si, num arrebatamento. Mas, de repente, estremeceu. Aquelas cintilantes luzes avançavam para ele, precedidas por uma aragem fresca que, num momento, lhe apagou a luz. Ouvia agora um tropel que se aproximava rapidamente. Sem ter tempo de esboçar qualquer gesto de defesa, sentiu um forte encontrão de um corpo que se lhe enfiou por entre as pernas. Num instinto de defesa, agarrou-se fortemente àquele corpo e assim foi levado pela mina fora. Ao chegar ao rio, o que quer que fosse, estacou de repente e ele foi cuspidado, indo estatelar-se na água. Aquela hora estava ali um pescador que ia levantar umas nassas deixadas durante a noite. A fraca claridade da manhã não lhe permitiu distinguir as coisas e aquilo causou-lhe tremendo susto. Sem querer saber das nassas, deitou a fugir, mas não pôde ir muito longe porque o seu coração doente não lho permitiu. Encostando-se a uma árvore para se refazer do susto e da correria, notou que um vulto se aproximava e escondeu-se. Dali a momentos, passava o alfaiate. Isto causou-lhe grande estranheza: Que andaria ele a fazer por ali naquela hora? E porque se teria atirado à água?

Refeito do susto e intrigado com a cena a que tinha assistido, voltou atrás para recolher o peixe e indagar do que se teria passado, mas, não obstante as muitas pesquisas que fez, nada descobriu que lhe pudesse dar a chave daquele enigma. Não podendo calar a estranha ocorrência, dentro em pouco a notícia era conhecida de toda a gente. O alfaiate, que era assíduo frequentador da taberna, tinha deixado de aparecer.

— Que será feito dele?

— Com o banho ficou doente do reumatismo, dizia um.

— Perdeu a fala com o susto, afirmava outro.

— Está tolhido, asseverava um terceiro.

— Está possesso, era a opinião do pescador. Eu vi-o e a sua cara não é a sua cara.

Interveio então a senhora Gertrudes.

— Todos vós vos recordais que, há dias, ele dizia aqui:

«Eu hei-de encontrar a mina e as riquezas serão minhas.»

Desde esse dia obsecado por aquela ideia, nunca mais trabalhou.

A sua preocupação era encontrar a mina por onde os cavalos vinham ao rio. Como agora não havia vigias, pôde percorrer à vontade o monte e encontrá-la. Sem tomar quaisquer precauções nem pensar nos peri-

gos que podia correr, munido de uma fraca luz, penetrou nela e percorreu-a numa grande extensão. A certa altura viu na sua frente umas cintilações que julgou serem ouro ou pedras. Quando julgava já ter aquelas riquezas na mão, surdiu-lhe o diabo, ali posto de guarda aos tesouros, que agarrou nele e o foi lançar ao rio. Ele salvou-se a nado mas ficou possesso. O diabo fala pela sua boca e diz para escarmento de quem o quer ouvir: «todo aquele que entrar nos meus domínios, é meu».

Perante este espelho, ainda haverá alguém que se atreva a enfrentar o diabo por causa das suas riquezas? Interrogou a senhora Gertrudes. Mas ninguém respondeu.

É ENCONTRADA A MINA ONDE ESTÃO OS TESOUROS DO CASTELO

Este episódio acalmou durante muitos anos as ambições dos que sonhavam com as riquezas dos mouros. A presença do diabo na mina naqueles tempos de fé viva, tinha enchido de terror as populações vizinhas do castelo e ninguém se atrevia a passar nas suas proximidades. Com o andar dos tempos este terror foi-se diluindo na mente do povo que por isso deixou de acreditar na presença do diabo, mas a lenda das pedrarias e ouro enterrado, subsistiu, criando em algumas crianças que a ouviam, um espírito de aventura que, mais dia, menos dia, havia de levar alguém a dispor-se a penetrar no desconhecido em busca do imaginário.

* * *

Dia de Primavera com sol radioso. Um fluido novo penetra nas pessoas e nas coisas, enchendo-as de nova vida. Enfeitada com as flores das urzes e das giestas, embalada pela música dos passarinhos, perfumada com o odor das flores, a manhã está linda.

Leandro, apoiado num grosso cajado e com uma grande faca à cinta, vai a descer o outeiro das Guimbras em direcção ao rio. Já próximo dele, detem-se junto a uma cova coberta de silvas. Está pensativo. Na sua mente trava-se uma luta que lhe provoca uma indecisão. O seu olhar está fixo na cova. Agora levanta os olhos para o céu e benze-se. Com a faca começa a abrir caminho através das silvas e penetra numa galeria que o leva ao desconhecido. Ei-lo já dentro de uma ampla mina, tão ampla que por ela podiam passar à vontade dois cavalos. À luz de uma vela vai-a percorrendo vagarosamente, examinando tudo com a máxima atenção. A mina sobe agora em direcção ao castelo e atravessa um trecho que tinha cortado um grande banco de granito. Passado esse banco há um terreno argiloso, muito

duro, onde se distinguem ainda pegadas de cavalos e de homens. Fica assim com a certeza de que era por esta mina que os cavalos vinham do castelo para o rio. Mais uns passos e na sua frente está um montão de ossos humanos. Em volta dos ossos do pescoço de um esqueleto há um fio metálico de onde pende um pequeno crucifixo. Este achado trouxe-lhe à memória o desaparecimento misterioso de Jineff. Ali terminava a mina obstruída com grandes pedras. Não podendo prosseguir, voltou atrás, detendo-se a examinar mais minuciosamente o banco de pedra que a mina havia atravessado. Após um breve exame, chamou a sua atenção uma grande lage que lhe pareceu estar fora da sua primitiva posição. Esta pedra, no seu entender, tinha sido colocada ali, não pela Natureza, mas pela mão do homem. Num exame mais atento, teve a impressão de que ela escondia qualquer coisa, talvez, quem sabe? a boca de outra mina. Profundamente emocionado, regressou a casa, mas firmemente resolvido a voltar.

Passados dias, munido de uma alavanca e de outros instrumentos, estava novamente diante da lage. Com o auxílio da alavanca, tentou deslocá-la, mas todos os seus esforços foram baldados: a pedra era grande para ser lidada por um só homem. Deixando aquela de parte, experimentou outras, algumas das quais foram cedendo ao seu esforço, confirmando-lhe assim a sua suposição: todas as pedras estavam postas ali pela mão do homem e não pela Natureza. Perante este facto, mais se avaluou no seu espírito a ideia de que a lage ocultava grande mistério. Perante a impossibilidade de, sozinho, o poder desvendar, não teve outro remédio senão desistir do seu intento naquele dia.

* * *

Sempre Leandro com receio de um fracasso que faria rir toda a vizinhança, guardou o mais absoluto segredo de quanto tinha planeado, mas agora via-se na necessidade de, ou desistir, ou de confiar o seu plano a outra pessoa que estivesse disposta a colaborar com ele.

Abandonar o seu projecto diante de uma dificuldade que lhe parecia fácil de resolver com o auxílio de um amigo, seria imprudência. Não. Agora que tinha a certeza de ter encontrado o esconderijo que a lenda assinalava como sendo o cofre forte do castelo, havia de, custasse o que custasse, levar a sua empresa até ao fim. Entre os seus amigos algum haveria que lhe merecesse confiança. E assim, a sós consigo, fez um consciencioso exame a cada um deles, acabando por se decidir por um parente seu, jovem, forte, valente e corajoso, conhecido pela alcunha de Alazão. Fazendo-se encontrado com ele, disse-lhe:

— Sempre ouvi dizer que os mouros saíram tão precipitadamente do castelo que não puderam levar os tesouros que aqui guardavam. Esses tesouros não os tinham no castelo, mas numa mina que vinha cá para as bandas da Vila. Essa mina que em tempos idos, muita gente procurou sem lhe encontrar rasto e que, por tal motivo, se julgou que não passava de uma lenda, sem qualquer viso de verdade, existe e eu julgo saber onde ela está. Para chegar até ela é preciso remover uma grande lage e eu só com o meu esforço não o posso fazer. À minha descoberta e ao meu projecto quero associar alguém que se comprometa a ajudar-me lealmente e a guardar o máximo segredo até conclusão do nosso trabalho. Do que puder haver repartirei irmamente. Queres ajudar-me?

— Sim, mas eu duvido que tenhas encontrado aquilo que, até hoje, ninguém achou.

— Quase posso jurar que encontrei, mas só com o teu auxílio te poderei mostrar a verdade do que estás a tomar por duvidoso.

— E onde encontraste essa mina?

— Na Grande Via, na mina dos cavalos.

— Bem mo dizia a minha avó. Contou-me ela muitas vezes: houve, em tempos passados, aqui na Vila uma mulher chamada Gertrudes que era senhora de uma taberna muito frequentada por mouros do Castelo. Quando eles fugiram, um seu conhecido desertou do exército do Kalifa e veio oferecer-se ao novo alcaide para lhe ensinar todas as esconderijos e o sítio onde estavam guardadas as riquezas, riquezas que eles preferiram deixar enterradas a levá-las consigo e serem alcançados pelos cristãos e as perderam como despojos de guerra. Além disso, eles tinham partido, mas com o propósito de, apenas reorganizado e reforçado o seu exército, voltarem ao Castelo. Esse mouro mantinha boas relações com a senhora Gertrudes e antes de se apresentar ao alcaide, contou-lhe que da mina que vinha do Castelo para o rio, partia outra que ia dar ao cofre forte, mas que estava tão bem disfarçada e guardada que ninguém a encontraria e muito menos a transportaria. Se, porém, um dia fosse, por acaso, encontrada, quem nela penetrasse nunca alcançaria o tesouro porque ele estava guardado por soldados e animais terríveis. Só quem conhecesse os misteriosos segredos que davam vida àqueles animais e aos soldados, poderia alcançar o local onde se encontrava o cofre. Era isto que ele vinha ensinar ao alcaide. Ora esse mouro, tomado por espião, foi preso e morto, levando consigo o seu segredo. Será possível que decorridos tantos anos, haja, enfim, sido descoberta essa misteriosa mina? Pois se assim é, fico ao teu dispor para te ajudar no que puder.

Postos de acordo, não tardaram em meter mãos à obra. Armados com diversos instrumentos, ei-los a caminho do ignoto em busca do imaginário.

Pelo caminho, Alazão ia contando: minha avó dizia-me que os mouros tinham um poder que mais nenhuns povos da terra possuíam. Com umas simples palavras mágicas, transformavam o ouro em carvão, um animal num corpo inerte ou uma pessoa num imundo animal; e com outras palavras tudo adquiria num momento a primitiva forma. Sempre ouvi dizer que a mina estava encantada e que por isso, sem o conhecimento das palavras mágicas, era impossível descobrir-se fosse o que fosse. Minha avó tinha a chave de algumas palavras que serviam para desfazer certos encantamentos. Deixa ver se me lembro. E começou a soletrar várias frases até que depois de muito matutar, exclamou: aranha, aranhão, sapo, sapão, bicho, bichão, diabo, diabão, abri-me este alçapão. Isto foi para eles como um raio de luz que apareceu no meio da escuridão.

Confiantes e bem dispostos, chegaram ao local onde se encontrava a suposta mina metida no banco de pedra. À fraca luz da lucerna, todas as pedras foram meticulosamente examinadas e batidas com um martelo para lhes escutarem o som. Com o auxílio de uma alavanca tentaram deslocar a grande lage que, no seu parecer, era a porta que fechava a presumível mina. A cada pancada, o som repercutia-se de um modo estranho e ia morrer lá muito longe. Na verdade, tudo indicava haver ali qualquer coisa de muito misterioso. Como entre as pedras não existiam fendas por onde pudessem introduzir qualquer instrumento, com o auxílio de um cinzel abriram um pequeno furo onde meteram a alavanca. A cada esforço que faziam, a pedra estremecia, conhecendo-se que estava separada das outras. Então, Alazão, cheio de esperança e contentamento, recitou: aranha, aranhão, sapo, sapão, bicho, bichão, diabo diabão, abri-me este alçapão. Acto contínuo deram um forte empuchão à pedra que, perante o seu pasmo e alegria, tombou, deixando à vista a boca de uma mina. Com grande surpresa verificaram que a pedra tinha girado nuns gonzos tão bem centrados que bastava um pequeno esforço para a fazer voltar à primitiva posição. Depois de a terem experimentado várias vezes, Alazão entrou resolutamente na mina, mas apenas pôs os pés em terra, inexplicavelmente, a pedra como que comandada por qualquer espírito, pôs-se em movimento no sentido da vertical. Se Leandro não houvesse tão rapidamente entalado a alavanca entre a lage e as pedras que com ela faziam ombreira, talvez Alazão tivesse ficado prisioneiro na mina, onde acabaria os seus dias. Depois de terem calçado a pedra por forma a que ela jamais pudesse sair da posição em que a deixaram, Leandro entrou também e os dois com as maiores cautelas, foram avançando lentamente sem notarem qualquer coisa de extraordinário. Andadas umas centenas de passos, avistaram dois soldados, perfilados, de espada na mão, um de cada lado da mina.

— Estão encantados, exclamou Alazão. De outra forma não era possível que após tantos anos, os seus corpos se conservassem direitos, incorruptos.

— Está-me a parecer que eles nunca foram corpos humanos. Não vês que têm a cara como que coberta de verdete? Por certo que são de bronze.

— Vejo que é verdade o que se dizia. Aqui deve haver molas ou quaisquer armadilhas que lhes dêem vida. Vamos ver. Dá-lhe uma pancada com a alavanca.

Com o ferro na mão, Alazão deu mais um passo, mas de repente, surgiram, uma de cada lado, duas enormes bichas com um grande ferrão uma das quais o atingiu num braço. Num momento tudo ganhou vida: os soldados levantaram as espadas, sem se saber como nem de onde apareceu um horrendo animal a correr sobre eles, as bichas, de bocas abertas, mostravam enormes dentes curvos e salientes. Assustados, recuaram uns passos e tudo desapareceu. Só os soldados ali ficaram de sentinela. Alazão começou a sentir fortes dores e reconheceu que as forças lhe iam faltando. Com o braço já paralizado e fortes tonturas, regressou a casa amparado por Leandro e no dia seguinte baixava à terra fria. Leandro nunca mais teve saúde. Cheio de remorsos por se achar culpado da morte do seu parente, foi definhando, definhando, e ao fim de um mês, partiu também para o Além a fazer companhia a seu primo.

Comentava o povo:

— Bem se dizia que os mouros tinham deixado as suas riquezas à guarda do diabo.

— Tão bons moços eram, como teria sido possível meter-se-lhes na cabeça disputar com o demónio?

— Servirá ao menos esta desgraça para escarmento de outros aventureiros?

ÚLTIMA TENTATIVA

A morte dos dois mancebos deixou consternada a vizinhança e aconteceu então que, logo após a sepultura de Leandro, certos casos ocorridos, traziam apavorada toda a população das proximidades.

De noite, para os lados das Guimbras, apareciam vultos vestidos de branco que batiam palmas e davam sonoras gargalhadas como que a celebrar a morte dos dois jovens. Logo alguém mais esperto afirmou que as mouras postas de guarda aos tesouros tinham, com a presença daqueles mortais, sido desencantadas e agora, libertas do seu encantamento, durante a noite, cometiam as mais audazes tropelias, pondo em sobressalto o povo da Vila. O caso avolumou-se ainda mais quando se soube que um pobre homem que passou nas Guimbras depois das trindades, tinha sido arrebatado por elas e levado por ignotas terras, onde foi deixado metido em espesso matagal até ao outro dia de manhã. Os desa-

catos cometidos contra gente pacífica por estas desencantadas mouras a quem também chamavam bruxas, eram tais que foi convocada uma reunião dos vizinhos para, em face dos perigos a que todos estavam sujeitos, se deliberar o que deviam fazer. As opiniões emitidas eram as mais desencontradas. Ouçamos a opinião dos novos:

— Que se tape já a boca da mina com muitos carros de terra para que os espíritos que lá estiverem não possam sair e os que andarem cá por fora jamais se possam lá acoiatar.

Opinião dos velhos:

— Os espíritos não podem ser aprisionados. Ai de nós se tentarmos enterrá-los vivos. Por vingança eles farão cair sobre nós as maiores desgraças. O melhor é deixá-los em paz.

Opinião das mulheres:

— Só as almas do Purgatório nos podem valer. Rezemos por elas o terço todas as noites, pedindo-lhes que esconjurem para longe esses espíritos malignos que vagueiam pelo mundo para perdição das almas. Se soubermos rezar e pedir com verdadeira fé e devoção, elas farão com que eles sejam precipitados no inferno e nós ficaremos em paz.

Foi esta opinião julgada a mais sensata e assim foi feito. Em todas as casas as trindades se reuniam as famílias para rezar o terço com a maior devoção. A fé com que o faziam, dava-lhes a certeza da eficácia desta reza e por isso, a pouco e pouco, tudo foi caindo no esquecimento e as bruxas acabaram por deixar em paz os vizinhos do Castelo. Estes acontecimentos, porém, jamais se apagaram da memória do povo que assim os têm conservado através dos tempos.

* * *

Vinda não se sabe de onde, certo dia acampou na Vila uma caravana de ciganos. Acompanhava-a um jovem, de boas maneiras, bem falante, bem posto, mas de cor tão escura que por isso lhe chamavam o preto. Soube-se depois que esse cigano havia muito tempo acompanhava aquela caravana. É que ele requestava uma ciganita, Ala-Ali, de pele pouco mais clara do que a sua mas muito elegante, de porte distinto, com um rosto sonhador, umas vezes alegre, outras surumbático, a denunciar a nostalgia que lhe ia na alma: nostalgia de uma Pátria que nunca conhecera, que nunca tivera, mas que antevia linda, acolhedora, repousante para o seu espírito devaneador.

Embora não correspondesse sinceramente à dedicação do preto, ele não desistia de a acompanhar por toda a parte como fiel e submisso cão. Quando a ciganita avistou o Castelo, logo quis saber a sua história.

Sempre atenta à narrativa que lhe faziam, não deixava escapar-lhe nenhum pormenor. O conhecimento das lendas e os episódios a que tinham dado causa, impressionaram-na vivamente e sugeriram-lhe uma ideia diabólica: pôr à prova a dedicação do preto. Se ele, na verdade, a amasse e lhe fosse submisso como um cão, não deixaria de fazer aquilo que lhe ordenasse. Se fosse mal sucedido, isso que tinha? Seria até a maneira de se ver livre dele. E se ele voltasse carregado de ouro? Então, sim. Casariam e iriam correr mundo. Visitar, lá para as bandas do Oriente, o berço da sua raça, era nela obsessão.

Oh! Como seria feliz se chegasse a conhecer as terras dos seus antepassados e nelas viver, mesmo num humilde tugúrio! A vida nómada, que ela julgava anátema lançado sobre a sua raça, revoltava-a. Por mais que a quisessem convencer de que a vida só era verdadeiramente livre praticando o nomadismo, ela não se conformava com tal ideia.

— Vês, além, o castelo? disse ela ao preto. Foi habitação de mouros em longínquos tempos. Certo dia, atacados pelos cristãos, fugiram tão desordenadamente que não tiveram tempo de levar consigo o seu ouro. Sabe-se que o deixaram ali enterrado numa mina. Há muito que suspiro por conhecer a Pátria dos meus antepassados, mas a falta de recursos inibe-me de me pôr a caminho. Esta vida nómada enfada-me, não a suporto. Só no Oriente, onde o sol nasce, poderei encontrar refrigério e ser feliz e a minha felicidade pode ser a tua felicidade se me quiseres ajudar.

— Sempre te hei afirmado que tens em mim o mais fiel servidor, sempre pronto a ajudar-te no que for do teu agrado. Que me poderás pedir que eu não possa fazer-te?

Lutarei com os homens, lutarei com os animais mais bravios, lutarei até com o destino, se tal for preciso. Força, trabalho, dedicação, a própria vida, tudo te darei para fazer-te feliz. Dize-me o teu querer que eu serei pronto em te servir.

— Contaram-me que dois jovens, levados pela ambição das riquezas certo dia entraram na mina onde está escondido o ouro e, quando já se preparavam para se apoderar dele, desencantaram, sem saber como, as mouras que ali tinham sido postas à sua guarda. Cheias de alegria por terem voltado à vida, logo propuseram aos dois jovens a entrega do ouro se eles quisessem ficar a viver com elas. Como a proposta não foi aceite, arrebataram-nos e puseram-nos fora da mina. Durante muito tempo as desencantadas mouras vagueram por estas redondezas sem encontrar que lhes falasse ao coração. Então, saudosas como eu, da sua Pátria longínqua, para lá voltaram, e o ouro ficou sem guarda. Eu preciso desse ouro. Nós precisamos desse ouro para fazermos a nossa felicidade. Estás disposto a ir buscá-lo

às profundezas da terra para o fazer brilhar à luz do Sol?

— Se a tua felicidade, se a minha felicidade, se a nossa felicidade está dependente desse ouro, eu irei por ele. Por ti arriscarei a vida como cão fiel e submisso.

Dentro em breve toda a vizinhança sabia que o preto iria à mina buscar o ouro. Houve quem se risse, mas também houve quem tremesse diante desta perspectiva. A morte dos dois jovens foi lembrada e as desgraças que se sucederam novamente faladas. Alguns vizinhos reuniram-se para combinarem a maneira de impedir que o preto descesse à mina a acordar de novo os espíritos. Nessa reunião foi resolvido requerer às autoridades a expulsão dos ciganos antes que ele pusesse em prática a sua resolução, mas estas, querendo dar mostras de espíritos superiores que não acreditavam em fadas, nem em bruxas, nem no diabo e também curiosas de saber o que haveria na mina e ainda com o secreto pensamento de se apoderarem do ouro se ele fosse encontrado, indeferiram o pedido. Foram as próprias autoridades que marcaram o dia e a hora para esta nova aventura.

Ala-Ali, duvidosa da coragem do preto e receosa de que ele não atingisse o fim da mina onde estava o ouro, para que não fosse por ele ludibriada, ordenou-lhe que levasse uma grande campainha que iria tocando com força para ser ouvida através da terra.

O dia escolhido, se para uns foi de angústia, pois anteviam novas calamidades, para outros foi de festa. Enquanto muita gente correu com as autoridades, às Guimbras para ver o preto a sumir-se nas entranhas da terra, grande multidão se postou ao longo do presumível percurso com o ouvido colado ao chão a escutar o toque da campainha. À medida que ele ia passando lá nas profundezas da terra, era dado sinal aos mais próximos, dizendo: ele aqui vai. Assim se ficou a saber que a mina seguia directamente das Guimbras para a Praça Velha no largo da antiga cadeia.

Quando a campainha anunciou a chegada do preto a esta Praça, o povo que ali estava deu largas ao seu entusiasmo com palmas e vivas, mas este barulho abafou o som, não se sabendo se o preto passou além ou se ficou por ali. Como reinasse completo silêncio durante muito tempo, a multidão, ansiosa por notícias, dirigiu-se para as Guimbras para ouvir da boca do preto a narrativa da sua aventura. Lentamente as horas foram passando, o dia aproximava-se do fim e o povo comentava:

— Ficou encantado e jamais regressará.

— Encontrou o ouro e não voltará enquanto aqui estivermos, com o medo de que lho tiremos.

— Não arreio pé daqui enquanto ele não vier.

— E eu também.

E logo se formou um grupo da rapazes que ali ficou postado toda a noite. Durante uns dias não afrouxou a vigilância, mas do preto nunca mais houve notícias.

— Mais uma desgraça — comentava a ti Brandona, mas fiquem certos de que o pior está para vir.

Com efeito, dali a dias, um dos rapazes que tinham ficado de guarda à mina, recolhia à cama e logo a seguir outras pessoas caíam doentes. Uma daquelas epidemias cíclicas da Idade Média, tinha feito a sua aparição e ia ceifando imensas vidas. Mais uma vez o povo tomou isto como um grande castigo e, ao ver as pessoas que iam sucumbindo aos estragos da terrível doença, blasfemava contra todos os que, deixando-se seduzir pela miragem do ouro, se atreviam a provocar a cólera dos espíritos contra os mortais.

A ti Brandoa deitou fala:

— Já basta de malefícios. Havemos de consentir que ainda outros ambiciosos venham desafiar as iras do diabo a quem ficaram entregues as riquezas dos mouros? Acabemos com isto.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas, todos às Guimbras. Arrazemos a mina com muitos carros de terra e pedras para que mais nenhum ser vivo possa entrar nos domínios do diabo, onde ele é guarda, nem ele possa mais sair de lá para nos vir causar mais desgraças. Todos às Guimbras.

E foram. Grande extensão da galeria foi entulhada e tudo arrasado e nivelado de tal forma que, passados tempos, do que tinha sido a grande mina do Castelo por onde os mouros desciam com os cavalos ao rio para lhes dar de beber, apenas restava a tradição, tradição que chegou até nossos dias.

HISTÓRIA DE UMAS ALMINHAS

Certo governador do Castelo, cujo nome os séculos levaram consigo, querendo castigar uma falta cometida por uma sua filha, levou-a a Corujeiras e ali, junto a uma fonte, sob encantamento, a deixou ficar à guarda de Belzebut, com o dote que lhe viria a caber em partilha para que com ele pudesse recompensar o seu salvador se um dia chegasse a ser libertada.

Houve tempo em que teve grande voga o livro de S. Cipriano. Era tal a sua fama que, das poucas pessoas que sabiam ler, podiam contar-se pelos dedos as que o não tinham adquirido. O senhor X era possuidor de um desses livros e apaixonou-se de tal forma pela sua leitura que deixou o seu ofício para se dedicar à investigação dos tesouros enterrados por encantamentos. Conhecedor do caso da moura encantada ao pé da fonte em Corujeiras, certo da existência do seu tesouro, baseado nos dizeres do livro, encetou um pormenorizado

estudo do local onde ele poderia fazer. Levou tempo, mas acabou por o identificar. O desfazimento do encanto da moura não era coisa fácil. É que o tesouro e a moura estavam, segundo a lenda, à guarda do diabo. Portanto, com o diabo se teria de haver. Discutir cara a cara com ele, não se afigurava coisa muito simples. E como seria ele? matutava o senhor X. A sua imaginação pintava-o muito feio: focinho comprido a servir-lhe de cara, dois chavelos, cauda bifurcada, olhos em fogo e boca medonha, com dentes salientes. Perante tão horrenda abantesma, não ficaria tolhido? Não. Disso não tinha medo. Quando chegasse a hora de o enfrentar, nos bolsos, bem escondidas, levaria umas medalhas, terço, água benta e a cruz do Senhor l'adre. Isto lhe dava verdadeira confiança.

Andou muito tempo a magicar na sua aventura. Ir só? Não seria demasiada confiança? Mas levar testemunhas era, por certo, abdicar de uma grande parte do tesouro porque, sem boa paga, ninguém queria enfrentar o espírito das trevas. Demais era preciso guardar segredo, não fosse alguém antecipar-se-lhe e estragar-lhe o negócio. O melhor era convencer a esposa a acompanhá-lo.

— Mulher, tens de vir comigo.

— Eu? Credo, abrenúncio.

— Pois é como te digo; tens de vir. Não há-de ficar lá aquela riqueza enterrada, depois de tanto trabalho que eu tive para lhe achar o sítio. Tu levas água benta e eu a cruz do Senhor Padre e as medalhas bentas. O diabo não terá poder sobre nós.

— Eu enfrentar o diabo? Abrenúncio. Que esteja sossegadinho nas profundezas do inferno que eu com ele não quero nada.

Por mais voltas que desse, o senhor X não conseguiu convencer a mulher. Apresentou-se-lhe então um problema difícil: achar homem que o acompanhasse. Foram muitos os convidados mas, ao saberem que era com o diabo que se tinham de haver, ninguém se oferecia. O senhor X andava desolado. Deixar o tesouro para sempre sepultado nas profundezas da terra, sem vantagem para ninguém, quando já tinha descoberto a maneira de o arrancar às garras do demónio? Não, não desistiria.

Os primeiros convites foram todos feitos sob segredo, mas, como não deram resultado, resolveu meter sócios na empresa: repartiria o tesouro em partes iguais. Sempre seria melhor pouco do que nada. Por este modo arranjou três homens decididos, dispostos a correrem todos os riscos.

A noite de S. João era esperada com ansiedade. Durante este período de espera, foi ele dando ânimo aos seus colaboradores.

— Nada de medo. O demónio há-de fazer tudo para nos assustar e não largar mão do tesouro, mas ele não

terá poder para nos fazer mal. Havemos de levar água benta e a cruz do Senhor Padre. Assim coraçados contra o espírito das trevas, nada temos a recear. Coragem e o tesouro será nosso.

* *
*

Noite de S. João. Muito antes da meia noite, já o grupo estava instalado junto da fonte, dentro de um signo saimão, com uma tábua a servir de mesa, um lampião e o livro de S. Cipriano aberto. Ao bater da meia noite iniciou o senhor X, com voz forte, pausadamente, para que se não enganasse, a leitura do exorcismo. Enquanto esta ia prosseguindo, uma onda de calor parecia sufocá-los. Então um dos homens espargiu água benta e a onda de calor passou. A vinda do diabo que todos esperavam e tinham como certa, não se realizou. Repetida a leitura do exorcismo, deu-se o mesmo fenómeno: o calor abrasava, mas o mensageiro das trevas continuava invisível, mas todos ficaram convencidos de que ele rondava por ali. Aquela onda de calor denunciava a sua presença. Então porque não aparecia?

Teria sido mal pronunciado o exorcismo?

Retiraram-se com a mesa às costas, mas o senhor X não se deu por vencido, pelo contrário, veio de lá mais convencido de que ali estava coisa. Estudaria melhor o livro e no próximo ano lá estaria novamente. No entanto não pôde calar o seu desapontamento e foi queixar-se ao Senhor Padre.

— Ó homem, então tu levas água benta e a cruz, metes-te dentro de um signo saimão e querias que o diabo aparecesse?

— Pois é verdade, tem Vossa Reverência razão. O diabo estar lá estava. Aquele calor só podia ser dele, mas não podia aparecer, não. Tornarei lá, mas de mãos vazias. Há-de ser o que Deus quiser. Dê lá por onde der: ele há-de botar para cá o tesouro.

— Mas olha que, se tiveres medo, ficas tolhido.

— Não hei-de ter. Ele não terá poder para nos fazer mal.

— Mas pode meter-te um grande susto que te tolha. Ó homem, não te metas em aventuras, tu já tens com que viver, não precisas do ouro para nada. Olha que a ambição das riquezas tem levado muita gente para o inferno.

Retirou-se o senhor X a magicar nas palavras do Senhor Padre. Na verdade, para viver honradamente, possuía o suficiente. Mas ele tinha uma ambiçãozinha: possuir uma linda carruagem puxada por dois possantes cavalos...

— Quem vai ali?

— É o senhor X...

Como se vê, o senhor X tinha largos voos de imaginação e de ambição, mas o diabo seria mesmo o diabo? — conhecedor desta sua fraqueza, na ocasião própria, como se verá no decorrer desta história, cascou-lhe em cheio e, num momento, o senhor X perdeu todas as suas veleidades. Mas continuemos. Passados dias reuniu em casa os seus colaboradores a quem referiu o que o Senhor Padre lhe dissera. Na verdade, todos concordaram que com a água benta, a cruz e, para mais, metidos dentro de um signo-saimão, o diabo não podia aparecer.

— Nós já sabemos que o diabo vem e que o tesouro existe. Havemos de deixar aquela fortuna ali enterrada para sempre sem proveito para ninguém? Eu estou resolvido a tornar lá. Posso contar convosco?

Todos se entreolharam indecisos. Na verdade era pena, era mesmo insensato ter ali à mão uma chusma de pedras e ouro e não fazer um esforço para recuperar aquela riqueza perdida. Mas enfrentarem o diabo sem terem com que se defenderem, não seria imprudência? Mas a quem é que o ouro não tenta?

O senhor X afirmava-lhes que o espírito das trevas, desde que não tivessem medo, não lhes podia fazer mal. Tendo por certa esta garantia, que haviam de reinar? Sim, iriam todos e a certeza no bom êxito da empresa era tal que cada um levou consigo um saco para transportar o que lhe coubesse em partilha. Entretanto o senhor X ia estudando o livro para ter a certeza de que se não enganaria na leitura.

A noite de S. João apresentou-se carrancuda, a ameaçar tempestade. Juntc à nescente uma pequena mesa, um lampião e o livro de S. Cipriano.

Meia noite no relógio do Castelo. Pausadamente, com voz sonora, o senhor X inicia a leitura do exorcismo aparentando grande serenidade. Sente-se uma aragem quente. Ao longe, para os lados da Velha, ouve-se um ruído que, de minuto a minuto, aumenta de intensidade. Um vento, cada vez mais forte, impele as nuvens e faz remoinhar as árvores. Luzes ao longe iluminam o céu. Um estrondo medonho faz tremer a terra. O senhor X convencido de que aquilo é obra do diabo para os afugentar, continua lendo, calmamente, pausadamente. De súbito, surdiu-lhe um monstro que parecia expelir fogo: cara medonha, mãos descomunais, unhas recurvas e afiadas e nos pés umas pesadas peias de ferro que lhe dificultavam o andar. O senhor X continuava a leitura sem se perturbar. Então o diabo estendeu para ele a mão esquerda que ia crescendo, crescendo e estava quase a atingi-lo e gritou-lhe numa voz cavernosa:

— Ó tu que és cheio de ambição e vives para as riquezas do mundo, és meu.

O senhor X furtou-lhe o corpo e, não vendo os companheiros a seu lado, ó pernas para que vos quero,

deixou de correr para voar. O diabo, por causa das peias, não o pode alcançar, mas a sombra de uma mão forcejava por o agarrar. Então senhor X lembrou-se de pedir a protecção das benditas almas: «alminhas do Purgatório, acompanhai-me que, se eu chegar são e salvo, hei-de mandar construir umas alminhas ao pé da minha casa, onde todos os dias, além das minhas orações, tereis uma luzinha de azeite a iluminar-vos. E cumpriu a promessa. As alminhas foram levantadas e ali permaneceram durante muitos anos.

* * *

Houve quem afirmasse que não tinha aparecido diabo nenhum, que fora uma partida do Senhor Padre ali embuscado a que uma casual trovoada havia dado foros de sobrenaturalidade.

O Senhor Padre nem dizia que sim, nem que não, mas o senhor X e os seus colaboradores afirmaram sempre que o diabo tinha vindo à sua presença. Fosse como fosse, o certo é que o Senhor X apanhou tal susto que queimou o livro e nunca mais pensou em desencantamentos de tesouros.

EPÍLOGO

O tempo não para. Os ventos a que agora chamam os ventos da História entram em toda a parte, penetram em todos os cantos e em toda a parte e em todos os cantos vão deixando os seus malefícios.

Aquelas alminhas embutidas num grande bloco de pedra ali permaneceram até há pouco com a sua luzinha de azeite à noite. Eram simples, não tinham arte, não tinham beleza, tinham a alma do povo com as suas orações, tinham a sua tradição, tinham a sua história. O senhor prior, porém, influenciado pelos tais ventos da história, entendeu que os tempos eram outros e que as alminhas também precisavam de acompanhar o progresso e então vá de ordenar a sua substituição por outras à moda, modernas, artísticas (é duvidoso) bonitas (é discutível). Podem estas alminhas ser tudo o que o senhor prior imaginou, mas à sua volta há um vazio: não têm a poesia do tempo, não têm a alma do povo, não têm a sua luz de azeite ofertada pelos seus devotos, não têm tradição, não têm história.

Não, senhor Prior, se nós tivéssemos jurisdição sobre aquelas alminhas velhinhas, ninguém, nem mesmo os tais ventos da história lhes tocariam e elas ainda hoje lá podiam ser vistas a perpétuar e a testemunhar o cumprimento de uma promessa feita em horas de aflição.

ESCAPÃES NAS LENDAS DO CASTELO

Diz-nos D. Fernando de Tavares e Távora no seu livro «O Castelo da Feira»:

«O poço foi objecto de lendas várias. Nele teria havido um caminho subterrâneo para dar escápula à guarnição em caso de aperto.»

Durante séculos ali permaneceu o caminho, envolto em misteriosas lendas que, à medida que o tempo ia passando, cada vez se avolumavam mais. Ninguém se atrevia a penetrar nas suas entranhas com medo dos duendes que ali tinham o seu poiso; mas um dia apareceu ali um preto que pediu para ser apresentado ao alcaide, pois estava disposto a ir desvendar o misterioso segredo que envolvia o caminho subterrâneo. Ficou admirado o alcaide com a ousadia do homem e, receando pela sua vida, não lhe queria conceder autorização para penetrar no caminho. Porém o homem insistiu tanto com ele que o alcaide acabou de lhe dar a autorização pedida, mas antes disse-lhe:

Sabei que os antigos dizem que quantos homens entraram no caminho, todos lá ficaram: nenhum escapou.

— Alcaide, trago comigo um maravilhoso talismã que afugenta todos os espíritos.

— Então vai.

Todos estavam curiosos por verem o tal maravilhoso talismã e por isso acompanharam-no até a boca do subterrâneo. Ali o preto, desfazendo um embrulho que trazia, apresentou-lhes uma grande campainha que começou a tocar com toda a força. E, enquanto os presentes desataram a rir-se, ele penetrou resolutamente no caminho. Tropeçando aqui, escorregando ali, caindo além, o ouvido sempre atento ao menor ruído, foi caminhando, caminhando, caminhando. De vez em quando parava a escutar para ouvir melhor o eco sinistro da campainha que, naquele medonho silêncio, causava calafrios ao mais afoito. Na verdade, qualquer ser vivo que ali se encontrasse ou fugiria a sete pés, ou morreria de medo.

Tomado algum alento, foi continuando até que, já lá muito longe, avistou uma tênue claridade. Com o coração alvorotado correu para a luz e dali a momentos estava no fundo de um poço por onde rapidamente subiu. Cá fora, livre de perigo e de um grande pesadelo, respirou fundo. Acalmados os nervos, avistado o Castelo lá longe, a sua alegria foi indisível e então exteriorizou a sua satisfação, dando saltos e cambalhotas e gritando sem réplica às palavras do alcaide: escapei, escapei, escapei.

Alguns homens que trabalhavam perto, ouvindo aqueles gritos, acorreram ao encontro do homem que lhes proporcionava tão insólito espectáculo a indagar do que se passava. Então ele contou-lhes a sua odisseia

e pediu-lhes que em memória do seu feito, dali em diante chamassem àquele lugar, escapei. E, na linguagem popular de escapei se fez Escapães.

UM ENCANTAMENTO

Atribuem-se aos mouros poderes extraordinários, sobrenaturais. Daí as lendas de que eles, utilizando esses poderes quando lhes aprazia, faziam as coisas mais fantásticas: os encantamentos. Ai das filhas que, sem assentimento dos pais, se deixassem prender nas malhas da rede que Cupido lhes lançava. Para acalmar uma paixão julgada insensata, umas palavras misteriosas e, nesse mesmo instante, a jovem donzela era transformada num feio animal e naquele estado permanecia até que lhe fosse quebrado o encanto. Vá lá que os pais não eram de todo maus porque, sempre que faziam um encantamento, tinham o cuidado de deixar à filha no local onde ficava encantada, largo dote de que ela se apropriaria se um dia fosse restituída à vida.

No lugar onde eu nasci, todos os antigos falavam, com certa máguia de espírito, de uma rica jovem moura que a intolerância do pai, um antigo governador do castelo, havia encantado junto da fonte da Água da Velha. Toda a gente sabia que, nas noites de S. João, quem fosse afoito e se acercasse da fonte, ouvia uma linguagem estranha, uns gemidos tão dolorosos que penetravam o coração. De noite nunca ninguém descortinou o estranho ser que soltava tão dolorosos queixumes, mas de dia havia quem afirmasse ter visto uma grande bicha que ostentava uma enorme cabeleira à volta da cabeça, coisa nunca observada em qualquer outro réptil. Daí o relacionar-se aquela estranha bicha com a moura encantada.

Em A. de S. R., o caso era muito falado e discutido, especialmente nas espadeladas e, não raras vezes, alguns rapazes mais corajosos diziam uns para os outros: vamos ouvir a moura? E iam mesmo. Quando a noite estivesse serena, os queixumes ouviam-se à distância, mas se alguém se atrevesse a aproximar-se do local de onde partiam os queixumas, logo os cabelos se lhes punham em pé ao ouvirem um silvo medonho, soltado, ao que se dizia, pela tal bicha.

* * *

Certo dia, um rapaz sujeito ao serviço militar, soube que ao regedor havia chegado uma ordem para que apresentasse na administração alguns mancebos para serem incorporados no exército. Como o regedor o não via com bons olhos por ele, às escondidas, lhe namorar uma filha, logo futuroou que era chegada a hora de ele o afastar para longe, mandando-o prestar o serviço mili-

tar. Mal por mal, antes as galés. Mas, triste sina, nas galés sempre a cavalo na morte, no exército à mercê de uma espadeirada. Dilema difícil de resolver. Foi queixar-se à namorada. A filha do regedor era toda desembaraçada, toda expedita e sem papas na língua. Logo foi ter com o pai.

— O pai não vai mandar o António para a tropa. Olhe que lho digo eu, não o mande senão as coisas pintam-se feias.

— Que me dizes, grande malcriada? Não vou mandá-lo? É que vou mesmo.

— Não manda, já lho disse. O pai tem de me dizer aqui agora que não o manda porque, se não mo disser, ele amanhã vai para as galés e eu vou com ele. Então o pai não sabe que ele tem tudo preparado para quebrar o encanto da moura e, para o fazer, só espera pela noite de S. João? O pai quer que eu perca o grande montão de ouro e pedras que ela guarda consigo?

— Ele quebrar o encanto? Aquele fedelho, aquele medricas atreve-se a isso?

— Atreve, sim senhor. Dê-lhe o pai tempo e verá.

— Bem, se é isso, desta vez não irá, mas vai para outra.

Nunca o pobre mancebo se tinha lembrado de tal coisa. Foi um estratagem da rapariga para o salvar da tropa, mas há coisas que nunca se fazem, porque nunca ninguém se lembrou de as fazer. É a história do ovo de Colombo. Quebrar o encanto da moura, dizia-se, era adquirir instantaneamente uma grande fortuna em ouro e pedrarias. Toda a gente acreditava nisto e o regedor não podia fazer excepção. Por isso tinha condescendido com a filha e o rapaz não foi naquela leva, mas o perigo da sua incorporação não estava vencido. Então ele que até ali não tinha pensado na moura, começou a matutar naquilo. Por seu lado a filha do regedor, instigava-o:

— Que medricas és tu que tens medo de uma bicha? Diz-se que tantas pessoas têm ficado riquíssimas com os tesouros das mouras, porque não tentas também?

Com estes incentivos, ele acabou por tomar o caso a sério. Nas horas da sesta passou a rondar a fonte, mas nunca ali encontrou qualquer coisa de extraordinário. Esperaria pela noite de S. João, entretanto iria consultar a Brandoa, mulher muito entendida em benzeduras e exorcismos para saber das possibilidades que se lhe poderiam oferecer. A bruxa acolheu-o com visível interesse e prontificou-se a ensinar-lhe as rezas necessárias com uma só condição: metade do tesouro para ela. (Não se pode dizer que a mulher fosse interesseira).

Aproximava-se o S. João. Naquela noite, a moira não deixaria de aparecer e ele, desse por onde desse, havia de estar junto da fonte para lhe quebrar o encanto. A ti Brandoa, com o pretexto de que ele podia

enganar-se na reza, resolveu acompanhá-lo. As horas contadas minuto a minuto, custavam a passar. Aquela solidão e o silêncio da noite, tiravam o ânimo ao mais afoito. Lá ao longe, na torre do castelo, soa a meia noite. Momento emocionante! De súbito ouviu-se um ruído seguido de um silvo medonho que, por inesperado, tirou a coragem ao António, deixando-o ali espedado, sem vida. Vendo isto, a bruxa benzeu-se três vezes e começou a rezar o Credo em cruz. Logo lhes voltou a calma e então uma voz suave, melodiosa se fez ouvir.

— É ela, diz o António, e principiou a recitar o exorcismo.

Das águas da fonte emergiu a bicha ostentando a sua bela cabeleira. Acabada a recitação do exorcismo, o António descarregou-lhe violenta pancada e nesse mesmo instante surdiu-lhe uma formosa moura que lhe disse: mataste-me, perdeste um tesouro. E tudo desapareceu.

A MOURA DO CASTELO

Corria o ano de mil e tal.

As fronteiras do Kalifado de Córdova chegavam por então às margens do caudaloso Douro, asfixiando nos seus acanhados limites o nascente reino cristão de Oviedo.

Entre as duas facções peninsulares erguia-se cada vez mais irreductível o ódio que continuamente as lançava uma contra a outra.

Do alto das serras portugalenses, alpenduradas para o sul, os olhos perscrutadores dos guerreiros gódos viam eriçar-se de castros e fortificações os cabeços das terras mouriscas onde os descendentes de Agar formavam a defesa das terras que a vitória de Guadalete lhes entregara. Mas não sofria o ânimo cristão, sem impaciências, a vista provocadora desse quase constante estado de guerra.

O mais próximo das raias que demarcava o Douro, era o altaneiro castelo de Lancobriga, cujas torres ameaçadas parecia perfurarem impavidamente o espaço com seus agudos coruchéus, como num desafio insolente ao próprio Deus de Israel.

Governava então o famoso castelo o emir Ali-Ben-Sallah, que no formidável recinto vivia entre o fausto maravilhoso do seu palácio da torre.

Entre os muros ameaçados sempre eriçados de lanças e adagas, na atitude guerreira de quem, a cada momento, espera o golpe do adversário, entre a rigidez da disciplina que Ali-Ben-Sallah mantinha dentro do castelo, só um lampejo de serena doçura, descia até à aridez daquele imperturbável estado de permanente prevenção e desconfiança que dominava toda a guarnição. Era, quando a alguma das janelas da torre asso-

mava, envolta na sua estriaga branca, o rosto formosíssimo da filha de Ben-Sallah.

Zelina, a jovem agarena, era todo o encanto de seu pai que há pouco a dera como noiva ao mais esforçado dos seus capitães.

A tez morena, o rosto oval, os olhos rasgados, profundamente negros, deixando adivinhar todo o fogo da paixão como só uma mulher sabe dar-se ao eleito da sua alma; as formosíssimas tranças, negras como os seus olhos, aparecendo aqui e ali, sob as pregas da estriaga que lhe envolvia o busto, Zelina era a fada boa do misterioso castelo mourisco, onde só a soldadesca da defesa podia entrar livremente. Muley-Akud, o noivo de Zelina era bem o tipo valoroso do árabe guerreiro. Zelina tinha 18 anos; Muley, 24.

O sol, erguendo-se do ocidente doirava todas as manhãs o par gracioso dos dois amantes, sobre quem Mafoma, parece que tinha vertido a cornocópia de toda a felicidade e do amor. Estava apenas por dias o enlace dos esbeltos namorados.

Corria o ano de mil e tal ...

Do alto dos cabeços fronteiros ao Douro, os guerreiros cristãos alpendurando os olhos, perscrutavam atentamente as terras da mourama e, como a águia que prepara o rápido voo com que há-de cair sobre a vítima desprevenida, aguardavam só o momento oportuno para cair em peso sobre as povoações do Kalifado, talando, arrasando tudo, numa dessas correrias selvagens que foram uma das principais características das guerras de então.

Zelina, entre a adoração do pai e o amor do noivo, aguardava ansiosa o dia feliz em que havia de estremecer enfim na volúpia de entregar-se ao homem que amava.

E os dois amantes, almas enlaçadas, olhos fitos nos olhos, corações batendo com igual alvoroço, esqueciam-se às vezes por entre as ameias do castelo, silenciosas, na contemplação do céu límpido que ia afagar-lhes a existência, dizendo muito mais as suas almas gêmeas na mudez do seu olhar tímido, mas profundamente fito um no outro, do que tudo quanto traduzido em palavras pudesse aflorar-lhes aos lábios.

Alta madrugada.

Por entre o escuro copado dos sineiros, agachados como répteis que se arrastam, vultos escoam-se ao longo do Cáster, trepando vagarosamente, silenciosamente, a encosta do castelo de Lancobriga.

Ordens rápidas, em voz baixa, vão-se transmitindo à fila enorme dos vultos que avançam como sombras, como fantasmas, pela íngreme ladeira que leva à fortaleza.

O negro da noite, apesar do céu todo estrelado, não permite reconhecer do que se trata; mas as cautelas

com que avançam, procurando coser-se com o solo, parando ao menor ruído, escutando, ocultando-se com todos os obstáculos, deixa suspeitar que se trata de alguma hoste militar em reconhecimento ofensivo, apesar de não se lhe distinguirem armas.

Sem serem presentidas pelas velas do castelo, os vultos chegaram por fim aos muros da altaneira fortaleza, contra os quais encostaram algumas escadas de mão. Era Abril em flor. Tépidas a madrugada. Embaça o ar o aroma das campinas inebriando as sentinelas do castelo na languidez das mornas alvoradas que convidam à lassidão dos membros e sentidos e ao abandono de cuidados.

Reclinada no varandim da torre, Zelina, no recolhimento íntimo do seu ser, olhava o horizonte, embevecida nesse cenário de sonho, onde na luz azul escura da noite se ia pouco a pouco tingindo do róseo clarão ainda longínquo do sol.

Envolto no seu albornós branco e rubro um vulto se aproximou do varandim e a donzela ouviu pronunciar o seu nome brandamente.

— Zelina.

Assomou a formosa cabeça e reconheceu o noivo.

— Muley. Não te esperava. Sempre é verdade o que se rumoreja?

— Entrei de ronda pela madrugada. Os cristãos agitam-se. Todas as cautelas são poucas.

— Por Allah. Tremo de susto. Porque nos farão mal os cristãos se não lho fazemos a eles?

— Nada receies meu amor. São suspeitas apenas. Nem eles com toda a sua força, seriam capazes de entrar neste castelo formidável.

— Temo por ti, Muley. A minha alma dividiu-se e não poderia viver sem a metade que te entreguei.

— Minha Zelina, afasta para longe esses receios de criança. Nem Allah permitiria que a ventura que nos prometeu fosse agora perturbada tão injustamente. E Allah é justo e bom. Nada temas, minha noiva. Desanuvia essa fronte entristecida por um preságio pueril e envolve-me no manto carinhoso do teu olhar onde só bebo a vida. Zelina eu não quero ver o teu rosto sem o teu sorriso de amor, que é toda a razão da minha existência, que é todo o fogo da minha alma, que é toda a alegria do meu viver. Zelina! por Allah, tita os teus olhos nos meus e pensa apenas na realização tão próxima dos nossos sonhos de amor.

— Tens razão — voltou a apreensiva donzela, como que acordada de passageiro delíquio. Tens razão, mortificam-me os dizeres do povo. Mas Allah não há-de permitir um crime tão injusto e nós havemos de poder enfim amar-nos, beijar-nos, sonhar ... sonhar eternamente ...

Como grito estridente de ave noturna, curtiu naquele instante o espaço, ecoando sinistramente pelo vale, o grito das velas árabes:

— Cristãos! Cristãos!

Zelina, soltando um grito de agonia, levou as mãos ao peito que parecia querer estalar-lhe e Muley, fitando num segundo de espanto a noiva que o olhava como louca, arranca a adaga e precipita-se para o interior do Castelo, bradando: pede a Allah por mim, Zelina, se eu morrer.

Sobre o terrado travava-se já duro o combate entre os defensores que acudiam e os assaltantes que continuamente subiam pelas escadas encostadas aos muros.

Por entre o tinido metálico das armas e o som cavo das achas e massas sobre as armaduras dos combatentes, ouvia-se também já o gemido dos primeiros que tombaram ensanguentando o chão da peleja. Mal se distinguindo ainda, no escuro da noite, a luta feroz entre increpações de uns e exortações de outros, era mais trágica ainda e assumia proporções maiores para os que dos diversos lugares acudiam guiados apenas pelo estridor do combate. Acordado em sobressalto, o pai de Zelina, organiza rapidamente a defesa da torre, despede-se da filha que entrega aos cuidados das suas aias e acode com novo troço de soldados a reforçar a defesa. Muley Akud, à frente com os seus homens e com os olhos da alma postos na noiva estremecida, acometia furiosamente os invasores que teriam cedido ao seu ataque inesperado, se as escadas encostadas às muralhas não lançassem constantemente novos combatentes na peleja. Zelina, enlouquecida de pavor, encerrada nas salas alcatifadas da torre apalaçada, prostrada entre as suas aias, orava em lágrimas a Allah, estremecendo de receios pelo fragor do combate que a pouco e pouco parecia aproximar-se do centro do castelo.

Os primeiros reverberos da alvorada começavam a espreitar as cumeadas do horizonte e os cristãos a nortear a direcção do ataque que, evidentemente, pretendiam levar até à grande torre onde Ben Sallah tinha o seu palácio e onde Zelina tremia de terror.

Compreendendo o aperto da situação, Ben Sallah chamou o valoroso capitão Mulley e ordenou-lhe que, enquanto ele fazia frente aos cristãos, procurasse ele salvar Zelina, fugindo com ela pelo caminho subterrâneo que levava à Porta da Traição.

— Salva a minha filha, Muley, e sê feliz com ela, exclamou. E o velho guerreiro, de um salto, atirou-se para o mais aceso do combate.

Muley, alvoroçado, corre aos aposentos de Zelina, encontrando-a entre as suas servas, orando banhada em lágrimas.

— Partamos. O castelo perde-se.

— E se me cativam, Mulley? Ah! não deixes que me cativem! implorou soluçando a noiva do árabe.

— Não te cativarão senhora. Partamos, não há tempo a perder.

— E meu pai?

— Resiste à raça de covardes que só no escuro da noite sabe atacar. Quando estivermos longe, partirá também.

— Fuçamos então, disse a pobre, sentindo que as pernas se negavam a caminhar.

A Praça de Armas estava quase toda ocupada pelos cristãos que iniciavam já o ataque à grande torre, palácio do emir Ali-Ben-Sallah e Zelina ouviu ainda, ao abandonar a porta do nascente, quase arrastada por Muley, os primeiros embates contra os portões da torre.

Os cristãos atacavam já o castelo por todos os lados.

O sol rompia triunfante dos píncaros do oriente, inundando de luz os terrados do castelo, cobertos de mortos e feridos.

Das seteiras da torre e do eirado choviam nuvens de frechas sobre os atacantes que, pouco a pouco, invadiam todo o castelo. Por isso era tarde para a fuga. Ao sair do limiar, irrompe no parapeito da muralha, Mem Guterres, o chefe da hoste cristã, seguido de três ou quatro dos seus. Num momento, os dois guerreiros medem-se e, num salto de tigre, o mouro cai sobre o grupo e com dois golpes de hadra, despenha os dois mais próximos do alto das muralhas com os crâneos fendidos. Mem Guterres volta ao parapeito e Muley, vendo o perigo, corre a proteger a noiva quase desfalecida encostada à parede da torre.

— A Moura! A Moura! grita Mem Guterres para os dois que o seguiam.

— Salteador da noite! na moura não pões tu a mão enquanto eu for vivo, rouquejou Muley com os olhos faiscantes cravados no guerreiro cristão.

Há momentos que parecem séculos. Os quatro homens mediam-se. Era um contra três para se baterem no estreito espaço entre a torre e a cisterna. Fugir era impossível. Zelina, quase desmaiada, amparada pelo mouro, dificultava-lhe a defesa. A porta da torre fechava-se. Desenhava-se o cerco ao desventurado par, ainda há pouco tão feliz, no intuito claro de cativar a formosíssima donzela, a meiga noiva de Muley que só tinha o braço esforçado do valente capitão para a defender.

— Vão cativar-me, Muley.

— Não te cativarão viva.

Quem não sabe qual era o destino atroz das cativadas nessas guerras sem quartel?

Levemente, sem despregar os olhos dos três adversários, soltou-se da donzela e, de um salto caiu sobre o mais próximo dos seus adversários, cravando-lhe a adaga até aos copos no peito do desgraçado que rolou sem um suspiro no solo.

Rápido como um raio, Muley estava de novo ao lado de Zelina, a maça numa das mãos, a cimitarra na outra, pronto a aparar o ataque.

— Lobos do monte — ruge o árabe, avançando sobre os dois restantes que recuam diante do ataque feroz de Muley, cairemos aqui todos, mas não cativareis a moura.

As armas retinem nas armaduras pesadamente: como tigres, os três acometem-se, ora a golpes de acha, ora a espadeirada que fere lume ao encontrar a resistência das cotas de malha.

Do outro lado do muro divisório a luta continua no assalto à torre do castelo. Escorrem já sangue os três batalhadores e a defesa de Muley começa a enfraquecer.

— Cão dos infernos, brama Mem Guterres, assentando o montante sobre o cimo de Muley, que cambaleia sob a violenta pancada. Pávida de medo, louca de dor, Zelina despertada do seu torpor pela luta que para a defender, sustenta só o noivo da sua alma, erguera-se a custo e sempre protegida pelo guerreiro, seguia com passo cambaleante essa luta de feras que ela já sentia que não poderia terminar pela vitória do seu bem amado.

Refez-se o agareno e numa fúria de golpes faz tombar o companheiro de Guterres.

— Agora nós, brada o mouro.

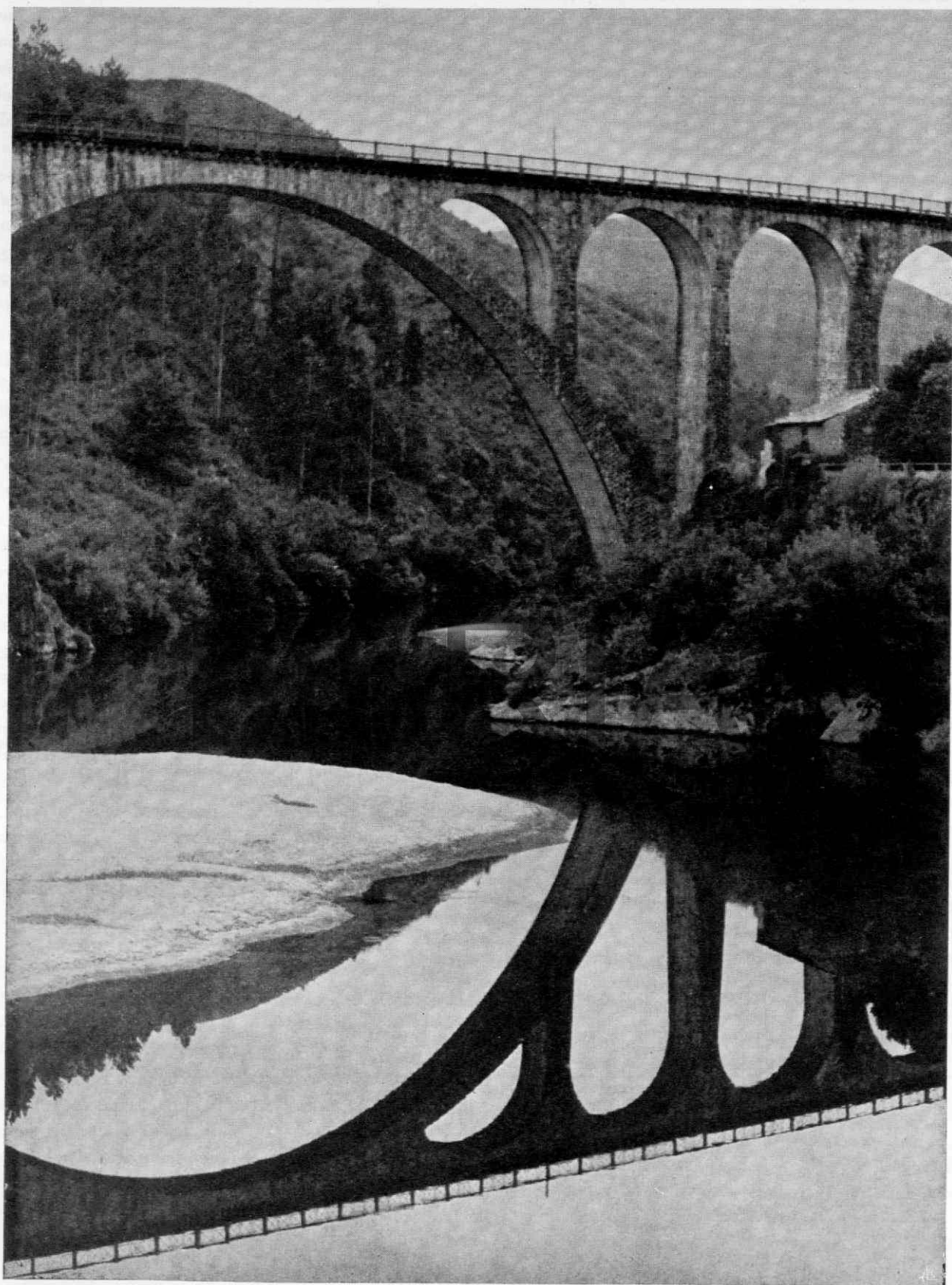
— Perro de Mafoma, rouqueia Mem Guterres. Ainda hoje hás-de levar a alma de presente ao diabo.

Entretanto, reposto do golpe, o companheiro do chefe cristão ergue-se de novo e o mouro, extenuado e sem forças para prolongar a luta com os dois inimigos, aponta à noiva a cisterna. Os dois compreendem o gesto e procuram evitar que Zelina se aproxime do boqueirão do poço.

Num esforço supremo o árabe investe com Mem Guterres que foge para o outro lado do poço, então aperta o seu companheiro contra o parapeito do saliente e precipita-o, como aos primeiros havia feito, no escarpado do castelo. Entretanto, Mem Guterres corre sobre Zelina que, soltando um grito estridente, corre para a boca da cisterna, ao mesmo tempo que o árabe a olha, e precipita-se no espaço diante dos olhos mudos de espanto do desventurado noivo. Mem Guterres, o semblante transtornado, o olhar esgaseado de louco, fita o sarraceno que, automaticamente, vagarosamente, tira o elmo, despe a cota, atira a lancha aos pés de Guterres e, arrancando a curta cimitarra que lhe prendia o lado, crava-a no peito até ao punho, rolando inanimado no chão.

Zelina ali ficou encantada no castelo de Lanco-briga, onde, durante muito tempo vinha em noites de luar, chorar o noivo da sua alma, no parapeito da cisterna. Depois a cisterna entulhou-se e a desventurada moura do castelo desapareceu.

(a) Publicada no Correio da Feira n.º 1119 de 28-12-1918 e com a devida vénia aqui transcrita.



Ponte de Pessegueiro — Sever do Vouga

Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras—Secção de Ciências Histórico-Geográficas—pela Universidade de Coimbra

9

COMMERCIO DA FEIRA

Começou a publicar-se em 2 de Janeiro de 1902 e teve o seu termo em 13 de Fevereiro de 1908, com o número 320.

Era distribuído às quintas-feiras, com o formato de 0,48 a 0,49 x 0,33, com quatro páginas, a cinco colunas cada.

Usou diversos tipos no seu título: um no primeiro número, provisório por ter faltado o que havia sido encomendado e que já foi utilizado no número dois, mantendo-se até ao 52 de 25 de Dezembro de 1902 e, finalmente, outro desde o número seguinte até ao último.

O jornal começou a distribuir-se, a partir do número 94 de 15 de Outubro de 1903, em formato maior e mais desenvolvido nas suas secções.

Teve a sua redacção e a sede da administração na rua Direita (hoje do Dr. Roberto Alves), nos números 42 e 60.

Imprimiu-se na já falada tipografia municipal, mas a partir do número 90 de 17 de Setembro de 1903 em tipografia própria do jornal, em prelo inglês que adquiriu com o tipo necessário para a sua composição em formato maior (0,49): em 15 de Outubro de 1903, em folha separada, anuncia aquela aquisição e que, devido aos trabalhos de instalação das suas oficinas de tipografia, só então podia fazer distribuir os números em atraso, no antigo formato.

O seu director político foi o Dr. Eduardo Vaz de Oliveira, que nasceu na Casa das Ribas, além do Castelo, desta Vila da Feira, em 17 de Julho de 1867, onde faleceu a 7 de Agosto de 1920.

Era filho do grande advogado, desta mesma Vila,

Dr. Joaquim Vaz de Oliveira e de sua mulher D. Libânia Amélia Vaz de Almeida Teixeira.

Casou com D. Madalena de Sousa Vaz Borges de Castro, filha do Dr. Roberto Alves de Sousa Ferreira, que foi distinto advogado e professor catedrático da Universidade do Porto e de sua mulher D. Emília Henriqueta Bandeira de Castro e Sousa Ferreira.

Bacharel—formado na faculdade de Direito, pela Universidade de Coimbra, em 1890, exerceu, com brilho, a advocacia, nesta Vila da Feira, até ao seu falecimento.

Fez parte do partido regenerador, mas após a cisão aberta pelo conselheiro João Franco, de que resultou a constituição do partido regenerador-liberal, acompanhou este, como chefe político do partido neste concelho, tendo abandonado a actividade política em 1903, quando do regicídio e da queda do governo da chefia do mesmo estadista, mantendo-se sempre fiel à causa monárquica.

Foi vice-presidente da Câmara Municipal da Feira, no exercício de 1893-97, tendo sido licenciado, a seu pedido, em Outubro de 1896; em 2 de Janeiro de 1908 tomou posse da presidência da Comissão Administrativa da mesma Câmara, cargo que deixou de exercer em Fevereiro desse ano.

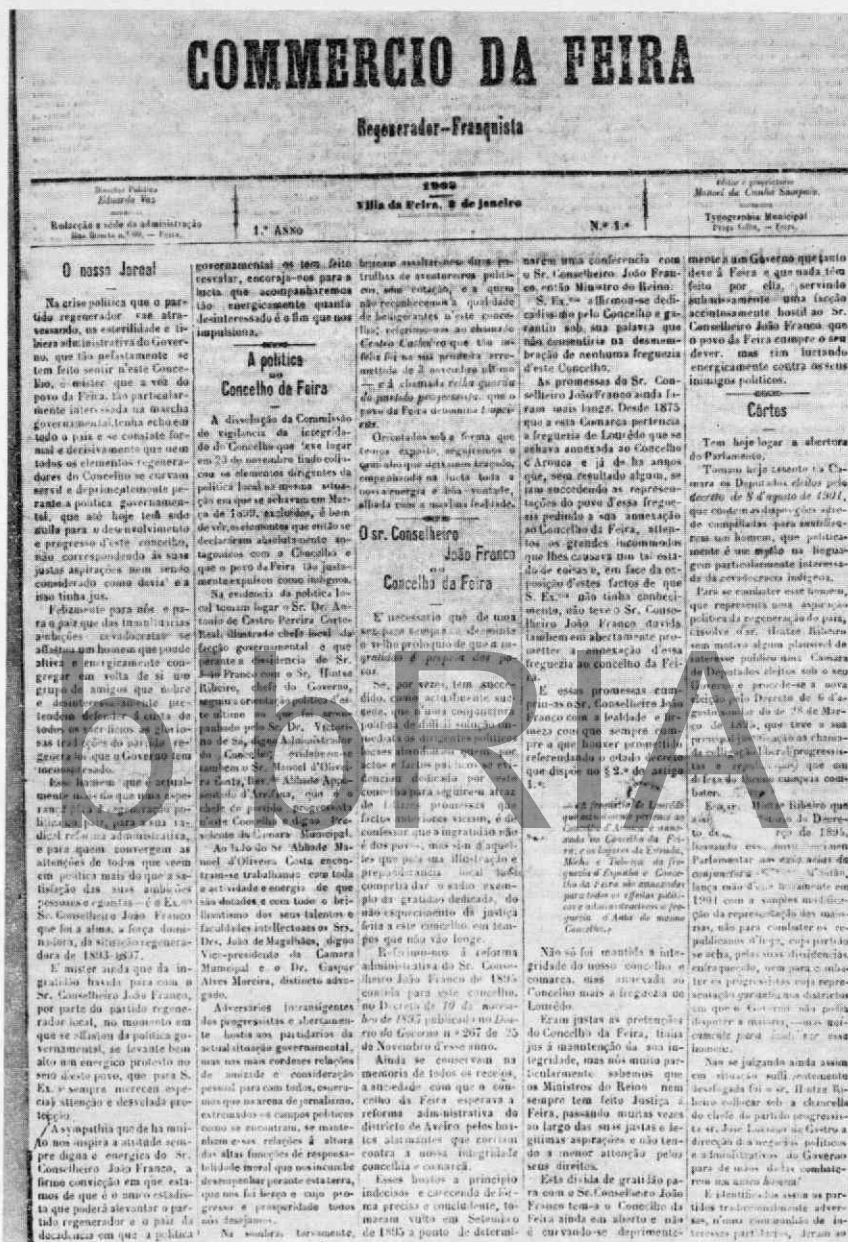
Em 1902, fez parte do Conselho Distrital d'Agricultura e, em sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais de 13 de Janeiro de 1910, foi nomeado seu vogal correspondente «em atenção aos seus merecimentos e zelo pelas obras d'arte e antiguidades pátrias».

Dedicado defensor dos direitos e interesses do concelho e da comarca da Feira, destacou-se, de modo notável, na campanha de que resultou a criação do concelho de Espinho.

O «Commercio da Feira», a princípio, teve, como editor e proprietário, Manuel da Cunha Sampaio, irmão da viscondessa do Reboleiro mas, a partir do número 24

de 12 de Junho de 1902, passou a ser seu editor e proprietário Bernardo Leite Fernandes, por cedência que lhe foi feita por aquele Sampaio, por escritura de 10 de Junho desse ano de 1902.

Aquele Virgílio Ribeiro (Virgílio Apenseler Ribeiro) era filho de Manuel José da Silva Ribeiro, (fundador e proprietário do «Jornal da Feira»): fez profissão do jornalismo, tendo fundado, depois de ter servido no



Desde o número 94 de 15 de Outubro de 1903, até ao 97 de 5 de Novembro seguinte, figura como editor, proprietário e administrador — Virgílio Ribeiro, voltando, a partir do número 98 de 12 do mesmo mês, a aparecer como editor, proprietário e administrador, o mencionado Bernardo Leite Fernandes, o que se manteve até ao número 277 de 18 de Abril de 1907: a partir do número seguinte, até final, figura como director e proprietário, o Dr. Eduardo Vaz.

«Commercio da Feira», os jornais desta vila, que adiante serão referidos, — «Brinco» — «Informador» — e «Notícias».

Oportunamente será referido, com maior desenvolvimento.

O «Commercio da Feira», muito combativo, fundou-se e manteve-se para defender a política do referido partido regenerador-liberal, do qual foi órgão no



Concelho da Feira e, ainda, para defender os interesses deste concelho, sua sede e comarca.

Sempre na mesma orientação política, denominou-se a princípio «Regenerador — Franquista» e, a partir do número 72 de 21 de Maio de 1903, «Regenerador-Liberal», designação que não alterou até ao fim da sua publicação.



Dr. Eduardo Vaz de Oliveira
Director do «Commercio da Feira»

Teve muitos e bons colaboradores, destacando-se, entre eles: o Dr. José Júlio Gonçalves Coelho, nomeadamente com o seu erudito trabalho sobre o Castelo da Feira, do qual publicou, em folhetim, a sua segunda parte; Moura Guimarães, com seus versos e trabalhos em prosa, além das suas crónicas do Porto e de outras terras do país; José Cândido Marques de Azevedo, com seus versos e Luiz Augusto da Silva Canedo, da casa das Regadas, da freguesia de Sanfins, deste concelho.

Publicou muitos artigos sobre a história da Feira, seu Castelo, das Terras da Feira e de Santa Maria, tudo com transcrição de muitos documentos, além da correspondência de Lisboa, Porto e outras localidades do país, secções muito variadas e desenvolvidas, como — informações, literatura, agricultura, floricultura, arboricultura, culinária e vida mundana, política e social, que se estendeu a tempos recuados do século passado.

Como já dissemos, no seu número 33 de 14 de Agosto de 1902, publicou uma resenha, com breve informação, dos jornais que, até então, se tinham publicado na Vila da Feira — intitulada «Imprensa jornalística na Vila da Feira», finalizando por dizer, o que se lembra pela sua actualidade — «talvez que ainda um dia tenham préstimo as informações que aqui deixamos constatadas». E assim aconteceu.

A este jornal referem-se o Dr. Zagalo dos Santos e A. Carneiro da Silva, nos seus já citados trabalhos publicados no Arquivo do Distrito de Aveiro — volume 9.º, respectivamente, a fls. 157 e 197.

Naquele diz-se que o «Commercio da Feira» se publicou nos anos de 1907 e 1908; é equívoco, pois, como já disse, ele iniciou a sua publicação em 1902 e perdeu até 1908.

O «Commercio da Feira» tinha uma apresentação agradável e era bem impresso.

Deste jornal tenho uma colecção completa, no meu arquivo, existindo muitos números na Biblioteca Municipal, desta Vila.

10

PROGRESSO DA FEIRA

Começou a sua publicação em 17 de Julho de 1904 e manteve-se até ao número 812 de 28 de Março de 1920.

como pertença dos seus descendentes: a sua impressão fazia-se na tipografia municipal na praça Velha (hoje do Dr. Gaspar Moreira).

Domingos Augusto de Sousa, foi aparentemente, o fundador do jornal, mas, de facto, ele foi fundado pelas pessoas que então se destacavam, neste concelho, no partido progressista. Aquele é enunciado, no primeiro número, como administrador, sem se dizer quem era o proprietário; só no número 104 de 8 de Julho de 1906 é que se dá conhecimento que ele era o seu proprietário e administrador, o que ainda se mantinha no número 245 de 21 de Março de 1909.

Numero 1.

Domingo, 17 de Julho de 1904.

Anno 1.

ASSIGNATURAS
(Pagamento adiantado)
Feira, 3000... 500 reis
Continente e ilhas, 1.000...
África... 2.000...
Brasil... 2.500...
Número avulso... 20...
Redacção e administração,
FARMACIA BOCA.

PROGRESSO DA FEIRA

ORGÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA

Editor,
Manoel Maria Correia de Sá.

EXPEDIENTE
Aos nossos prezados colegas a quem nos permitimos enviar o «Progresso da Feira» e a quem afeciosamente cumprimentamos, pedimos o obsequio da permissão.
A todas as pessoas a quem tomamos a liberdade de enviar o jornal pedimos o favor da sua assignatura.
PROGRESSO DA FEIRA
De ha muito que o partido progressista do concelho da Feira aspirava a ter na imprensa um órgão que fosse propriedade sua, que creasse e visse progredir acautelado pelos cuidados de todos os seus amigos, que pudesse ser o echo fiel das suas aspirações partidárias e traduzir e fomentar

POLITICA PROGRESSISTA
Estamos convencidos de que se acha desfeita a lenda da desunificação partidária entre os elementos do partido progressista. Julgamos que, ainda os espiritos menos confiantes, a estas horas se não atreverão a pôr em duvida a harmonia absoluta n'este importante partido, que tem primado sempre na observancia religiosa da mais rigorosa disciplina. O partido está unido e forte, e apto para exercer a sua acção politica logo que as circunstancias se tornem de feição a reclamar os seus serviços. Assim o affirmam os seus mais conceituados jornaes e assim o tem por muitas vezes evidenciado a sua folha official.
O sr. José Luciano, com cuja enfermidade se tem para ali ex-

ocasião, é traidor ao seu partido e deve ser riscado da lista dos elementos progressistas.
Na lucta é que se retemperam os animos e avigoram as energias: a politica nem sempre fornece delicias de Capua para gosar ou egoismos e vaidades a satisfazer; tem espinhos que ferem mas que é necessario afrontar para se adquirir jus a receber considerações e apetecidas preponderancias.
Não sendo assim, má politica e pessimismos politicos.

Conselheiro José Luciano de Castro
Accentuam-se as melhoras do illustre chefe do partido progressista sr. conselheiro José Luciano de Castro.
S. ex.ª tenciona muito brevemente vir para a sua casa da An-

quadra convida aos frescos do mar e não se deve levar isto tanto a sério que se não cuide tanto da sardinha que tão precisa nos é.
E' provavel que, passadas as temporadas balnearias e refeitos os varios influentes de tamanhas magadas que os acoorcentaram a um trabalho insano por largos meses, voltem com novas energias e tenhamos então uma eleição de camara com todos os seus accpipes, acompanhados da salubra intriga de muita desillusao. Mas d'aqui até lá, Deus dirá...
—Ha tempos que se não falla já no nosso malfadado caminho de ferro do Valle do Vouga. Passará á historia, como tantas promessas fementidas da actual situação.
Para nós ninguém olha.
D'aqui a pouco enrussam-nos no porto-ártur da nossa vida, cor-

Saía aos domingos: o seu formato era de 0,51 x 0,35 tendo quatro páginas, com cinco colunas cada uma.

A princípio imprimia-se na tipografia municipal por, o seu administrador, Domingos Augusto de Sousa, a ter arrendado dando, assim, lugar a que o «Jornal da Feira» cessasse a sua publicação, como já referimos.

A sua redacção e administração era na farmácia Sousa — na Rua Direita (hoje do Dr. Roberto Alves) que era propriedade daquele, farmácia que ainda hoje existe

Mais tarde, também assumiu a responsabilidade de editor, posição que ainda conservava no número 328 de 23 de Outubro de 1910.

Até ao número 19 de 20 de Novembro de 1904, figura, como editor do jornal, Manuel Maria Correia de Sá, proprietário e alfaiate do lugar da Lameira, desta vila, conhecido pelo Flora.

A partir do número 20 de 27 de Novembro de 1904, assume a direcção política do jornal o já referenciado (aquando do estudo do «Jornal da Feira», do qual tam-

EDITOR
Julio Fernandes
Pinto
Sede da
administração
PRIMEIRA SÓCIA
FEIRA

ASSIGNATURA
Papéis e impressão

Feira, ar. de. . . 50 cent.
Circulação livre e encada
Alves. 400 cont.
Brasil. 450 cont.
Número avulso. 20

A FEIRA

Composição e im-
pressão
Typographia Municipal
Praça da República, 414
Vila da Feira.

ANNUNCIOS

Cada linha 7 cent., respo-
das 2 cent. no corpo de
jornal 5 cent. e pertencen-
tes, prazo de 15 dias.
Anuncios de qualquer
natureza de que se este-
ja em exemplar.

Redactor principal, proprietário e administrador — Domingos Augusto de Sousa

bém foi director) Dr. João Pereira de Magalhães, que a partir do número 147 de 5 de Maio de 1907 já se apresenta como director do «Progresso», sem qualquer restrição: foi casado com D. Adelina Alves de Amorim.

Desde o número 104 de 8 de Julho de 1906, surge como redactor principal Domingos de Castro, de Táboa, que se manteve nessa posição até ao número 327 de 16 de Outubro de 1910; no número seguinte aparece substituído por Dr. Adolfo A. da Conceição, que foi advogado nesta Vila, cargo que ainda mantinha no número 380 de 22 de Outubro de 1911.

No número 768 de 20 de Abril de 1919, Domingos Augusto de Sousa já se intitulava director, proprietário, administrador e editor.

Quando o jornal, em consequência de ter sido suspenso, por motivos políticos, em 1916, teve de sair sob o título «A Feira», no seu número um de 31 de Dezembro daquele ano de 1916 — Domingos de Sousa intitulava-se redactor principal, proprietário e administrador, sendo editor Júlio Pinto. No número 750 de 22 de Dezembro de 1918, reaparece o Dr. João de Magalhães (advogado) como director do jornal, mantendo-se Domingos de Sousa como seu administrador e editor.

Domingos Augusto de Sousa nasceu em Braga em 26 de Janeiro de 1874, sendo filho de Manuel da Silva e Sousa e de Maria do Patrocínio Gomes de Sousa. Veio para esta vila em novo, comprando a farmácia Rocha, que estava instalada na mesma rua Direita, no prédio que hoje pertence a D. Adelaide Valente, estabelecimento que transferiu, em Novembro de 1899, para a casa de José Fernandes Pinho, defronte da Igreja Matriz, de onde foi mudado, mais tarde, para o local onde hoje ainda existe: nela exerceu a profissão de farmacêutico até ao seu falecimento em 24 de Janeiro de 1924.

Casou em 1904, nesta vila, com D. Adelina Amália Correia Alves, filha de Francisco Plácido Alves, tendo deste casamento dois filhos: Dr. Domingos Caetano de Sousa, distinto médico nesta vila, onde é sub-delegado de saúde, médico municipal e provedor da Santa Casa da Misericórdia, antigo e muito ilustre presidente da

Câmara Municipal da Feira, casado com D. Cacilda Nery de Oliveira e Sousa; D. Maria Felicidade de Sousa Alves Moreira, casada com Júlio Alves Moreira, antigo tesoureiro e chefe dos serviços municipalizados da mesma Câmara, que foi director do Jornal «Tradição», que adiante será referido.

Domingos Augusto de Sousa, de fino trato, foi um vulto muito distinguido no meio social e político da Feira, onde exerceu a sua actividade de farmacêutico, com muita proficiência e probidade profissional.



Domingos Augusto de Sousa
Director do «Progresso da Feira»

A sua farmácia era o ponto de reunião dos progressistas e, mais tarde, dos principais vultos da direita — quer monárquicos, quer republicanos.

Foi vereador substituto da Câmara Municipal da Feira, no exercício de 1902-1904.

O «Progresso da Feira», como dissemos, fundou-se para defender a política do partido progressista, como seu órgão no concelho da Feira, continuando a posição assumida pelo «Jornal da Feira»: justificou a sua publicação pela necessidade que o partido tinha de ter, na imprensa concelhia, um órgão que fosse propriedade sua.

Assim se conservou até à proclamação da república: a partir de então, extinto aquele partido, passou a designar-se «Semanário Independente», mas manteve, até à sua extinção, simpatia pela causa monárquica.

No seu primeiro número esclareceu a sua orientação, nos seguintes termos: «Politicamente o caminho está traçado e definido: acompanhar com a maior dedicação e lealdade o partido de que vem ser órgão local, vivendo a sua vida, gosando com os seus triumphos e acompanhando-o nas horas d'amargura, sem excluir nunca a verdade e a justiça, como lemma primário da sua norma de conduta: sob o ponto de vista local «Progresso da Feira», como o seu título o indica, envia todos os seus esforços em favor do progresso material e moral do concelho da Feira...»

Em Dezembro de 1916, por motivos políticos foi ordenada superiormente a sua suspensão, do que resultou já não sair o número do dia 17.

Em 31 de Dezembro seguinte saíu, em sua substituição «A Feira», o que se manteve até 4 de Fevereiro do ano de 1917.

Na sua apresentação, insurge-se contra a falta de liberdade de imprensa e comenta: «As armas que traçamos são as da Razão, do Direito e da Justiça, aquellas que sempre temos brandido e com as quaes hemos de morrer como em português antigo soie dizer-se. Ellas só podem incomodar aquelles que de qualquer destas tres virtudes, estejam, porventura, divorciados. As outras são armas prohibidas visto que representam o arbitrio, a violência e a expoliação Repudiamo-las».

Foram principais colaboradores do «Progresso da Feira», entre outros, o seu director Dr. João Pereira de Magalhães, Dr. Gaspar Alves Moreira, Padre Alexandre Milheiro, que foi pároco das freguesias de Travanca e Souto, deste concelho, com suas «notas a esmo» e outros valiosos e muito interessantes artigos literários e de polémica, o erudito padre Augusto Oliveira Pinto, pároco de S. Vicente Pereira, Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro, José Cândido Marques de Azevedo, conselheiro José Pinheiro Mourisca Júnior e conselheiro padre Ma-

nuel de Oliveira Costa, chefe local do partido progressista durante muitos anos e presidente da Câmara Municipal da Feira, em sucessivos exercícios.

Também colaborou o Padre Arêde (número 750 de 22 de Dezembro de 1918 e seguintes).

A este jornal referem-se, igualmente, o Dr. Zagalo dos Santos e A. Carneiro da Silva, no citado volume 9.º do Arquivo do Distrito de Aveiro, respectivamente, a fls. 157 e 297, nada adiantando ao que já fica referido.

Além da sua principal característica de jornal político, também era muito noticioso, com diversas crónicas, secções reservadas à vida mundana, literatura e história, com correspondência de diversas localidades.

Tinha bom aspecto gráfico e uma apresentação agradável.

Juntamente com o «Correio da Feira» e o «Commercio da Feira», representaram, na primeira década deste século (vindo o «Correio da Feira» já da última década do século findo) e até à proclamação da república, os principais partidos da monarquia, respectivamente, o progressista, regenerador e regenerador-liberal (franquista), aos quaes, no fim da década, se associou a «Gazeta Feirense» também regenerador e o «Notícias da Feira», dissidente ou alpoïnista.

Viveram e reflectiram, nos seus vibrantes e agressivos escritos, uma época em que as lutas políticas atingiram um grau elevado de violência e intransigência.

Tenho em meu poder alguns números do «Progresso da Feira»: outros existem na Biblioteca Municipal da Feira e, ainda embora poucos, na Nacional de Lisboa.

11

O BRINCO

Não me foi possível ver qualquer número deste jornal, apesar dos esforços feitos: possivelmente já nenhum existe.

Contudo, verifiquei que teve o seu início em fins de 1907, ou princípios de 1908, porque o «Commercio da Feira», no seu número 310 de 5 de Dezembro, daquelle ano de 1907, anuncia «Brevemente sahirá à luz da publicidade um jornal intitulado — o Brinco — publicação humorística e literária».

Informa, também, que a edição é da «Agência Elucidativa de Virgílio Apenseler Ribeiro» e que a sua publicação teria lugar aos domingos.

Outro esclarecimento consegui através do «Correio da Feira»: no seu número 563 de 18 de Janeiro de 1908, informa que, no dia seguinte, um domingo, «contará 3 números um jornalsinho que há três semanas nasceu

na Feira», intitulando-se — «O Brinco», da direcção de Virgílio Apenseler Ribeiro, filho do iniciador da imprensa periódica entre nós e propõe-se a humorismo e literatices».

Continuando, esclarece, com muita utilidade, para estes trabalhos: «O jornalsinho, assim no diminutivo porque é de diminutas dimensões, merece as nossas boas vindas, sobretudo porque denota o esforço de uma vontade e a vontade de um artista. O dizer-se que «O Brinco» é feito em prelo de madeira delineado pelo pae do director, é o mesmo que, elogiando o pae, fazer votos pelo futuro do filho...».

Se o jornal saiu com regularidade, temos que concluir que teve o seu início no domingo 5 de Janeiro de 1908 e que, pelo menos, foram publicados dois números.

Como o jornal que lhe sucedeu — «Informador» — (também dirigido pelo Virgílio Ribeiro) deve ter iniciado a sua publicação em Março de 1908, como adiante se pretende demonstrar, o «Brinco» deve ter acabado nos fins de Janeiro ou em Fevereiro de 1908 — a não ser que tivesse coexistido com o «Informador», o que não é provável.

Virgílio Apenseler Ribeiro era filho do já falado Manuel José da Silva Ribeiro, que foi o fundador e proprietário do «Jornal da Feira» e de sua mulher D. Maria do Vale Pinto de Moura.

Nasceu na Vila da Feira, em 26 de Dezembro de 1881, tendo casado com D. Alice Carmina de Sousa Lima de Azevedo Sanhudo Mendonça de Vasconcelos Ribeiro: deste casamento houve, pelo menos, dois filhos — Mário Virgílio Apenseler Ribeiro e A. Vasconcelos Ribeiro, este actualmente funcionário na Marinha Grande.

Ambos têm colaborado com seus escritos, em diversos jornais regionais e desportivos.

Virgílio Ribeiro — que, nesta vila, dirigiu este jornal e ainda o «Informador» e deu início ao «Notícias da Feira» foi, depois, para Cortegaça, concelho de Ovar, montando aí, uma tipografia onde se imprimia um jornal, do qual saíram poucos números: seguiu depois para Viana do Castelo, onde casou. Mais tarde fixou-se na vila da Marinha Grande, falecendo em Coimbra em 8 de Novembro de 1939.

Segundo me disse Francisco Vicente da Costa Neves, os principais colaboradores deste pequeno jornal foram Manuel Soares Vila Nova, filho do escrivão — notário que foi desta vila, António Soares Vila Nova e Alberto Ferreira Monte Santos, já referido neste trabalho.

O Dr. Zagalo dos Santos — no seu livro «Ovar na Literatura e na Arte» informa que existiu em Ovar um

periódico denominado «Correio de Ovar» com a seguinte anotação «órgão dos interesses do concelho, disia ser. Foi redigida por Virgílio A. Ribeiro, Manuel Augusto da Silva Cordeiro e Manuel José da Silva Ribeiro. Foi composto e impresso na Tipografia Liberal, que pouco antes se instalara aqui, vinda da Vila da Feira. Em 25 de Dezembro de 1912 saíu o primeiro número, o segundo em 5 de Janeiro seguinte e d'aí por diante, até 12 de Maio, passou a sair semanalmente».

Zagalo dos Santos também se refere a este jornal no seu já citado trabalho publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro — Volume 9.º a fls. 149 — mas dá, como seu termo, 5 de Janeiro de 1913.

Naturalmente, ao tempo em que foi para Cortegaça é que fez parte, juntamente com aquele Manuel José da Silva Ribeiro, seu pai, da redacção de «O Correio de Ovar».

12

INFORMADOR

Não consegui ver o primeiro número, mas apurei através do «Correio da Feira», a data aproximada em que este jornal iniciou a sua publicação, pois diz no número 526 de 4 de Maio de 1907: — «O Informador —



Virgílio Apenseler Ribeiro
Director do «Informador»

O INFORMADOR

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Director e administrador,
Virgílio Apenseiler Ribeiro.

Redacção, typographia e sede
da administração, — Largo da
Misericórdia, n.º 162. — Feira.

Propriedade da
AGENCIA ELUCIDATIVA

Num.º 41

— Sexta-feira, 1 de Janeiro de 1909. —

ANNO II.

A NOSSA ATTITUDE

Finalmente resolve-se a criar a politica pela organização do ministerio que já de todos é conhecida.

É um bom ministerio? É um mau ministerio? A sua obra o dirá.

O nosso desejo ardente, sincero e decidido é que tenhamos um governo que se assignale por uma administração intelligente e honesta, que traga ao país esse socorro e confiança tão precisos á normalidade da nossa vida social.

Ha uma longa data que os sobressaltos e incertezas se succedem; que a desconfiança é manifesta.

Este estado, que é urgente acabar, é o mais nocivo possível ao desenvolvimento da actividade nacional.

Todas as classes se sentem prejudicadas nos seus elementos de vida; o trabalho não produz como deve produzir, a ini-

Experiencia? É isto a-rto á volta d'um rei?

É isto vantajoso para os interesses da collectividade?

Quaes são as causas que determinam essas dissidencias partidarias?

É o desacordo de doutrinas? São casos de principios que nem todos podem perfilhar?

Não! A causa de tudo isso provém unicamente de uma triste questão de hyasope, em que todos se sentem melindrados por não terem o lugar principal.

E o país tolera isto tudo com paciencia evangelica!

Pois ainda ha bem pouco tempo um facto, unico na nossa historia, devia servir de ponderoso aviso a todos os homens publicos portugueses.

O tempo das aventuras, das vaidades desmedidas e das ambições sem limites deveria ter ficado por ali.

Não o querem? Que maiores desgraças nos estarão destinadas?

A doutrina dominante, e unica verdadeira, é aquella que antecipa as suas aspirações, haurir as suas validades, utilizar-se em proveito proprio do que melhor e mais facilmente poder obter, muito embora para isso baqueiem thronos, desabem instituições seculares, e até as proprias nacionalidades desapareçam.

Sugerem-se-nos essas tristes reflexões porque somos dos que pensamos ao avesso.

A nossa attitude politica conhece-a o país inteiro e todos conhecem a causa que no-la obrigou a tomar. Não estamos arrependidos.

O nosso unico fim é sermos uteis á collectividade; e, quando intendemos um dia, que a marcha politica do partido onde nos enfileiramos ao serviço da causa publica se desviava da linha do dever, deitamo-nos abaixo, sacrificando interesses, abandonando tudo quanto nos podia honrar, e quanto nos podia fa-

MULHER

Serás uma rosa
no mago pu-lor?...
Serás um archanjo
nos risos do anjo?

Não sei. É mysterio,
mysterio de Deus;
eu vejo em tous olhos
infernos e céos.

Esp'ranças me furtam,
esp'ranças me dão...
acaba o engano
—amasse ou não!—

Os tristes suspiros
que aos labios te vem,
solta-se teu peito
com dôr ou deslem?

Que esp'rança, mulher,
em ti posso ter,
se és fonte perenne
de negro sofrer!!

Em tipografia própria, começou a publicar-se n'esta vila este quinzenário: dirigido pelo sr. Virgílio Apenseiler Ribeiro e que, conforme o seu título, tem em vista informar os Sócios da Agência Elucidativa de que o mesmo sr. Ribeiro é proprietário».

Teve o seu termo em 17 de Fevereiro de 1909, com o número 48.

Começou como quinzenário passando, depois, para semanário. Quando era semanário saía às sextas-feiras, como vi no referido número 21: ainda assim se mantinha no número 41 de 1 de Janeiro de 1909. Tinha quatro páginas, cada uma com quatro colunas: o seu formato era de 0,465 x 0,305.

Foi seu director e administrador o já aludido Virgílio Apenseiler Ribeiro, cabendo a propriedade à Agência que lhe pertencia denominada Elucidativa; teve a sua redacção, tipografia e sede da administração, no largo da Misericórdia número 162, desta Vila da Feira.

A principio o jornal teve natureza meramente informativa, tendo-se orientado, depois, pela politica do partido dissidente ou alpoïnista.

Em sua substituição nasceu, o «Notícias da Feira» que também acompanhou este partido, do qual veio a ser órgão no concelho da Feira.

O «Informador» esclarece a sua posição e a do jornal que lhe succedeu, no seu referido e último número 48 de 17 de Fevereiro de 1909. «Com este número termina o Informador a sua publicação. Em sua substituição, porém, aparece o Notícias da Feira... é como que o continuador de o Informador; mas com praça assente em um partido político definido, partido cujos principios defenderá com toda a fé, com toda a esperanza na crença sinceríssima de que da sua nobre acção nos negócios nacionais, dias de prosperidade advirão para o nosso querido paiz... Demais já o informador se havia alistado nas fileiras da dissidência».

Alguns dos seus números estão na Biblioteca Municipal da Feira.

O «Informador» tinha várias secções, como informação, politica, literatura e sociedade.

O Dr. Zagalo dos Santos, no seu já referido trabalho, diz que este jornal se publicou desde 9 de Agosto

de 1907 a 12 de Fevereiro de 1909 sendo a princípio quinzenário e depois semanário: como já anotámos equivocou-se quanto à data do início e do termo da publicação deste jornal.

13

GAZETA FEIRENSE

Começou a publicar-se em 23 de Novembro de 1908, dia em que a Vila da Feira foi visitada por El-Rei D. Manuel II, aquando da inauguração do Caminho de Ferro do Vale do Vouga, troço de Espinho a Oliveira de Azeméis.

Não encontrei o último número: porém «O Correio da Feira», no número 745 de 28 de Outubro de 1911, noticiou que a «Gazeta Feirense» havia cessado a sua publicação.

Era semanário e saía às segundas-feiras, com quatro páginas, a quatro colunas cada, no formato de 0,51 x 0,35.

No número 50 de 1 de Novembro de 1909, o seu cabeçalho sofreu uma leve alteração, imprimindo-se em letras mais pequenas o nome do seu proprietário e a designação da sua orientação política.

Aquele cabeçalho era interessante, sendo um dos mais curiosos entre o de todos os jornais publicados nesta vila.

O seu título aparece envolvido, no seu lado esquerdo, pela reprodução do Castelo a sobressair de um maciço de árvores e, no seu lado direito, por uma vista do centro da vila.

Tinha a sua redacção, administração e oficinas, nesta vila, nas Eiras n.º 182.

No seu primeiro número figura como proprietário Vaz Ferreira (Dr. Henrique Vaz de Andrade Basto Ferreira) e como director o já mencionado Pinto Valente (Joaquim José Pinto Valente).

No número 104 de 14 de Novembro de 1910 já o Dr. Vaz Ferreira não aparece como proprietário, mas apenas como fundador, sendo a propriedade atribuída à Empresa do periódico «Gazeta Feirense».

Pinto Valente passa, então, a director-editor, mas, no número 120 de 6 de Março seguinte, já ele figura como proprietário director e editor.

A divergência de orientação, que está na base destas transformações, foi denunciada no número seguinte de 13 de Março: — «A pedido do sr. dr. Vaz Ferreira,

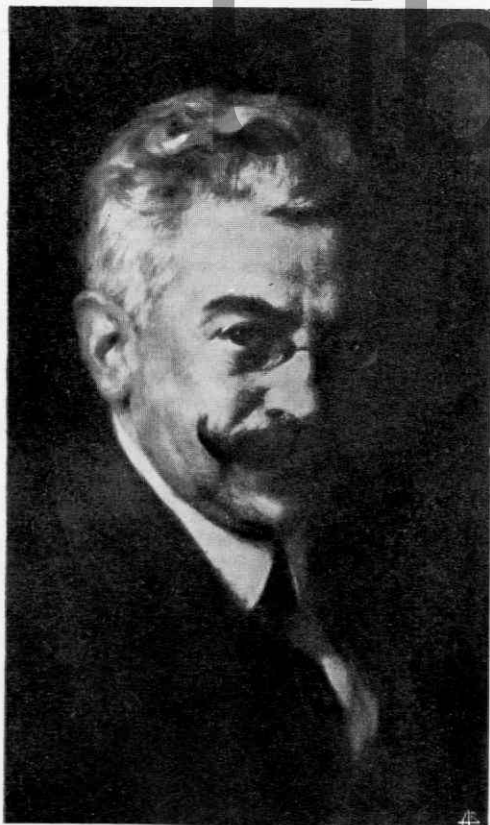


declaramos que s. ex.^a nada tem com a orientação da Gazeta Feirense desde o começo do seu terceiro ano, e que, desde essa epocha, só temos publicado daquele nosso presado amigo, artigos assignados. A orientação deste semanário é dictada exclusivamente pelo seu director».

Esclarece-se que o 3.º ano teve início em 21 de Novembro de 1910, com o número 105.

Mais tarde, o que já se vê no número 153 de 23 de Outubro de 1911, desapareceu do cabeçalho do jornal qualquer referência ao Dr. Vaz Ferreira, mantendo-se Pinto Valente, como director, proprietário e editor, o que succedeu até acabar a sua publicação em Outubro de 1911 («Correio da Feira» n.º 745 de 23 de Outubro de 1911).

O Dr. Vaz Ferreira fez publicar, no «Correio da Feira» n.º 741 de 30 de Setembro 1911, a carta enviada à «Gazeta Feirense», exigindo a retirada do seu nome — do cabeçalho do jornal: nela diz «ao fundar a — Gazeta Feirense — nunca pensei que ela se viesse a transformar em instrumento de reacção clerical; nem ao fundá-la, nem quando n'elle escrevi no 1.º de Novembro de 1909 — Somos Liberais. Antes iremos com os republicanos do que transigeremos com a reacção — e isto por ha muito desaprovar a orientação do jornal, nomeada-



Dr. Henrique Vaz de Andrade Basto Ferreira
Director da «Gazeta Feirense»

Reprodução do quadro a óleo, da autoria de Pedro Salgado, existente no Museu-Biblioteca da Feira



Joaquim José Pinto Valente
Director da «Gazeta Feirense»

mente em resultado de determinada notícia publicada em número que ele recebera no próprio dia em que enviou aquela carta (26 de Setembro de 1911).

Completando a referência que já fizemos a Joaquim José Pinto Valente, quando estudámos o «Correio da Feira», esclarece-se que ele nasceu em 9 de Maio de 1871, nesta vila, onde casou com D. Margarida Godinho d'Oliveira Valente tendo falecido, em Angra do Heroísmo, em 14 de Setembro de 1927: foi administrador do concelho da Feira, de Março a Maio de 1906 e de Julho a Outubro de 1910.

O Dr. Henrique Vaz de Andrade Basto Ferreira nasceu, na Vila da Feira, a 18 de Janeiro de 1868.

Era filho do Dr. Henrique Ferreira e de sua mulher D. Maria Adelaide Vaz de Oliveira Ferreira. Bacharel formado em Direito, pela Universidade de Coimbra, foi advogado distinto e contador judicial em Lisboa, deputado, Governador Civil de Aveiro, por duas vezes e vigo-

roso jornalista, fazendo parte, com Melo Barreto e Marques Ferreira, da redacção do «Jornal do Norte», dirigido pelo jornalista Santa Rita.

Foi fundador da «Gazeta Forense», da «Procural» e desta «Gazeta Feirense», tendo sido iniciador da Caixa de Aposentações do Ministério da Justiça.

Romancista, consagrando-se com a publicação de muitas obras literárias, entre as quais se destacam os «Senhores do Marnel», era dotado de uma viva inteligência e grande adaptação a muitos e diversos trabalhos. Distinguiu-se ainda, como presidente da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, e como director do Museu Biblioteca da Câmara Municipal da Feira.

Colaborador distinto de vários jornais e revistas, da Feira e de outras localidades, merecem especial referência as suas crónicas e artigos para o «Correio da Feira», que designou por «Ferro-Velho»; para o «Povo Feirense» — «Ferro Velho», «Dois contos por mês» e para o «Arquivo do Distrito de Aveiro».

Dedicou-se, em especial, à defesa e propaganda do Castelo da Feira que, assim como a sua terra natal, muito lhe ficaram a dever.

Foram-lhe prestadas, como prova de consideração e gratidão, três homenagens: uma em 8 de Agosto de 1929, outra em 6 de Outubro de 1940 e finalmente outra em 1 de Junho de 1943, esta por iniciativa da Câmara Municipal da Feira, quando lhe atribuiu a medalha de ouro do Mérito Municipal, ao completar setenta e cinco anos de idade, em reconhecimento dos seus méritos e serviços prestados à Feira e ao seu Castelo.

Faleceu, na Vila da Feira, a 14 de Março de 1961. Casou, pela primeira vez, com D. Maria Luísa de Moraes Carvalho e, pela segunda, com D. Maria Emília de Abreu Castelo-Branco.

Como já dissemos, ao estudar o «Correio da Feira» — a «Gazeta Feirense», a que popularmente chamavam «A Zefa» — por alcunha que lhe foi dada por José Bernardo Coimbra — iniciou a sua publicação em resultado de divergências que se suscitaram, dentro do partido regenerador, após a morte do conselheiro Hintze Ribeiro, vindo o «Correio da Feira» a seguir a facção da direita daquele partido, enquanto a «Gazeta Feirense» seguiu a da esquerda, do que resultou, nos últimos tempos do partido, aquele seguir o conselheiro Campos Henriques e este o conselheiro Teixeira de Sousa, lutando ambos estes jornais pela primazia na representação do partido, neste concelho.

A «Gazeta Feirense», no seu primeiro número não enuncia, no cabeçalho, a sua orientação política que, em artigo de fundo, concretiza nos seguintes termos: «Regeneradores de sempre, sem desfalecimentos, nem tibiezas... servindo sempre a bandeira onde o inolvidá-

vel chefe que foi Hintze Ribeiro deixou gravado o lema: conservadores sim, mas antes de tudo liberaes», concluindo — «conhecendo a situação especialíssima do districto de Aveiro, somos forçados a pautar por elle a nossa orientação e a afastar-nos systemática e intransigentemente de accordos, conluos, concentrações ou allianças com o partido progressista. Antagonistas irreconciliáveis, só três unicas batalhas podemos pleitear lado a lado na defesa da pátria, em favor da monarchia, e em prol da integridade, dos brios e dos interesses desta querida terra onde nos orgulhamos de ter nascido».

Porém, no seu número 50 de 1 de Novembro de 1909, já diz em letras grandes — «A Gazeta Feirense» é o único órgão do partido regenerador no concelho da Feira», para no 64 de 7 de Fevereiro de 1910 se limitar ao titulo do «órgão do partido regenerador no concelho da Feira».

Entretanto, o «Correio da Feira», mantinha a posição de «órgão do partido regenerador e dos interesses do concelho da Feira», o que é curioso e foi inédito nesta vila e concelho e, por certo, pouco vulgar no país: dois jornais que se arrogavam e na mesma terra, à posição de órgão do mesmo partido.

No número 99 de 10 de Outubro desse ano diz: «É sincera e ardentemente que acompanhamos a nascente republica».

E assim perdurou mais uns meses, até à sua extinção, que o «Correio da Feira» comentou: «Deixou de existir o semanário que tinha publicação n'esta localidade, Gazeta Feirense, a Zefa de triste memória, traido á luz em 1908 com o propósito de suplantar o — «Correio da Feira» — Que a terra lhe seja leve».

A este jornal também se referiu o Dr. Zagalo dos Santos, no seu já citado trabalho publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro, nada adiantando ao que deixamos dito.

«A Gazeta da Feira» teve uma apresentação gráfica agradável, com vários e bons colaboradores, além do Dr. Vaz Ferreira, com seus artigos políticos e versos, e Pinto Valente.

Foi um jornal muito combativo, politicamente, com noticiário do concelho e diversas informações.

Existem muitos números deste jornal na Biblioteca Municipal da Feira.

Começou a publicar-se em 6 de Março de 1909: acabou, com o n.º 142, em 1 de Dezembro de 1911.

Nele anuncia a sua suspensão, que correspondeu ao seu fim, nos seguintes termos: «Como o nosso jornal tem sido impresso numa typographia extranha e por não poder fazer a tempo e horas a impressão e a distribuição do mesmo, resolvemos suspender temporariamente a sua publicação até termos machina para a impressão do mesmo e vejamos resolvida a questão dos anúncios judiciais... porque sem anúncios judiciais não pode viver a imprensa da provincia como por todos é sabido».

A propriedade do jornal pertencia à Empresa do «Notícias da Feira».

Foi seu director e editor José Cândido Marques de Azevedo, administrador Virgílio A. Ribeiro e editor José Alves Correia.

José Cândido Marques de Azevedo, nasceu em Barcelos em 25 de Janeiro de 1863, sendo filho do escrivão de direito d'aí, Domingos Miguel de Azevedo e de sua

ANNOL. Sextado 6 de Março de 1909. NUMERO L

Notícias da Feira

PROGRESSISTA-DISSIDENTE

Director—José C. Marques d'Azevedo. Propriedade—Empresa do NOTÍCIAS DA FEIRA. Administrador—Virgílio A. Ribeiro.
Redacção e administração—Largo da Misericórdia, n.º 162. Composição e impressão—Largo da Misericórdia, n.º 162.

A razão da nossa attitude

Quando, em 11 de maio de 1905, o «Diário do Governo» publicou o seguinte decreto:—«Attendendo ao que me representou o presidente do conselho de ministros: hei por bem conceder a José Maria d'Alpoim de Cerqueira Borges Cabral, do meu conselho, para do reino, a exoneração do cargo de ministro e secretario de Estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, para que foi nomeado em 20 de outubro de 1904, e que serviu muito a meu contento. O presidente do conselho de ministros assim o tinha entendido a fazer executar. Paço, em 10 de maio de 1905—Rei.—José Luciano de Castro.»—o paiz agitou-se num movimento subito de admiração e de surpresa.

O facto era tão singular, e o motivo que o determinava tão insolito por parte do gover-

dados as cordes adduções, e visto como o sr. prestante do conselho confessa a reconhecida na sua carta, que se as dissensões prime para do conteúdo das Tubas foram approvadas em consen-

o patriotismo, o deus o defendesse o castello, que pertencia a D. Fernando, rei de Portugal. E so essas duas grandissimas dignas lendarias pararam com a vida o seu nobilissimo procedimento, José d'Al-

doaria, que pouco depois se organizava em partido, reconhecendo como chefe esse vulto sympathico e prestigioso em quem o paiz monarchico e libeal tem postas talvez as suas derradeiras esperanças.

Activos e intelligentes, esses homens que se lançaram na vida publica com a consciencia das suas responsabilidades, encararam o problema politico e administrativo debaixo de todos os aspectos, e começaram a trabalhar activamente para apresentarem ao publico o seu plano de governo.

Esse plano, dum dilatado alcance, traduz-se pelos seguintes projectos de lei, apresentados á camara dos senhores deputados:

- Reforma constitucional;
- Reforma do Juiz de Instrução Criminal;
- Reforma da lei de 13 de fevereiro;
- Reforma da lei de Imprensa;
- Suagem dos operarios;



O primeiro número saiu a um sábado; o segundo, até ao 39 de 26 de Novembro (inclusivé), às quintas-feiras e, a partir do número seguinte até final, às sextas-feiras.

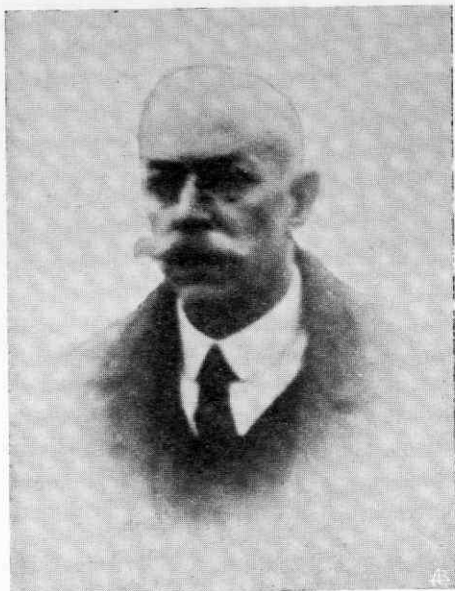
Tinha quatro páginas, com cinco colunas cada uma e o formato de 0,51 x 0,35.

Compunha-se e imprimia-se no largo da Misericórdia n.º 162, desta vila, onde estava instalada a redacção e administração, mas em 2 de Setembro de 1910 (número 78) já se imprimia na tipografia municipal, na Fraça Velha.

mulher D. Mariana Cândida Marques da Costa Freitas: casou com D. Josefina da Silva Campos Marques de Azevedo, de Viana do Castelo.

Foi um dos fundadores do jornal «Comercio de Barcelos» do qual foi seu primeiro redactor-principal; quando este periódico entrou no ano 13, com o seu número 626 de 2 de Março de 1902, prestou homenagem aos seus fundadores, dizendo sobre o valor e actividade de José Cândido Marques de Azevedo: «Em os primeiros tempos elle escrevia em todas as secções, elle fazia revisões, elle tinha a seu cargo a administração e era verdadeiramente incansável. Na collecção deste sema-

nário encontram-se várias produções litterarias, em prosa e em verso, de muito merecimento e que mostram bem o valor intellectual de José de Azevedo».



José Cândido Marques de Azevedo.
Director do «Notícias da Feira»

Em 24 de Maio de 1891 tomou posse do cargo de escrivão-substituto do 2.º officio do tribunal desta comarca da Feira, com provimento definitivo em 1893.

Quando da criação da concelho de Espinho, em virtude de ter acompanhado, com muita dedicação, o movimento de opposição, feito pelos feirenses, ao desmembramento do concelho, foi transferido para igual cargo em Ponte da Barca, sendo, mais tarde, reintegrado no seu antigo cargo de escrivão-notário nesta Vila da Feira, do qual tomou posse em 20 de Novembro de 1900 e onde se manteve, até ao seu falecimento, em 18 de Outubro de 1899. Pouco tempo depois de estar em Ponte da Barca foi nomeado administrador do concelho de Vieira; exerceu idêntico cargo no concelho da Feira, de 17 de Junho de 1911 a 15 de Maio de 1915 e desde 20 de Abril de 1922 a 28 de Novembro de 1923.

Era muito culto, escrevendo com elegância e mérito, quer em prosa, quer em verso, deixando muitos dos seus escritos dispersos por numerosos jornais, entre os quais se conta este, de que era director, «Correio da Feira», «Commercio da Feira» e «Democrata Feirense».

Militou no partido progressista e, depois da dissidência do conselheiro Dr. José Maria de Alpoim, seguiu este estadista.

Depois da proclamação da república aderiu ao partido democrático.

Distinguiu-se muito entre os actores-amadores de teatro desta vila, tendo feito parte do seu grupo dramático, quer como actor, quer como ensaiador.

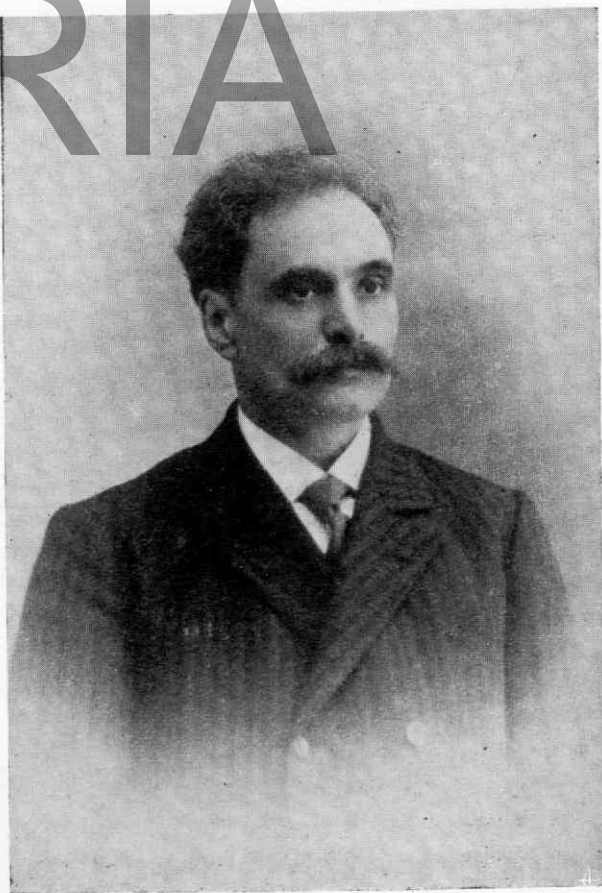
Faleceu, nesta vila, em 16 de Março de 1927.

A partir do número 120 de 30 de Julho de 1911, apparece como director e editor o Dr. António Toscano Soares Barbosa Júnior.

Nasceu na freguesia de Travanca, deste concelho da Feira, em 6 de Dezembro de 1860: era filho de António Toscano Soares Barbosa e de sua mulher D. Maria Carolina de Almeida Teixeira, tendo casado com D. Maria do Patrocínio Domingues. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1885, foi Delegado do Procurador Régio nos Açores, Miranda do Douro e Oliveira do Hospital e contador no tribunal da comarca da Feira, substituindo seu pai: foi o primeiro conservador do-registo civil da Feira:

Ocupou o lugar de vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Feira em 1910 e vogal da mesma em 1911.

De intelligência excepcional e muito arguto, o Dr. Toscano escrevia e falava com notável brilho e invulgar espirito, pelo que é lembrado com muita saudade, admiração e respeito.



Dr. António Toscano Soares Barbosa Júnior
Director do «Notícias da Feira»

Faleceu, na Vila da Feira, em 8 de Setembro de 1958, em perfeito uso das suas faculdades mentais, quando todos já acalentavam uma justificada esperança de festejar o seu centenário natalício.

O «Notícias da Feira», como fora anunciado no último número do «Informador», veio substituir este jornal, dando até continuidade à mesma assinatura, formando uma cadeia com este e o «Brinco», da iniciativa do mencionado Virgílio Apenseler Ribeiro.

Naquele número dizia que nenhum programa tinha a apresentar: «O seu programa é o da dissidência progressista, de que é prestigioso chefe o sr. conselheiro José Maria d'Alpoim... As suas aspirações são nobres e generosas, pois a outra causa não visa senão ao rejuvenescimento da pátria e ao engrandecimento da Feira».

Assim, passou a designar-se «Progressista-Dissidente» e ainda, com a direcção de José Cândido Marques de Azevedo, «Semanário Republicano», como se afirma no número 85 de 21 de Outubro de 1910.

A partir do número 87 de 4 de Novembro de 1910, passou a órgão do partido republicano local, situação que ainda mantinha no citado número 142 de 1 de Dezembro de 1911.

Os principais colaboradores deste jornal foram, além dos seus directores, os já referidos Manuel Soares Vila Nova e Alberto Ferreira Monte Santos.

A este jornal também se refere o Dr. Zagalo dos Santos, no seu citado trabalho publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro: nada mais adianta.

«Notícias da Feira» era de facto noticioso, com muitas informações do concelho, manifestando muito interesse pela publicação de artigos (e até em forma de folhetim) sobre o Castelo da Feira: tinha parte literária e outras secções.

Existem muitos números deste jornal na Biblioteca Municipal desta Vila.

15

DEMOCRATA FEIRENSE

Teve o seu início em 5 de Outubro de 1914 e o seu termo em data que não posso precisar: o último número que conheço é o 1042 de 26 de Setembro de 1936 (ano XXI).

ANNO I • SEGUNDA-FEIRA 3 DE OUTUBRO DE 1914 • NUMERO I

DEMOCRATA FEIRENSE

Dr. Americo Teixeira
DIRECTOR
Armando Alves d'Amorim
EDITOR

O que seremos

A nossa primeira palavra ao tomarmos modesto e obscuro lugar entre os apreciáveis colegas que tão nobremente militam no jornalismo português, é de saudade á Republica.

Faz depois de amanhã quatro annos que a nação portugueza está sob o dominio deste sistema politico.

E pouco tempo ainda para a Republica dar ao país tudo quanto lhe promete; mas, neste breve lapso, a sua acção reformadora tem-se feito sentir largamente. N'umito mais longe teria ido, por certo, se a nossa vida social

Politica Municipal, teve de suspender por motivos de ordem meramente particular: o segundo, que teve a sanção do Directorio e se fixou como órgão do Partido Republicano Português, fez ha tempos as suas despedidas e tornou-se independente.

O que havia a esperar?

A logica o está dizendo: — um jornal bem acentuadamente democratico, saído do seio do Partido, inspirado exclusivamente nos principios em que foi urdido todo o programa do Partido Republicano, desse Partido Republicano que erguen a sua bandeira triunfante, sobre as ruínas dum sistema cuja missão politica estava concluida.

Assim o pensou a Comissao

blicas, demonstrarem quais os resultados da sua acção governativa, advogarmos os interesses do concelho e defender-nos hemnos de quaisquer aggressões que porventura nos sejam feitas, sempre dentro do campo da verdade e da mais correcta maneira jornalística, tanto na forma como na essência.

Se algum dia se nos deparar qualquer discussão em que tenhamos de ser energeticos e vigorosos na repulsa de lutas que nos jogarem, jamais nos apaixonaremos por forma a esquecermos o que a nós proprios devemos, e á augusta instituição da Imprensa.

Ese o fim desta é instruir e educar, nunca o poderá atingir

dazindo-se consideravelmente a dívida flutuante que constituia um grande perigo para a nossa integridade territorial e para a nossa propria independencia; o importante problema de instrução tem sido cuidadosamente tratado, creando-se centenas de escolas e reformando-se varios servicos; as classes trabalhadoras tem encontrado uma carinhosa protecção em varios diplomas legislativos; e, finalmente, as nossas relações diplomáticas, cimentadas em bases solidas, garantem a nossa independencia.

Eis, em synthese, o resultado duma administração conscienciosa e honesta, verdadeiramente democratica, que nos impõe a to-

deliciosos frutos que deita e posso esperar.

A hora é de luta pela sagrada causa das reivindicações sociais. Está aberto o caminho á marcha triunfal da soberania popular; forcemos, porém, se torna que marchemos com passo firme, vigilemos as estreitas encruzilhadas de onde ha a contar com as atrevidas e traiçoeiras dos perfidos inimigos apostados em embargar-nos o passo. O «Democrata Feirense» ha de ser por certo o intérprete arauto da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que forma a triologia sagrada do vitorioso pendão da nossa querida Republica. Por isso daqui lhe envio as minhas sinceras saudações.

Bem sei que são humildes, mas vão repassadas de verdadeiro entusiasmo.

Viva o novo pregoeiro da civilização moderna!

DEMOCRATA FEIRENSE

(5-DAY)

Órgão do Partido Republicano Português

* % EN=MOO. FOR I=1,NTRY

Judicial e administrativo, § 1.^o publicação § 1.^a repetição.—Cada
título ou expressão, preço convencional—§ 1.^o de seis por cada impressão.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ESTABELECIMENTO DE IMPRESSÃO

PRAÇA DE LIMA, 100—VILA DA FARRA

Dr. Americo Teixeira
DIRECTOR
Armando Alves de Amorim
EDITOR

ASSINATURA ANUAL

Preço no côncelho \$10, no resto do país \$125 para o Brasil.
Número pedras 832

PUBLICAÇÃO SEMANAL NOS SÁBADOS DE TARDE
 PROPRIEDADE DA EMPRESA DO DEMOCRATA BRASILEIRO

Oficialmente começou a publicar-se a uma segunda-feira (para coincidir com o 5 de Outubro) embora no seu cabeçalho anunciasse que era uma publicação semanal, aos sábados, como de facto passou a publicar-se em seguida, para mais tarde sair aos domingos e, a partir do número 724 de 17 de Janeiro de 1929, às quintas-feiras.

Até ao número 24 de 13 de Março de 1915 usou o mesmo tipo na impressão do seu título, passando a outro, no número seguinte: mais tarde, já no número 888 de 23 de Abril de 1933, usou um diferente, que manteve até final.

Tinha quatro páginas, mas ultimamente imprimia-se, normalmente, com duas, mas sempre com cinco colunas cada página.

A sede da administração era nas Eiras de Baixo 190, desta vila, onde se imprimia, no prelo que fora da «Gazeta Feirense», pois o proprietário deste jornal, Pinto Valente, vendeu-a a um grupo de democráticos, com todos os seus apetrechos.

No manifesto de apresentação do jornal, datado de 3 de Outubro, assinado pela Comissão Política Municipal do concelho da Feira, formada por Dr. Elísio Pinto d'Almeida e Castro, José Moreira da Costa, Dr. António Toscano Soares Barbosa Júnior, Dr. José Fernandes Coelho d'Amorim e José Cândido Marques de Azevedo, justifica-se a sua fundação pela necessidade que o mesmo partido (que deixara há poucos meses de ter representação na imprensa local) tinha de um jornal que «defendesse as suas ideias, advogasse os seus interesses e justificasse os seus actos: por isso, foi deliberado fundar o «Democrata Feirense», sendo inspirado na sua parte política por elementos decididamente democráticos».

O seu primeiro director foi o Dr. Américo Teixeira, que nasceu na freguesia de Sanfins, deste concelho, em

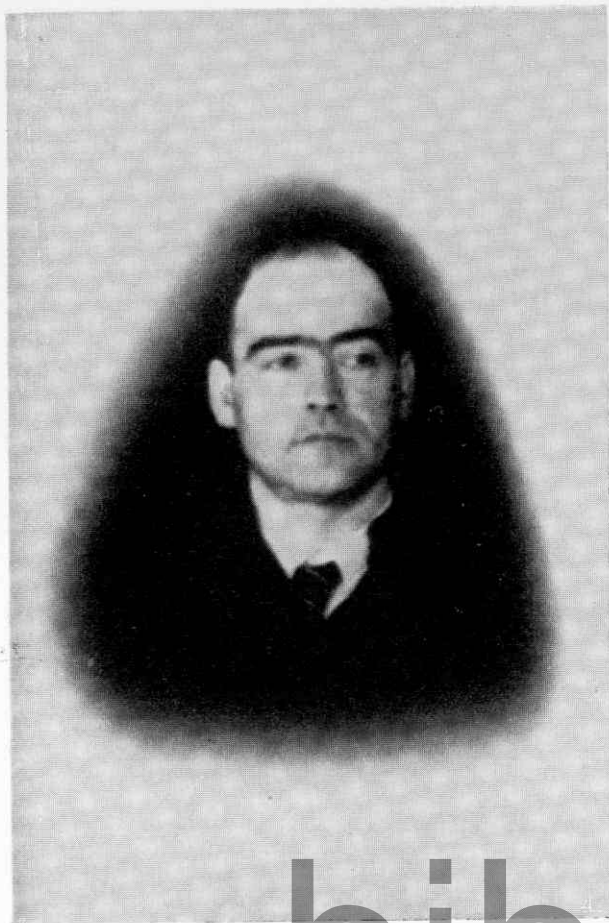
4 de Janeiro de 1890, filho de Manuel Gomes Teixeira e de sua mulher D. Rita Jesuina Correia de Sá Teixeira, casado que foi com D. Irene do Amaral Teixeira.

Foi um distinto advogado na Feira e no Porto, onde também exerceu o cargo de professor do Instituto do Comércio e administrador do concelho da Feira, de Maio de 1915 a Outubro de 1917, falecendo na cidade do Porto em 9 de Agosto de 1960.

Muito inteligente e culto foi uma figura de destaque nesta vila e naquela cidade.



Dr. Américo Teixeira
Director do «Democrata Feirense»



Dr. Joaquim Alves Santiago
Director do «Democrata Feirense»

bro de 1898, sendo filho de Joaquim Alves Santiago e de sua mulher D. Maria Joaquina da Conceição. Casou, pela primeira vez, com D. Margarida Augusta da Conceição Valente Baldaia e, pela segunda vez, com D. Inocência da Silva Santos.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi, nesta cidade, professor da Escola Académica, tendo também advogado na Vila da Feira, onde faleceu em 12 de Setembro de 1958.

Como dissemos, o jornal foi fundado para defender a posição do partido democrático, do qual foi o órgão neste concelho, mas, com o andar dos anos, entrou em decadência até que, nos seus últimos tempos, publicava-se para valer à subsistência do seu mencionado director Ernesto José Correia.

Foram seus principais colaboradores: o já falado José Cândido Marques de Azevedo; Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso, que neste jornal publicou artigos de alto valor, de investigação histórica, como «Memórias do Concelho da Feira», «Concelho da Feira», «Migalhas da História do Concelho da Feira», «Terras de Santa

Maria», «Civitas Sanctae Mariae» e Castelo da Feira, e nele sustentou importantes polémicas como as que teve com Políbio (Padre Augusto Oliveira Pinto, que foi abade de S. Vicente de Pereira) sobre assuntos históricos respeitantes à Feira e Terras de Santa Maria e com Alexandre Brandão, na campanha que com este manteve para evitar, como evitou, que ele construísse uma casa muito perto das muralhas do Castelo da Feira prejudicando-o; Saúl Eduardo Rebelo Valente que, neste jornal, publicou o seu trabalho, depois reunido em volume — «Terras da Feira» — Notícias e Memórias da freguesia de Arrifana de Santa Maria».

A este semanário se refere o Dr. Zagalo dos Santos, na já citada obra, dizendo que ele foi fundado em 1905 (quando o foi, de facto, em 1914) e ainda que ao tempo era seu director interino Ernesto José Correia — intitulado-se Semanário Republicano.

Existem muito números deste jornal na Biblioteca Municipal desta Vila.

O «Democrata Feirense» tinha má impressão e abusava da utilização de tipo muito pequeno, para poupar espaço e papel, como aconteceu com trabalhos do Dr. Aguiar Cardoso.

bib RIA 16
LEVERENSE

Começou a sua publicação, na freguesia de Lever, que então pertencia ao concelho da Feira, no dia 15 de Outubro de 1914 e teve o seu termo num dos primeiros anos da década de vinte.

Publicava-se quinzenalmente, com quatro páginas, cada uma com cinco colunas: tinha o formato de 0,50 x 0,35.

Imprimia-se na tipografia de Artur José de Sousa, do Porto e tinha a sua redacção e administração no lugar da Cruz, da referida freguesia de Levêr.

Foi seu primeiro director José de Freitas Sá e Moura, tendo por seu redactor, administrador e proprietário António Barbosa de Castro e secretário da redacção e editor o irmão deste José de Castro e Silva. No número 79 (4.º ano) já era director, administrador e proprietário aquele António Barbosa de Castro, tomando, a partir desse número, a posição de editor o seu filho Hilário Barbosa Ferreira de Castro.

Designava-se «Quinzenário Republicano» e, assim, se manteve até final.

O LEVERENSE

QUINZENARIO REPUBLICANO

Director
José de Freitas Sá e Moura
Secretário de Redacção e Editor
José de Castro e Silva
Toda a correspondência deve ser dirigida ao director do jornal.
Impresso na Typ. de Arthur José de Sousa - Porto

REDACTOR, ADMINISTRADOR E PROPRIETARIO
Antonio Barbosa de Castro
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Lugar da Cruz - LEVER - FEIRA

ASSIGNATURAS (Pagamento adiantado)
No País—Por um anno 600
—Semestre 300
Brasil—Por um anno 1200
—Semestre 600
ANNUNCIOS
Cada linha 500
Repetições 250
Anúncios permanentes, preços conveniências
Anunciar-se qualquer publicação de que se reciba um exemplar

O NOSSO PROGRAMA

Vamos apresentar aos nossos leitores um programa, visto que não podemos resistir à tentação de o fazer.

De ha muito que em nós calou a ideia de fundar um jornal em Lever para advogar os interesses d'esta pequena terra, tão isolada, quão deitada ao desprezo pelos nossos politicos do alto.

Foi por isso que, sempre nos acompanhou a ideia, que hoje pomos em pratica, de fundar *O Leverense*, para nele advogarmos os interesses locais e ver se conseguimos que dos altos poderes alguma atenção se tivesse por a nossa freguesia

bataremos os caluniadores. Será *O Leverense*, um quinzenario de grande importancia para o povo de Lever, que o terá ás suas ordens, para nele pedir justiça para as suas causas, e, os povos das freguesias circunvisinhas, que ao *Leverense*, recorrerem, terão nele um amigo, quanto amistosos forem para com ele. Em certos casos, seremos neutra, noutros, porém, quando a força das circunstancias assim o permitirem, dar-se-ha nele publicidade a todo e qualquer escrito de que os seus autores tomem inteira responsabilidade. Para isso, haverá uma secção de pulso livre, onde todo o escritor, bom ou mau, escriptor ou outras entidades que quizerem expandir as suas

taram. Vem para pagar pelo seu lugar no convívio das terras civilizadas, vem perguntar áqueles arrelanhadores de votos nas eleições, o que é que fizeram a favor da sua terra, vem perguntar pelas estradas, tantas vezes projectadas, vem perguntar pelos subsídios que Lever tem recebido para os seus melhoramentos locais.

Bem sabemos que a tudo ficarão mudos os que mandaram e ainda mandam nesta pobre terra; porque uns já desapareceram e outros estão já com o cadáver putrefacto embora passeiem cá pelo globo, carregados de carne mas de merecimentos vazios.

Não serão tratados com desprezo, porque a agna do Lever cria intelligencias balofas e quem não tem não pode dar.

Mas terão no *Leverense* um chicote quando se apresentarem de novo a querer fazer figura; então *O Leverense* perguntar-lhe-há: a que

Este povo no geral é bondoso, embora hajam por si muitos perturbadores da paz publica, não relativamente Zoro, comparados ao que se observa por outras terras visinhas.

E' por estes e outros factos que Lever tem progredido alargando a sua area habitavel construindo edificios, formando povoações, arroteando terrenos e desenvolvendo o Commercio e a Industria.

No campo intelectual parece não progredir muito, mas o porque não ha a mania de quererem ser diplomados como os d'outras terras mas ha aqui intelligencias sublimas que estudaram e estudam para saber, e não para fazerem figura.

Ainda agora com a fundação d'*O Leverense* se mostra, que ha quem escreva, e ha quem leia, logo, por tanto, não é Lever terra morta nem vulgo sertãojo, como alguns mal dizentes affirmam a cada passo.

conseguir nem é mão de *Deus Fadre*, dos Narcisos...

A guerra, meus senhores, é como

A Peste

que a razão porque eu a tenho pelo peor e mais desgraçados de todos os males e porque nas outras enfermidades o maior beneficio que nos pode fazer quem nos ama é o estar comnosco; na peste, a maior consolação que nos pôde dar quem amamos e queremos, é fugir de nós. O mal em que se diz—estas comigo—, e querer nusi, e o dizer:—fugi de mim, e querer bem... Que grande mal!

—Se a peste não fura enfermidades mortas, só por estas circunstancias matava.

—A quem se vê em tão miseravel estado, só lhe é forçoso e humanitario dizer:—fugi de mim— não lhe perguntem de que morre,

José de Freitas Sá e Moura nasceu na freguesia de Sandim, do concelho de Gaia, em 28 de Março de 1893 vivendo, como já acontecera a seu pais, na secular casa de Carreira—Cova, da freguesia de Levêr: casou com D. Maria Rosa da Silva Sá e Moura.

Dedica-se à vida industrial, tendo sido administrador do concelho da Feira, de Março a Junho de 1921 e vogal da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Feira em 1918, vice-secretário da mesma Comissão em 1919-1922, vogal da Comissão Administrativa da mesma Câmara Municipal e vice-presidente do seu Senado em 1923-1925 e 1926.

António Barbosa de Castro, era filho de João de Castro e Silva e de sua mulher D. Maria Barbosa.

«Leverense» era um jornal de pequena expansão, segundo anunciou no seu programa, desenvolvido no artigo de fundo do seu primeiro número, pelo seu proprietário: propunha-se defender e fazer engrandecer a sua terra—Levêr—que, em seu dizer, estava abandonada pelos poderes públicos: «De há muito que em nós calou a ideia de fundar um jornal em Levêr para advogar os interesses d'esta pequena terra, tão isolada, quão deitada ao desprezo pelos nossos politicos do



José de Freitas Sá e Moura
Director do «Leverense»

alto ... Não é o Leverense um jornal só político. É noticioso, literário e propagandista, bem como um pugnador inabalável dos interesses da sua terra ...».

Tinha uma impressão regular, com noticiário, crônica do Porto e correspondências, dedicando-se, também, à história de Lever.

Existem muito poucos números deste jornal.

17

VILA DA FEIRA

Não encontrei qualquer exemplar do primeiro número deste jornal, mas abonado na informação dada pelo «Correio da Feira», no número 1182 de 10 de Abril de 1920, posso informar que, «Vila da Feira», iniciou a sua publicação no dia 4 desse mês e ano, que correspondeu a um domingo. Não consegui, porém, apurar em que número e dia teve o seu termo; apenas me foi dado apurar que ainda se publicou o número 129 de 10 de Maio de 1923, do terceiro ano.

A sua publicação sofreu várias interrupções devido a desinteligências com o pessoal tipográfico e mudança de local da tipografia, da Feira para a freguesia de Souto.

Este semanário, a princípio (até ao número 18), saía aos domingos, passando, depois, para as quintas-feiras (o que ainda se mantinha no número 83 de 8 de Dezembro de 1921) e finalmente, como já sucedia no número 89 de 13 de Março de 1922, aos sábados, o que se manteve até à sua extinção. Conservou sempre o mesmo tipo, no seu título.

Começou a ser composto e impresso na já mencionada tipografia municipal desta vila, mas, no seu número 89 de 13 de Maio de 1922, informava que se imprimia na «typographia de Vila da Feira na rua Direita 146».

Esclarece-se que aquela tipografia municipal foi vendida pela Câmara Municipal, sendo adjudicada a Domingos Augusto de Sousa, que era seu arrendatário, em sessão de 27 de Dezembro de 1921, como informa o «Correio da Feira» no seu número 1267 de 7 de Janeiro de 1922.

Numero 3

Director, Alexandre F. Mithner,
Editor e administrador,
E. Gomes Leite

Sede da administração,
Rua Direita, 105 e 107,
FEIRA

ASSIGNATURA
Pagamento adiantado
Feira e Continente
ano 1920
Brasil e Africa 2850
Número avulso 303

Domingo, 18 de Abril de 1920

Vila da Feira

Semanario catholico

Anno 1

Propriedade da
Imprensa da
Vila da Feira
Composição e impressão
Typographia Municipal
Feira da População, ex
Vila da Feira.

ANUNCIOS
Por linha 10 centos,
rep. 6 centos, primeira
vez, 6 centos, primeira
vez, 6 centos. Anuncia-
se qualquer publi-
cação de que se re-
ceba um exemplar.

FORA E ACIMA DE PARTIDOS

A infâmia de corrupção e da do Estado. Querem comer de responsabilidade criminal e ser grandes. Chegaram os políticos deste Não se organizam para da-malfadado país, que hoje mal rem vida a Nação, mas sim se pode ser bom português para a explorarem. A Nação em companhia delles, para elles é como a cabeça pa-Alludinos, está de ver, aos ra os proltos. Vivem nella e a políticos de categoria, em tor-custa della, insensíveis às mor-no dos quaes gravitam as mas-deladas que lhe dão. E guerream-se, conspiram, co- Não sabem se os leitores fazem revoluções, subvertem algum dia repararam na ex- a ordem e a disciplina social, trema facilidade com que em unicamente por causa do ta- Lisboa se engendram partidos-cho. O tacho é a sua aspira- e partidários para todos os pa-ção suprema e todos lá que-ladras. Só da colmeia demo-rem chegar pelo caminho nãis crática, onde segerou a União, curto. Será isto mentira? Os factos de Sagrada, sahiram nada menos de quatro garfas em poucos dias, levando cada uma sua abelha mestra. E a colmeia em todos os partidos, ainda os liberal, apesar de menos re-de mais suspeita orientação, chizada, também está prestes heja homens honestos e de a dar á luz qualquer coisa de boas intenções; mas são muito

PARCE DOS SIMPLES

«Ave, Maria, cheia de graça,
Veio-te um anjo dos ceus dizer.
Como dos homens a língua escassa
De melhor modo te engrandecer?»

Senhora nossa, Senhora minha,
Vida, esperança, clemencia, luz
Salve, rainha! Salve, rainha!
Senhorc minha, mãe de Jesus!

Virgem da Gloria, Virgem das Dores,
Da Candelária, da Conceição,
Dos miseraveis, dos pecadores,
Virgem das Dores, tem compaixão.

Ser sem pecado, ser sem defeito,
Dos seres todos ser exemplar,
Ser tão sublime, ser tão perfeito,
Que Deus Menino pôde gerar!

Imaculada Virgem Maria,
Baixa os teus olhos, ouve esta voz:
Docura, abrigo, consólo, guia,
Virgem Maria, roga por nós!

A. C.

Santa Maria de Valença, S. Pedro de Villa Chica (S. Roque) S. Paulo de Oliveira, Santa Maria de Maladas (hoje sim- ples lugar de Mozellos e então fregue- sia anexa á de Oliveira com o ren- dimento de 10 libras ou 13000 reis em 1328).

S. Vicente de Perreira, S. Martinho, que é sufraganea do dito S. Vicente. (S. Martinho da Gan- dára)

S. Nicolau da Feira, S. Pedro de Mozellos, S. Tiago de Lourosa, S. Mamede da Gandara (egreja muito antiga que, como adiante se mostrará, existe perto de Anta e S. Felis.

S. Xpovam (Christovam) de No- gueira, S. Cibraes (Cipriano) de Brandom, Santa Maria de Pídielo (Pídielo), Santiago de Silveira (Silvalde), Santa Maria de Cortegada, S. Pedro de Covria (Ossella), Sanhones de Valher sem todo Paar- te de João de Vêr.

O Conto do bispô do Porto (Co- ejúes ou Crestuma), S. Miguel de Oliveira (Azeite), Santo Tiso de Pazinhos, Santa Maria de Manhones (Arrifana), S. Martinho de Mozellos, Santa Maria de Lantaa, Santo André de Maciata (Macinhata), S. Mamede de Madon, S. André de Pouchi (Porzeilha, o mesmo que Mosteiro), Santiago de Ryo Meyasso (Rio- melo), S. Felices (Sanfins) e não S. Felis da Marinha, que já vem descrita no concelho de Gais a velha, nos Inqui- rições Affonso III 1225, S. Fins ou Sanfins é uma variante grafica de S. Felis. E o mesmo Sanfins, Sanhonte da Madeira, Santa Maria de Armoria Esnoir.

de Pereira, lugares da Torre. Relva, empreza de que, sem saber, era

Transmitiu-se, depois, à empresa de «Vila da Feira». A partir do número 92 de 8 de Julho de 1922 diz: «Impressão do Democrata Feirense — Rua Direita 190», o que, por certo, e pelo que atrás ficou transcrito, foi devido ao conflito com os seus tipógrafos.

Voltou a ser impresso na sua tipografia após o citado número 89.

No número 105 de 7 de Outubro de 1922 indica que a composição e impressão era feita na freguesia de Souto, deste concelho, o que se manteve até ao número 116 inclusivé, de 13 de Janeiro de 1923; no número seguinte já diz: «Composição e Administração Democrata Feirense», o que ainda se mantinha no número 129 de 10 de Março, último que me foi possível ver.

Naturalmente a mudança para a tipografia do «Democrata Feirense» teve por base novo conflito com o seu pessoal tipográfico.

A sede da administração instalou-se naquela rua Direita n.º 105, 107, onde, a princípio, também se fazia a composição, mas no referido número 105 diz que, então, a redacção e administração se localizava na Praça da República 148.

Este jornal foi fundado por um grupo de padres, entre os quais se contavam Augusto de Oliveira Pinto, abade de S. Vicente de Pereira e Alexandre F. Milheiro, ao tempo abade de Travanca e, mais tarde, de Souto, paróquias estas pertencentes ao concelho da Feira.

Este último foi o director do «Vila da Feira» tendo como editor e administrador C. Gomes Leite que, a partir do citado número 89, se intitula P. C. Gomes Leite.

Este padre Crispim Gomes Leite foi pároco de Mosteirô — concelho da Feira e da vila de Gondomar, onde ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Deixou de ser o editor a partir do número 93 de 15 de Julho de 1922, cargo que voltou a ocupar a partir do número 105 de 7 de Outubro de 1922: era administrador Manuel Ferreira d'Andrade Lima.

O padre Alexandre F. Milheiro era natural da freguesia de Oliveira do Douro, do concelho de Gaia, filho de Manuel Francisco Milheiro e de D. Maria Rosa Leite: faleceu no Porto em 22 de Abril de 1942 com cerca de 63 anos.

Foi capelão em Esmoriz, pároco de Travanca e de Souto, tendo escrito em diversos jornais, além deste «Vila da Feira», como seja no «Progresso da Feira», «Voz do Porto» e num jornal de Gondomar.

«Vila da Feira» manteve, durante toda a sua existência, a posição de semanário católico dizendo, o seu director, no primeiro número que, sendo católico e português, vinha tomar posição no campo da imprensa arvorando o lema «Deus e Pátria» e que em política,



Padre Alexandre F. Milheiro
Director do «Vila da Feira»

como órgão católico feirense, agiria «fora e acima dos partidos».

Teve como colaboradores — além de outros — os referidos padres Alexandre Milheiro, Crispim Gomes Leite e Augusto de Oliveira Pinto, Dr. Aguiar Cardoso, com Migalhas de História, crónicas brilhantes que tiveram início no número 50 de 14 de Abril de 1921.

A colaboração erudita com que este jornal se beneficiou, deu-lhe um lugar de destaque na imprensa regional.

Além das secções reservadas aos estudos históricos, teve outras de interesse, como as «notas soltas» do director — padre Alexandre Milheiro, correspondências, agricultura, carteira, noticiário, folhetins, etc.

Encontram-se muitos números deste jornal na Biblioteca Municipal da Feira.

Começou a sua publicação em 1 de Maio de 1924, na freguesia de Arrifana, deste concelho da Feira, e



teve o seu termo com o número 211 de 1 de Maio de 1937.

Imprimiu-se em duas séries.

A primeira abrange os 182 primeiros números: nela incluiu-se um número único — em 1 de Janeiro de 1931, em homenagem ao seu director e editor Manuel José Pereira.

O primeiro número da segunda série (184) foi publicado em 1 de Maio de 1936.

A razão de terem existido estas duas séries provém do facto de, em 3 de Setembro de 1935, ter sido assassinado este Pereira, do que resultou já não ter saído o número 182, suspendendo-se a publicação do jornal.

Em 3 de Dezembro de 1935 saíu o número (183) de homenagem a este seu director e fundador, com doze páginas, sendo a última de anúncios, aparecendo como director o Dr. Manuel Pereira de Oliveira, hoje ilustre Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa.

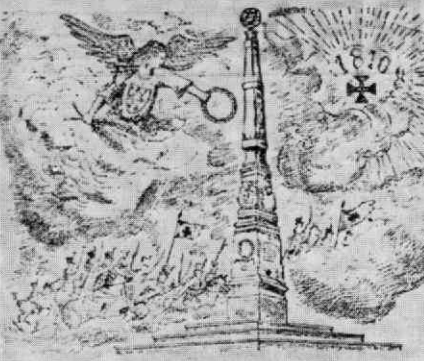
Passados meses, amigos de Manuel Pereira, tendo à frente seu filho, hoje o engenheiro Manuel José Lopes Pereira, reuniram-se no Club Arrifanense, fundado por aquele, resolvendo continuar o jornal, atribuindo a sua direcção a Vicente Rebelo de Sousa Reis, dando-se, assim, início à 2.ª e última série, mantendo-se a propriedade do jornal em nome daquele engenheiro Pereira, que se fazia representar por este Vicente Reis.

O jornal apresentou-se, a princípio, como quinzenário, saindo a 15 e no último dia de cada mês, mas, passado algum tempo, alternava entre quinzenário e mensal, sendo incerto o dia em que era dado à publicidade.

Normalmente tinha 4 páginas, cada uma com quatro colunas.

Até ao número 21 de 1 de Maio de 1925, teve o formato de 0,37 ou 0,36 x 0,26: no número 25 de 15 de Maio de 1926 já era de 0,43 x 0,30 passando, depois e até final, para 0,45 x 0,30.

ARRIFANA, 1 DE MAIO DE 1925



Comp. e Imp. Tip. Social—ILHAVO

O ARRIFANENSE

DIRECTOR
JOSÉ ANTONIO CARDOZO TEIXEIRA

ADMINISTRADOR
ANTONIO RIBEIRO LEITE




QUINZENARIO
REGIONALISTA
E
LITERARIO

Editor
Fernando Osorio

NO NOSSO 1.º ANNIVERSARIO



Arrifana, 1 de Janeiro de 1926

ANO 11 — NUMERO 30

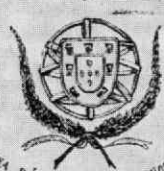
O ARRIFANENSE

QUINZENARIO
REGIONALISTA E LITERARIO

DIRECTOR
JOSÉ ANTONIO CARDOZO TEIXEIRA

ADMINISTRADOR
ANTONIO RIBEIRO LEITE

EDITOR
FERNANDO OSÓRIO

Composição e Impressão
MINERVA COMERCIAL, LTM.
ÉVORA

Preços das assinaturas
Continente, ano..... 10\$00
Ultramar e Estrangeiro..... 20\$00

Nos aniversários da sua fundação eram publicados números especiais, alguns com capas e todos com muitas páginas, grande ilustração e artigos de bons escritores, feitos especialmente para esses números: também se publicavam números comemorativos do carnaval.

Conservou o mesmo aspecto gráfico até ao número 20 de 22 de Abril de 1925: depois modificou-se, com novo cabeçalho, conforme se reproduz em fotografia, modificando-o, para formato maior a partir do número 281 de Julho de 1925 até final.

Começou a ser composto e impresso na tipografia Social, de Ilhavo, mas a partir do número 29 de 25 de Julho de 1925, passou a ser composto e impresso na tipografia Minerva Comercial Lda., de Évora e assim continuou até acabar a sua publicação: o número único, atrás referido, foi impresso na tipografia V.ª Batalha, da Avenida S. Carvalho, do Porto.

A redacção e administração estava instalada no largo da Feira, da mesma freguesia de Arrifana, hoje

Praça Manuel José Pereira, na farmácia que este aí possuía; porém, durante a segunda série, embora localizada no Club Arrifanense, funcionava, provisoriamente, na residência do seu director, no Porto.

No primeiro número do jornal figura como director José António Cardoso Teixeira, professor primário em Arrifana, servindo de editor Fernando de Melo Osório e administrador António Ribeiro Leite, que trocaram as suas posições a partir do número 44 de 1 de Maio de 1926.

Quem de facto, desde o princípio, dirigiu o jornal foi o seu fundador, referido Manuel José Pereira, que, a partir deste número 44, passou a figurar como director, o que se manteve até à sua morte, com excepção do mencionado número único, em que figura como director, editor e administrador, Vicente Rebelo de Sousa Reis.

Na direcção do Dr. Manuel Pereira de Oliveira acompanharam-no como editor, Anídio Nunes de Aze-

O ARRIFANENSE

Director, Editor e Administrador:
Vicente Rebelo de Sousa Reis

Composto e impresso:
Tip. V.ª Halaia-Av. 8. Carvalho, 51-PORTO



vedo e como administrador Ernesto Lopes de Carvalho. O corpo redactorial era composto por Dr. Leite da Silva, Dr. Francisco Gomes da Cruz, Ernani Silva, Eduardo Garcia, Américo Leão, António Ribeiro Leite, Bernardo Belino e Francisco Leite Soares Resende Júnior.

Mais tarde, quando Vicente Rebelo de Sousa Reis assumiu a direcção e administração do jornal, Francisco Leite Soares de Resende assumiu o cargo de editor e António Amaral o de redactor.

Devido a desinteligências com os serviços da censura, o último número que circulou foi o referido 211 de 1 de Maio de 1937.

Chegaram a imprimir-se os números 212 e 213, respectivamente de 24 de Julho e 1 de Agosto de 1937, mas não foram distribuídos por não terem sido censurados: junta-se uma fotografia do cabeçalho deste último exemplar.

Existem provas até ao número 216 com data de 15 de Setembro de 1937.

José António Cardoso Teixeira, nasceu em Cabaços, Moimenta da Beira, em 1 de Março de 1883; casou com D. Maria Augusta de Andrade.

Foi professor primário na vila de Moimenta da Beira e em Arrifana e inspector escolar naquela vila de Moimenta, em Viseu e no Porto.

Manuel José Pereira, nasceu em Mirandela a 7 de Junho de 1890, sendo filho de Francisco Augusto Pereira e de sua mulher D. Angelina Rosa Pereira.

Com o curso de farmácia pela Universidade de Coimbra, foi vereador da Câmara Municipal do Porto e proprietário da farmácia Pereira, antiga farmácia Santos, localizada no largo da Feira, que hoje tem o seu nome.

Foi bárbaramente assassinado, naquela farmácia, na madrugada de 3 de Setembro de 1935.

Culto e inteligente, era dotado de muita vivacidade e dinamismo, faculdades que muito dedicou à sua profissão, na defesa dos seus ideais políticos e aos interesses de Arrifana.

O Desembargador Dr. Manuel Pereira de Oliveira nasceu no Pará, Brasil, em 13 de Fevereiro de 1904, filho de Joaquim Victorino de Oliveira e de sua mulher D.



Manuel José Pereira

Director de «O Arrifanense»

Maria Emília Pereira de Oliveira: casou-se com D. Amália Corrêa Pereira de Oliveira.

Actualmente é distinto Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa.

Vicente Rebelo de Sousa Reis, nasceu em Arrifana em 17 de Março de 1893, filho de Domingos dos Reis Maia e de sua mulher D. Maria da Piedade Leal Rebelo de Sousa, tendo casado com D. Rute Gomes Faria Reis, dedicando-se à profissão de técnico de contas.

Foi presidente da direcção dos Bombeiros Voluntários de Arrifana, corporação que muito lhe deve e também foi, durante muitos anos, presidente da Junta da mesma freguesia, para a qual muito trabalhou, dedicando-se apaixonadamente ao progresso da sua terra natal.

Tem escrito muitos artigos, nomeadamente nos jornais locais, destacando-se os que versam sobre Arrifana e história regional.

O jornal, até ao número 20 inclusivé de 22 de Abril de 1925 intitulava-se «Quinzenário Independente» — Pela Grey: a partir do número seguinte de 1 de Maio de 1925, intitulava-se «Quinzenário Regionalista e Literário»; na

segunda série, «Quinzenário Republicano, Regionalista e Literário».

No artigo de apresentação do seu número um, depois de exortar todos os arrifanenses à união, pedindo para acabarem as incompatibilidades e os ódios pessoais gerados nas intransigências políticas, diz: «O Arrifanense vem livre de influências e sugestões, estranho, alheio, indiferente às paixões políticas. A máxima correcção na destrinça de todas as questões. Eis singelamente explanado o nosso objectivo. O tempo o confirmará».

Tinha, no seu cabeçalho, como se vê na sua reprodução fotográfica, uma alegoria referente ao massacre que, durante a segunda invasão francesa, o exercício de Soult praticou na população arrifanense, com a data de 1810 encimando uma cruz, destacando-se o monumento comemorativo que, em Arrifana, lembra essa horrorosa carnificina, o que será referido no número único denominado «Tradição», comemorativo da inauguração deste monumento.

O jornal tinha boa apresentação, era bem redigido, com boa colaboração, onde se destacaram, além dos seus referidos directores, o engenheiro José de Abreu,



Desembargador Dr. Manuel Pereira de Oliveira
Director de «O Arrifanense»

tenente Nuno Reis, padres João Domingues Arêde e Miguel de Oliveira, Dr. Vasco Luiz, José Fernandes Pinto, Dr. Luiz Cândido Moreira da Cunha, Manuel José Lopes Pereira, D. Beatriz Moreira (Zita), capitão Barros Basto, professor José Campos Vaz, professor José Canelas, Doutor José Belesa dos Santos, D. Maria Albarram, D. Beatriz Augusta Pereira Paredes, Manuel Godinho, capitão Guilhermino Soto Maior, Joaquim Freitas Gonçalves, Dr. Francisco Gomes da Cruz Júnior, padre José Domingues Arêde, Dr. Bertino Daciano Guimarães, Hugo Rocha, professor Joaquim Teixeira Mendes e Lopes Gayo.

Tinha variadas secções: história e propaganda de Arrifana e dos seus lugares, defesa dos seus interesses e noticiário, artigos literários, históricos e sobre a vida escolar, social, desportiva, etc., com notas várias e muitos anúncios, sobretudo de casas comerciais e estabelecimentos industriais, de Arrifana. No número 193 de 15 de Setembro de 1935 iniciou a publicação do livro de Saúl Eduardo Rebelo Valente — Terras da Feira — Notícias e Memórias da Freguesia de Arrifana de Santa Maria.



Vicente Rebelo de Sousa Reis
Director de «O Arrifanense»

AMIGOS DE ARRIFANA
COLABORADORES DO NOSSO JORNAL



MEU DEUS

O meu senhor! A minha vida inteira
Tem sido a rimar dum soneto vão.
Antepondo ao não ser: A altaneira,
Vaingloria da rítmica expressão.

Cantei de amor as ilusões transvias.
Da vida em flor a hora transcendente;
No orgulho de me dar em harmonias,
Nos versos que ofereci a toda a gente.

É só a ti, meu Deus, e meu Senhor!
Extase e fé; nunca souberam dar
Os versos que p'ra ti, eu quizei compor.

Porque tu és a frase inconcebida
Que hei-de levar a vida a procurar.
É só encontrarei além da vida...

Beatriz Augusta Pereira Paredes.

Dr. José Belesa dos Santos
ARRIFANA

A ele se refere o Dr. Zagalo dos Santos na sua citada obra, nada adiantando ao que fica dito.

Deste jornal existem alguns exemplares na Biblio-

teca Municipal e, pelo menos, uma colecção completa na mão do já referido Vicente Rebelo de Sousa Reis, da freguesia de Arrifana, que gentilmente m'a facultou para fazer este estudo.

TRADIÇÃO

Teve o seu início em 2 de Julho de 1932 (num sábado) e o seu fim, segundo me informaram, em 1947.

Saía em dias incertos da semana, com quatro páginas, a cinco colunas cada: as suas dimensões variaram de 0,45 x 0,33 a 0,51 x 0,35.

O seu cabeçalho e título mudaram muito de forma e tipo.

outro tipo, que modifica nos números 657/658 de 11 de Maio de 1945.

Este jornal, a princípio, foi composto e impresso na tipografia do seminário do Couto de Cucujães, passando depois a ser composto e impresso na tipografia — Minerva Central de Aveiro, como já se verifica no seu número 141 de 19 de Março de 1935.

Mais tarde, como se vê dos números 349 de 4 de Março de 1939 a 387 de 25 de Novembro de 1939, aquela composição e impressão fazia-se na tipografia Gonçalves, da rua do Almada, da cidade do Porto: desde



Assim, segundo creio, pois não me foi possível ver todos os números, teve um tipo desde o início até ao número 373 de 19 de Agosto de 1938, outro a partir do número seguinte até ao 387, inclusivé, de 25 de Novembro de 1939, para, desde o número seguinte, até ao 412 de 19 de Maio de 1940, apresentar-se com outro. Porém, desde o 413 de 8 de Junho de 1940 até ao 451 de 1 de Março de 1941 voltou a usar o que adoptou a partir do número 374 de 26 de Agosto de 1938. Desde os números 648-649 de 4 de Fevereiro de 1945, aparece com

o número seguinte até ao 412 de 19 de Maio de 1940, passou a fazer-se na tipografia Popular, de Espinho.

Porém, a partir do número 648/49 — de 4 de Fevereiro de 1945, a 656 de 25 de Março de 1945, passa a fazer-se na tipografia Portuense Lda., da mesma cidade do Porto e, depois, desde o número 657/658 de 11 de Maio de 1945, a 697 de 9 de Fevereiro de 1946, na tipografia Artes e Letras, desta cidade.

Foram seus fundadores Júlio César Alves Moreira, como director e editor e Alfredo de Oliveira, como admi-

ANO VIII

FEIRA, 26 de Agosto de 1939

N.º 374

TRADIÇÃO

SEMANÁRIO NACIONALISTA

DIRECTOR E EDITOR
JULIO CESAR ALVES MOREIRA

Comp. e imp. TIP. GONÇALVES—R. Almada, 348—Pórtio
Redacção e Administração—VILA DA FEIRA

ADMINISTRADOR E PROPRIETÁRIO
ALFREDO DE OLIVEIRA

AVENÇA
Ez.ª Sra.

ANO VIII

FEIRA, 2 de Dezembro de 1939

N.º 388

TRADIÇÃO

SEMANÁRIO NACIONALISTA

DIRECTOR E EDITOR
JULIO CESAR ALVES MOREIRA

Comp. e imp. na TIP. POPULAR—R. 33-486—Telef. 304
ESPINHO
Redacção e Administração—VILA DA FEIRA

ADMINISTRADOR E PROPRIETÁRIO
ALFREDO DE OLIVEIRA

AVENÇA
Ez.ª Sra.

ANO XIII

FEIRA, 4 de Fevereiro de 1945

N.º 648-49

TRADIÇÃO

SEMANÁRIO NACIONALISTA

DIRECTOR E EDITOR
DR. ANTÓNIO SAMPAIO MAIA

Comp. e imp. na Soc. Tip. Portuguesa, Lda—R. Almada, 348—Pórtio
Redacção e Administração—VILA DA FEIRA

ADMINISTRADOR E PROPRIETÁRIO
ALFREDO DE OLIVEIRA

AVENÇA
Ez.ª Sra.

TRADIÇÃO

SEMANÁRIO NACIONALISTA

ANO XIII — N.ºs 657/58
Vila da Feira, 11 de Maio de 1945

Director e Editor — Dr. António Sampaio Maia
Administrador e Proprietário — Alfredo de Oliveira

Comp. e Imp. na Tip. Artes & Letras—R. Fern. Tomás, 915—Pórtio
Redacção e Administração — VILA DA FEIRA

AVENÇA

nistrador e proprietário, mas a partir do número 438 de 30 de Novembro de 1940, passa a ser director e editor o Dr. António Sampaio Maia.

Júlio César Alves Moreira, nasceu na Vila da Feira

Dr. António Sampaio Maia, nasceu na freguesia de S. João de Ver, do concelho da Feira, em 1886, onde faleceu em 6 de Novembro de 1966. Formado pela faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, exerceu a sua profissão de médico na freguesia de S. João



em 19 de Janeiro de 1899, filho do Dr. Gaspar Alves Moreira e de sua mulher D. Lúcia da Silva Alves Moreira: casou com D. Maria da Felicidade de Sousa Alves Moreira. Foi funcionário da Câmara Municipal da Feira, tesoureiro da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e chefe dos Serviços Municipalizados de Águas e Electricidade da Câmara Municipal da Feira.

de Ver: foi combatente da grande guerra, fundador da tuna Orfeon da Vila da Feira em 1912, da qual foi regente e conselheiro Municipal da Feira.

A «Tradição» intitulou-se semanário nacionalista, tendo-se orientado pelos princípios da causa monárquica.

Teve como seus principais colaboradores: padre Augusto Oliveira Pinto, (destacando-se o seu estudo — Resenha Histórica da freguesia de Souto, S. Vicente de Fereira e S. Martinho da Gandra, publicado em folhetim — desde Maio de 1935), Arlindo de Sousa, padre

de um longo folhetim da autoria de Arlindo de Sousa «Respigos da Toponímia Feirense».

Com data de 1938-1939 publicou-se um número especial deste jornal, de homenagem às instituições cor-



Rufino Pinto de Almeida, Azevedo e Moura, Alfredo de Oliveira, professor António Augusto da Conceição, Dr. Sebastião de Resende (mais tarde Bispo da Beira), Adriano Meireles, A. Pinto Almeida e padre Tavares d'Almeida.

Tinha várias secções, como notas e comentários, correspondências do concelho, crónica desportiva, além

porativas e de previdência, do comércio e indústria de Aveiro, com o formato de 0,47 x 0,32, composto e impresso nas oficinas Gráfica Editora, da rua Alferes Malheiro 117, da cidade do Porto, do qual se imprimiram 10 000 exemplares.

No seu cabeçalho figura como director e editor o mencionado Júlio César Alves Moreira, como adminis-

trador e proprietário o aludido Alfredo de Oliveira e como organizador — João Ribeiro.

Este número tem muito boa apresentação, sendo impresso em bom papel, com páginas dedicadas à Legião Portuguesa e às organizações corporativas de



Júlio César Alves Moreira
Director da «Tradição»

Aveiro e secções especiais para cada um dos concelhos deste distrito, e de algumas das suas freguesias, como Cacia, Angeja, Avanca, Cortegaça, Esmoriz e Gafanha.

Publicou, ainda, outro número especial, sob a mesma direcção, editoria, administração e propriedade, sem indicação de data, mas que foi dado à publicidade em fins de 1940, intitulado — «Tradição — o Concelho da Feira na comemoração dos Centenários», cuja capa reproduz o Castelo da Feira e a cruz azul da bandeira da fundação.

É um trabalho muito interessante, com muitas fotografias e larga referência à história da sede e das freguesias do concelho da Feira, com anúncios dos estabelecimentos comerciais e industriais da mesma vila e concelho, exibindo, também, um mapa deste, com indicação das distâncias que separam a sede — de cada uma das suas freguesias.

Colaboraram neste número, além de outros, Alfredo de Oliveira, Drs. Roberto Vaz de Oliveira e Domingos

Caetano da Silva, ao tempo, respectivamente, presidente e vice-presidente da Câmara Municipal da Feira, Azevedo e Moura, Dr. Vaz Ferreira, Arlindo de Sousa, D. Fernando Tavares e Távora, padre Francisco Pinho Neves, então pároco desta Vila, Vicente Rebelo de Sousa Reis, D. Idalina Soares da Silva, Joaquim Tavares Adão, D. Sebastião Soares de Rezende, mais tarde Bispo da Beira, Manuel Ferreira Pinto, professor António Conceição, o padre José Inácio da Costa e Silva, abade aposentado, que foi da freguesia de S. Jorge, deste concelho, cónego António Ferreira Pinto, que foi reitor do seminário do Porto, Rogério Pinto Moreira, David Fernandes Coelho, José Maria Gaspar e Manuel José de Paiva Alferes.

À «Tradição» refere-se o Dr. Zagalo dos Santos, no seu mencionado trabalho, nada adiantando ao que acabamos de dizer.



Dr. António Sampaio Maia
Director da «Tradição»

A «Tradição» era um jornal muito cuidado, geralmente bem impresso com uma apresentação agradável e boa colaboração.

Existem alguns exemplares na Biblioteca Municipal da Feira.

O POVO FEIRENSE

Iniciou a sua publicação em 1 de Abril de 1938 e teve o seu termo, segundo creio, com os números 259-260 (continuação da 2.ª série) de 22 e 30 de Agosto de 1953.

Saía em dias incertos da semana, com quatro páginas, cada uma com quatro colunas a princípio e, depois, com cinco: a sua dimensão variou entre 0,34 x 0,225 e 0,50 — 0,51 x 0,35.

Teve vários formatos, no seu cabeçalho e título, correspondendo: um à primeira série; outro à segunda, ano IX, número 1 de Outubro de 1947; outro, que já usava no ano X número 135 de 15 de Julho de 1950 e ainda outro, durante a mesma série que já usava no número 158 de 1 de Agosto de 1953.

A primeira série abrange os primeiros oito anos e parte do nono, pelo menos até ao número 326 de 14 de Setembro de 1946 inclusivé; a segunda, desde o ano nono, a partir de 1 de Outubro de 1947, que recebeu o número um, assim se mantendo até ao número 134 de 9 de Julho de 1950.

Nesta série o título do jornal enquadra a reprodução das torres do Castelo da Feira.

A partir do número seguinte inclusivé, de 15 de Julho de 1950, dá-se continuidade à numeração mas já sem designação de série, voltando a usar o cabeçalho adoptado na primeira série, o que ainda se verifica até ao número 259 de 29 de Novembro de 1952.

Em 14 (?) e 22-30 de Agosto de 1953 surgem os números de pequeno formato, respectivamente 158 (?) e 259-260 (ano XI), numerações estas que, certamente estão erradas, o que não admira neste jornal tão mal cuidado na sua composição.

Por vezes agrupava, num só exemplar, dois números como aconteceu com o referido de 30 de Agosto de 1953.

Tinha a sua redacção, onde se fazia a composição e impressão, na tipografia de «O Povo Feirense», sita no lugar das Eiras de Baixo, desta Vila, mas a partir do número 137 (2.ª série) de 29 de Julho de 1950, a impressão passou a fazer-se na Gráfica Feirense.

No primeiro número da primeira série de 1 de Abril de 1938, figura como director, proprietário e administrador o já mencionado Ernesto José Correia, aproveitando o prelo e demais material que pertencia ao «De-



DIRECTOR:

Dr. Paulo de Sá

EDITOR:

Dr. M. A. Brandão

REDACTOR:

José A. Conceição

Administrador
e Proprietário:

Ernesto Correia

O POVO



Feirense

SEMANARIO NACIONALISTA

ANO IX

SÉRIE II

N.º 1

VILA DA FEIRA

1

OUTUBRO

1947

Redacção, Administração e Tipografia: EIRAS DE BAIXO

Vindo pela Comissão de Censura de Aveiro

S. B. Biblioteca Municipal Feira

O Povo Feirense

ANO X - N.º 135

SEMANÁRIO NACIONALISTA

AVENÇA

DIRECTOR: DR. PAULO DE SÁ	PROPRIETÁRIO: ERNESTO CORREIA	VILA DA FEIRA 15 DE JULHO DE 1950	Redacção, Administração e Tipografia: EIRAS DE BAIXO	EDITOR: DR. M. A. BRANDÃO
------------------------------	----------------------------------	--------------------------------------	---	------------------------------

DEFINIÇÃO «O POVO FEIRENSE»

ouve o Presidente da Câmara Municipal da Feira

«O jornal é, em primeira análise, uma ou mais folhas de papel mais ou menos limpo onde se imprimem letras que, por formar palavras, traduzem ideias.

Porque por de trás de tudo isto se vê logo uma organização mais ou menos complexa que torne possível a entrega das tais folhas aos leitores, em períodos certos, e é responsável pela qualidade do papel, pelo feitiço das letras e pela essência das ideias, pode chegar-se a uma definição menos incompleta chamando ao jornal a organização que tem por finalidade imediata submeter ao público que o lê, de uma maneira fácil, barata e agradável, notícias e conceitos que o informem da marcha do mundo e lhe transmitam as suas tendências morais e sociais.

Conclue-se daqui que o jornal tem uma dupla função em que, afinal, as variáveis andam intimamente ligadas: — a dupla missão de formar e informar.

A opinião das massas é, em muitos casos, a opinião dos seus jornais. E nem sempre, infelizmente, podemos afirmar que isso seja um bem. A impossibilidade de estudo profundo dos problemas, a tendência para o superficial, leva o homem médio a acreditar, muitas vezes, no que lê, sem reflectir na existência ou não de recursos pessoais de estudo e de análise de quem

SEENDO, como claramente se define noutro lugar, o regionalismo, um dos lemas basilares deste semanário, impõe-se o imediato esclarecimento do público do concelho quanto ao estado actual da administração camarária e quanto às perspectivas do seu futuro.

O Senhor Dr. Domingos Caetano de Sousa, médico distinto, apaixonado defensor dos interesses da sua terra e ilustre Presidente da Câmara, acedeu prontamente a prestar todas as informações que julgamos necessárias.

Em conversa simples, o diálogo travou-se sem quaisquer preo-



DR. DOMINGOS DE SOUSA

cupações protocolares, procurando nós, com verdade, obter de Sua Excelência informações que dessem aos nossos leitores dados certos e seguros para conscientemente avaliar do estado actual dos mais instantes problemas da nossa terra.

Estado económico, questões de vias de comunicação, assuntos ligados à saúde pública e de assistência, problemas educativos, tudo foi tratado como o leitor poderá verificar.

Assim, começámos por perguntar:

Continue na 2.ª pág.

ANO XI

Vila da Feira, 1 de Agosto de 1953

NUMERO 158

O POVO FEIRENSE

SEMANARIO NACIONALISTA

Administrador e proprietário
Ernesto Correia

Editor e Director literário
Dr. Manuel A. Brandão

Redacção, Comp. s. c. e. Imprensa
Tip. de «O Povo Feirense»
Eiras de Baixo — Vila da Feira



Dr. Paulo de Sá
Director de «O Povo Feirense»

mocrata Feirense» e como editor — Domingos Toscano.

No número seguinte de 10 de Abril de 1938, já aparece como director o Dr. Paulo de Sá, tendo como editor aquele Toscano e administrador e proprietário o Ernesto Correia.

No número 6 de 12 de Maio seguinte, toma conta do cargo de editor o Dr. Manuel de Azevedo Brandão.

No número um, da segunda série, de 1 de Outubro de 1942 já aparece como redactor o Dr. José Augusto da Conceição.

A partir do número 191, no seguimento da segunda série, de 11 de Agosto de 1951 o Dr. Paulo de Sá foi substituído por Dr. Manuel de Azevedo Brandão que tomou no jornal o lugar de director interino e editor.

Ernesto José Correia nasceu na Vila da Feira, sendo filho de Domingos José Correia e de Margarida Emília Moreira.

Casou com Joaquina Gomes de Resende e faleceu, com 64 anos, na mesma vila, em 8 de Setembro de 1953.

O Dr. Paulo de Sá nasceu no lugar da Lavandeira, desta vila, em 5 de Março de 1891, sendo filho do escrivão-notário Manuel Maria Correia de Sá e de sua mulher D. Maria José de Pinho: casou com D. Isabel da Silva Correia de Sá.

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu o cargo de Delegado do Procurador da República na comarca de Mondim de Bastos, vindo, depois, a ocupar o lugar do seu pai nesta vila — de escrivão-notário do 5.º ofício.

Suspenso do exercício das suas funções por motivos políticos, exerceu, então, a advocacia, nesta vila.

Foi chefe da Secretaria Judicial desta comarca da Feira, de onde transitou para igual cargo do 4.º Juízo Cível da comarca do Porto, falecendo, nesta cidade, em 26 de Abril de 1952.

Fez parte do Orfeão Académico, da regência do Dr. António Joice.

Grande guitarrista, foi o autor dos conhecidos fados da «Saudade», com letra do Dr. Fernando Martins e do das «Fogaceiras» (em homenagem à sua terra e à festa que, anualmente, nela se realiza em 20 de Janeiro) com letra do poeta de Espinho — Carlos Morais.

Muito culto e inteligente deixou, em muitas publicações, escritos muito distintos, alguns de crítica literária, como foram os referentes às obras teatrais do Dr. Alfredo Cortês, assinando, alguns dos seus primeiros artigos, com o pseudónimo de Rafeal Semarte.

Interveio em muitos serões de arte, na companhia de António Menano e outros cantores célebres do seu tempo.

Muito baírrista, expressou o amor à Feira, sua terra natal, deixando à sua Biblioteca Municipal, a sua valiosa biblioteca: embora tenha falecido sem testamento, mas tendo manifestado este seu desejo, a sua viúva, honradamente, deu-lhe cumprimento.



Dr. Manuel dos Santos Azevedo Brandão
Director de «O Povo Feirense»

NOTÍCIAS

À memória de ambos aqui presto a devida homenagem de consideração e de respeito, na certeza de que, assim, interpreto o sentir de todos os meus conterrâneos, lembrando que ele se devia tornar expressivo, em breve tempo, por uma pública manifestação de apreço e de gratidão.

O Dr. Manuel dos Santos Azevedo Brandão, nasceu na nobre e brasonada casa de Rio Maior, da freguesia de Paços de Brandão, deste concelho, em 23 de Agosto de 1899, filho do comendador José de Azevedo Brandão e de sua mulher D. Margarida Ferreira dos Santos Brandão: casou com D. Maria Pereira do Couto.

Dedica-se à vida industrial.

O Povo Feirense, a princípio, intitulava-se «jornal nacionalista» e depois, «semanário nacionalista»: foi fundado para defender a doutrina e princípios do Estado Novo, o que cumpriu até final.

Os principais colaboradores do jornal foram, além do seu director Dr. Paulo de Sá, Dr. Henrique Vaz Ferreira com o seu «Ferro Velho», «Dois contos por mês», e diversos artigos, nomeadamente sobre o castelo e concelho da Feira, Dr. José Augusto da Conceição, hoje administrador do Banco do Fomento, padre Manuel Ferreira de Sá, erudito investigador da história regional, Carlos A. Ribeiro, industrial de Paços de Brandão, Dr. António Ferreira Soares, brilhante escritor e autor do famoso romance — «Casa Abatida», da freguesia de Nogueira da Regedoura, deste concelho, António Augusto da Conceição, antigo e distinto professor primário, de Duas Igrejas, deste concelho, Dr. Gouveia Durão.

A. Carneiro da Silva, no seu citado trabalho no Arquivo do Distrito de Aveiro, refere-se a este jornal: por lapso acrescenta ao nome de Ernesto Correia o apelido de Garcia.

O «Povo Feirense» distinguiu-se pelo valor e brilho dos seus colaboradores, mas teve uma impressão defeituosa e desagradável nos números que foram impressos na tipografia das Eiras, apresentando muitos erros de datas, quer quanto às da sua publicação, quer quanto às da sua numeração, falta de cuidado que também se estendia ao seu texto.

Nas fotografias que aqui se publicam, claramente se distingue a do número 135 (continuação da segunda série) de 15 de Julho de 1950 (Ano X), da das restantes: aquele já foi impresso na Gráfica Feirense embora no cabeçalho ainda se faça referência à tipografia das Eiras de Baixo, ao passo que as anteriores reproduzem números impressos nesta última tipografia.

Existem muitos exemplares deste jornal na Biblioteca Municipal da Feira.

Teve o seu início em 18 de Novembro de 1957 e acabou com o número 363, em 30 de Novembro de 1964.

Publicou-se em três séries e com as seguintes dimensões: a primeira, até ao número 158 de 21 de Novembro de 1960, 0,52 x 0,35; a segunda, desde o número seguinte até ao 335 de 18 de Maio de 1964, 0,44 x 0,33; e a terceira, desde o número seguinte, até ao último — 0,44 x 0,32.

Era um semanário que saía às segundas-feiras, normalmente com seis ou oito páginas, a cinco colunas cada uma.

Até ao número 335 de 18 de Maio de 1964, inclusivé, abrangendo, assim, a primeira e a segunda série, designava-se «Notícias — Semanário das Terras de Santa Maria — órgão de Divulgação e Propaganda — Informação — Cultura — Turismo e Desporto» e durante todo o período da terceira série — «Notícias — das Terras de Santa Maria».

Os números que iniciavam cada um dos anos, com excepção do primeiro e último, revestiam-se de um carácter festivo, com muitas páginas e eram enriquecidos por uma vistosa capa.

Na primeira série teve dois tipos no seu título: um maior desde o número 1 a 52 de 10 de Novembro de 1958 (1.º ano) e outro do número 53 de 17 de Novembro de 1958 a 335 de 18 de Maio de 1964 (2.º a 6.º ano) e outro que acompanhou todo o 7.º ano — desde o número 336 de 25 de Maio de 1964 até ao fim.

No decorrer da primeira e segunda série, teve a sua redacção e administração na rua do Dr. Vitorino de Sá, desta vila, no edifício da Empresa Gráfica Feirense Lda., onde se compunha e imprimia e, na terceira série, continuou a compor-se e a imprimir-se aí, mas a redacção e administração mudou para o edifício do mercado municipal, na rua da Índia Portuguesa, número seis.

Durante as duas primeiras séries foi seu director e editor João Correia de Sá e seu administrador Luís Rainho e, na terceira série, foi seu director e editor Dr. António Rezende dos Santos e redactor Manuel Moreira de Paiva.

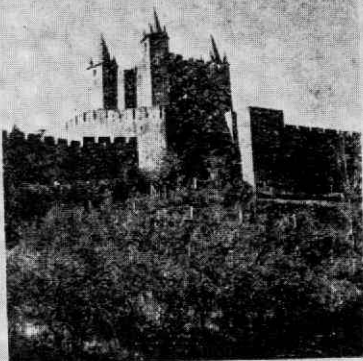
Desde o número 2 de 25 de Novembro de 1957, figurou como proprietário do jornal a referida «Empresa Gráfica Feirense Lda.» e a partir da terceira série a propriedade passou para Marcolino de Castro.

João Luís de Pinho Correia de Sá nasceu na casa das Mestras, da freguesia de Sanfins, deste concelho,

NOTÍCIAS

Semanário das Terras de Santa Maria

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA - INFORMAÇÃO - CULTURA - TURISMO E DESPORTO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO - R. DR. VIVORINO DE SÁ - VILA DA FEIRA - TEL. 52 - P. M. S.
COMPOSTO E IMPRESSO NA EMPRESA GRÁFICA FEIRENSE, LIMITADA - VILA DA FEIRA



QUEM, pela primeira vez, se aproximar do Castelo da Vila da Feira, tem, por força, de vir de lá maravilhado. A antiga fortaleza e mais tarde residência de fidalgos de alta estirpe, é um dos mais antigos monumentos que existem no País.

Realmente a sua remotíssima origem, as torres terminadas por coruchéus pontegudos, as seteiras abertas no centro das ameias, nas quadrelas e lanços dos muros, os torreões e outros lugares das muralhas, tornam este monumento, além de muito interessante, digno de escrupuloso exame.

O castelo com a sua torre de menagem, eleva-se sobre o maior e mais alto cabeço dos que circundam a Vila da Feira, ostentando-se orgulhosamente, desafiando o decorrer dos séculos que sobre ele têm passado.

Ainda se não averiguou bem quem fosse o seu fundador. Seria obra dos romanos? Dos godos?

Um Novo Jornal

Editar um jornal novo é como lançar à água um barco acabado de fazer. Nunca se sabe como vai aguentar o mar. O jornal vai cair em pleno mundo, e o mundo o que é senão um mar?

Temos fé em aguentar o balanço das ondas. Temos mesmo muita fé, porque editar um jornal pressupõe um profundo acto de fé, heróica até ao sacrifício. Sacrificamos ócios, economias, tranquilidades, e tudo isto para oferecer aos Leitores, em oblação de pura amizade, um jornal onde, a par da resenha dos factos da semana dignos de registo, as suas páginas se dediquem também a artigos de divulgação sobre tudo aquilo que, cada vez mais, se carece de conhecer para acompanhar o progresso que dia a dia avança a passos agigantados. Se conseguirmos preencher lacunas de conhecimento (não por nós, que não temos idoneidade), ou esclarecer dúvidas, consideramos pleno de êxito o nosso labor. E assim trabalharemos pela nossa terra, que é como quem diz por um Portugal maior.

Tendências? — Evidentemente que as temos. Alheados, por princípio, das paixões políticas, possuímos, todavia, um denominador comum que nos permitirá trabalhar em conjunto sem atropelos. Não temos o propósito de impor os nossos pontos de vista. Não pretendemos vir como arautos de uma ideia, nem como pregadores de uma facção. Antes desejamos agitar as ideias e problemas de tal modo que cada um, devidamente esclarecido, fique a saber escolher conscientemente a regra ou método que melhor corresponde às circunstâncias de momento. Ambicionáramos até, se fosse possível, que este jornal conseguisse ser como um farol de ideias que guiasse tanta inteligência perdida na confusão das ideologias, por não saber a qual servir.

Apresentaremos colaboração variada, de craveira muito superior àquele mínimo de idoneidade indispensável para não desmerecer o Interesse do Público, de quem, de resto, esperamos uma atitude compreensiva, já que a vida de um jornal é, em última análise, a resultante do binómio Leitores - Colaboradores.

E nestas afirmações se resume todo o nosso programa. Que ele é ambicioso sabemos-lo bem, se é utopia ingénua cabe aos Leitores diz-lo.

ESCREVER sobre homens ilustres da Terra de Santa Maria é tarefa que muito nos agrada, mas difícil, pois que tudo o que a nossa pena tão modesta pudesse acrescentar àquilo que os maiores críticos já fizeram.

NOTÍCIAS

Semanário das Terras de Santa Maria

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA - INFORMAÇÃO - CULTURA - TURISMO E DESPORTO
Direitor e Editor: João Corrêa de Sá - Administrador: Luís Reis - Propriedade da Emp. Gráfica Feirense, Lda.
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO - R. DR. VIVORINO DE SÁ - VILA DA FEIRA - TEL. 52 - P. M. S.
COMPOSTO E IMPRESSO NA EMPRESA GRÁFICA FEIRENSE, LIMITADA - VILA DA FEIRA

VILA DA FEIRA

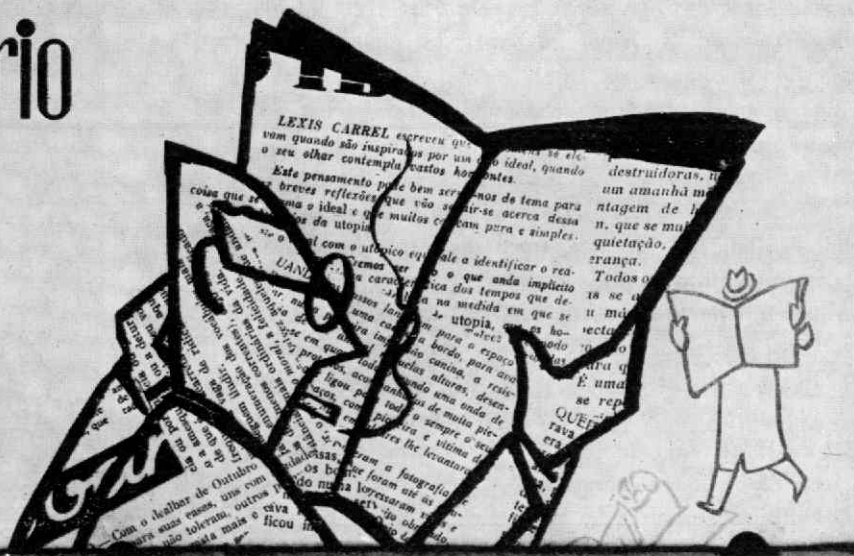
N.º LIII — ANO II

17 de Novembro de 1958

I Aniversário

Despretensiosos como somos, é muito modestamente também que comemoramos, de portas adentro, o primeiro aniversário do nosso jornal.

Não há banquetes nem discursos. Em reunião íntima, pais e padrinho, em volta de um bolito pequeno com uma celula solitária e uma garrafa mais solitária ainda, não podemos esquecer todos os nossos Amigos de perto e de longe, a'olém e a'aquém-mar: Colaboradores, Assinantes, Anunciantes, Correspondentes e Tipógrafos.



VILA DA FEIRA, 21 de Setembro de 1964

Ano VII - 3.ª Série - N.º 353

Notícias

das Terras de Santa Maria

AVENÇA

Directo: e Editor: António Resende Santos
 Redator: Manuel Moreira de Paiva
 Proprietário: Marcelino, Castro

Redacção e Administração:
 Mercado Municipal da Feira, N.º 9
 Composto e Impresso na:
 Empresa Gráfica Feirense, Lda - FEIRA

filho de Hermenegildo Correia de Sá e de sua mulher D. Minervina Amélia Tavares de Pinho e Sá. Casou com D. Maria Teresa Cardoso Peres Correia de Sá.

Foi presidente da direcção da corporação dos Bombeiros Voluntários da Vila da Feira, exercendo agora os cargos de gerente do Grémio da Lavoura da Feira e S. João da Madeira e de director da Biblioteca — Museu Municipal desta vila, da qual já tinha sido sub-director durante o tempo em que foi director o Dr. Vaz Ferreira.

É sócio honorário da Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, do Rio de Janeiro.

Há muito que se dedica, com inteligência, ao estudo da história regional, com publicação de valiosos artigos em diversas revistas e outras publicações, entre as quais destacamos as suas crónicas para este jornal e para o «Correio da Feira», para onde ainda escreve.

Muito culto, os seus escritos despertam grande interesse, pela forma espirituosa e graciosa como são redigidos e pela actualidade e proveito dos seus temas.

Dr. António Rezende dos Santos, nasceu em 5 de Janeiro de 1933, na freguesia de Souto, do concelho da Feira, filho de António Alves de Oliveira Santos e de D. Ana Jorge de Resende: casou com D. Maria Adelaide Neves Tavares de Oliveira Resende dos Santos. Licenciado na faculdade de Direito, pela Universidade de Coimbra, exerce a advocacia na Vila da Feira e foi presidente da direcção dos Bombeiros Voluntários da Feira.

Na apresentação, no seu primeiro número, com o título — «Um Novo Jornal», traça, de modo inteligente e com relevo literário, a sua orientação que, em abono da justiça, compre-nos dizer que foi cumprida.

Dispensamo-nos de transcrever esta peça literária por estar reproduzida na fotografia que publicamos.

No artigo de fundo do último número da 2.ª série (335 de 18 de Maio de 1964) intitulado «Uma explicação e uma despedida» — afirma-se — «Como todos já viram «O Notícias» sofreu de há certo tempo para cá, embora silenciosamente, uma viragem na sua orientação. Na

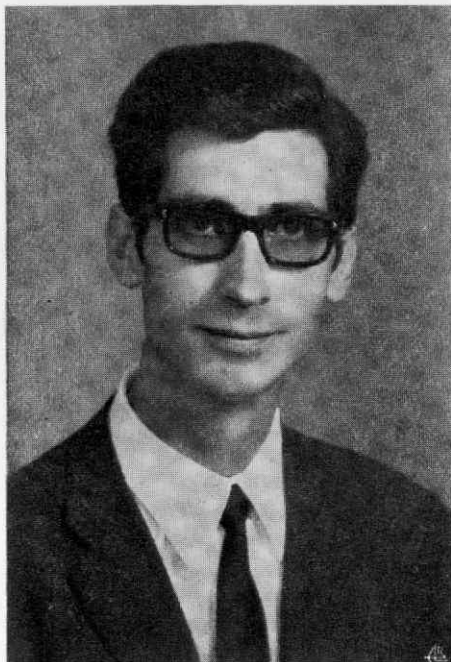
verdade o último exemplar, saído por conta da sua anterior proprietária e sob a responsabilidade do antigo director, foi o n.º 312. Desde aí são outros os seus dirigentes e embora legalmente tivesse continuado a correr com o primitivo cabeçalho, na realidade desde aquele referido número nunca fomos ouvidos sob qualquer das alterações feitas. Esta transferência teve, assim, um aspecto que até pareceu subreptício.

Mas acrescenta-se: «isso aconteceu contra a vontade de todos, devido a demoras burocráticas que só agora atingiram o seu termo».

Por sua vez, ao iniciar a terceira série com o número 336 de 25 de Março de 1964, a sua direcção esclareceu sobre o seu programa: «Alheios a tendências políticas a todos abre os braços, a todos procurará levar um pouco da terra natal e a todos pede que o



João Luís de Pinho Corrêa de Sá
Director do «Notícias»



Dr. António Resende dos Santos
Director do «Notícias»

deixem crescer de acordo com os princípios que adoptou».

No seu último número declara: «se agora somos obrigados a suspender a publicação do «Notícias» por razões graves de deveres profissionais, ficamos ainda numa esperança de que um dia surja alguma alma grande que queira continuar a sua marcha na história para que «Notícias» viva».

«Notícias» foi um jornal de feição moderna, com boa impressão e apresentação, muito atraente e com uma direcção inteligente. Propondo-se ser a voz das «Terras de Santa Maria» deu acolhimento, no seu seio, à dos concelhos que a formaram e de outras mais terras do distrito, proclamando os seus anseios, reivindicando os seus direitos e defendendo os seus interesses, o que tudo se processou sempre com elevação e elegância de processos.

Assim, teve correspondência de muitos concelhos do distrito, como Espinho, Ovar, Murtosa, S. João da Madeira, Arouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra, Aveiro, Ílhavo e Sever do Vouga, além de muitas outras localidades como Couto de Cucujães, Branca, Cacia, etc., o que concede a este jornal uma distinção única nos annais da imprensa periódica da nossa vila e concelho.

Ao «Notícias» se devem iniciativas de grande valor e que tiveram grande projecção não só local, mas

regional, motivadas pela iniciativa, dinamismo e grande visão de jornalista do seu director João Correia de Sá.

Entre elas contam-se:

a) montagem da cerimónia da recolha da terra da praça de armas do Castelo da Feira que, encerrada num pequeno cofre de filigrana de prata (com a miniatura do mesmo castelo) e perante numerosa e muito distinguida assistência, foi oferecida à Casa da Vila da Feira e Terra de Santa Maria, do Rio de Janeiro e entregue ao presidente da sua direcção, comendador Silvio António da Silva,, que a transportou para o Brasil;

b) promoção das comemorações do centenário natalício do professor Doutor Guilherme Alves Moreira, com descerramento de uma lápide na casa onde nasceu, na freguesia de Milheirós de Poiares, deste concelho da Feira, sessão solene no Salão Nobre da Câmara Municipal, presidida pelo Ministro da Justiça de então, Doutor João de Matos Antunes Varela, com a presença, além de outras individualidades, do magnífico Reitor da Universidade de Coimbra e professores da faculdade de Direito da mesma Universidade e inauguração do busto do homenageado, no largo do conselheiro Dr. Abel de Pinho — fronteiro ao edifício do Tribunal Judicial, o que constituiu uma manifestação de grande brilho e de excepcional importância;

c) montagem de diversas voltas de bicicleta nesta vila, com o concurso dos principais corredores do país;

d) incentivou a realização, no salão nobre da Câmara Municipal, pelo menos, de duas exposições de arte, designadamente de pintura, de autores feirenses, nos quais se distinguiu, de modo especial, o pintor António Joaquim.

Este jornal teve como colaboradores, entre outros, os seus directores e ainda Manuel Laranjeira, neto do grande poeta feirense de igual nome, José Augusto Vasconcelos Vale, A. Carlos Ribeiro, Arlindo de Sousa e professor António Cabral.

Além do concurso das correspondências a que atrás referimos, o «Notícias» teve secções muito variadas, como estudos de assuntos históricos, desportivos, agrícolas, etc.

Deste jornal ainda existem colecções e muitos números dispersos, na Biblioteca Municipal e em mão de particulares.

bibRIA

Em virtude de o Presidente da Junta Distrital de Santarém, Exmo. Senhor Engenheiro Carlos do Amaral Neto, ter sido eleito Presidente da Assembleia Nacional, quiseram os demais Presidentes das Juntas Distritais prestar àquele distinto homem público singela mas significativa homenagem.

Para o efeito, realizou-se em Lisboa, no passado dia 22 de Janeiro, um almoço a que presidiu o homenageado, tendo enaltecido as excepcionais qualidades morais e intelectuais do Senhor Engenheiro Amaral Neto, os Senhores Presidentes das Juntas Distritais de Lisboa e de Évora.

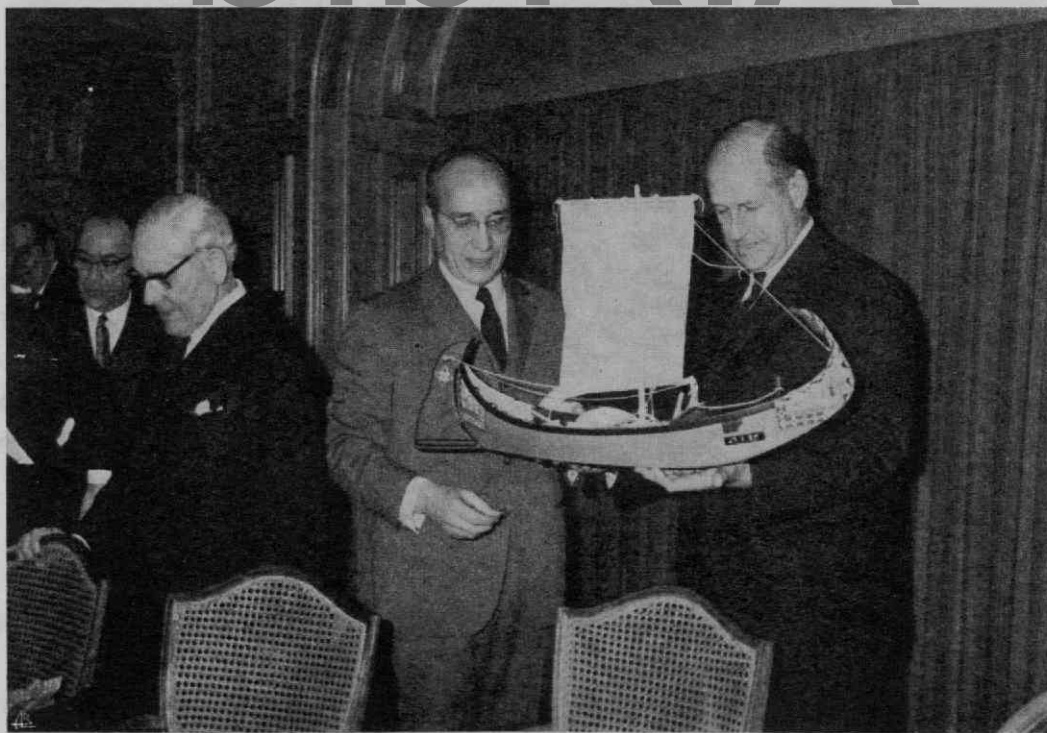
Ao ilustre homem público foram ofertados, em nome de cada Junta Distrital, objectos de artesanato, típicos de cada distrito. A Junta Distrital de Aveiro ofereceu ao

Senhor Engenheiro Amaral Neto um bonito barco moliceiro, contendo as típicas barricas de ovos moles.

A Direcção da Revista «Aveiro e o seu Distrito» associa-se a tão merecida homenagem e deseja a Sua Excelência as maiores felicidades no exercício de tão altas funções.

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO DISTRITO

No dia 13 de Março, último, teve lugar a sessão ordinária do primeiro órgão da administração distrital, a que presidiu o Senhor Dr. Fernando de Oliveira, a fim de se pronunciar acerca do relatório de gerência correspondente ao ano de 1969, o qual foi aprovado por unanimidade.



O Sr. Presidente da Assembleia Nacional recebe das mãos do Sr. Presidente da Junta Distrital de Aveiro um bonito barco moliceiro

Em virtude de o Senhor Carlos de Sousa Nunes da Silva, que desde o início do decorrente quadriénio vinha exercendo o cargo de Vice-Presidente, ter adquirido situação que o tornou inelegível, foi-lhe declarada a perda de mandato pelo Senhor Governador Civil.

O Senhor Presidente, depois de recordar a valiosa colaboração que o Senhor Nunes da Silva prestou à

útil e profícuo e oferecendo-lhe a mais sólida e leal colaboração.

Procurador pelo Concelho de Ovar

O Senhor Manuel da Silva Borges, por ter sido nomeado Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ovar,



O Sr. Presidente da Assembleia Nacional no uso da palavra

Junta Distrital, propôs que ficasse exarado em acta um voto de louvor e do maior reconhecimento pelo interesse demonstrado no exercício das respectivas funções, proposta que mereceu aprovação por unanimidade.

Novo Vice-Presidente da Junta Distrital

Na mesma sessão foi eleito, por unanimidade, Vice-Presidente da Junta Distrital o Senhor Engenheiro Agrónomo, José Gamelas Júnior, ilustre e dedicado Aveirense.

A Direcção da Revista «Aveiro e o seu Distrito» cumprimenta muito respeitosamente o Senhor Carlos de Sousa Nunes da Silva, a quem expressa toda a gratidão pelas atenções sempre recebidas. Ao Senhor Engenheiro José Gamelas Júnior endereça as melhores saudações, manifestando-lhe o desejo sincero de mandato

vai deixar de representar aquele Concelho no primeiro órgão de administração distrital, onde, com muito brilho, desempenhou o mesmo cargo por mais de dez anos.

O Senhor Presidente, congratulando-se com a nomeação do Senhor Silva Borges para a Vice-Presidência da Câmara Municipal, testemunhou-lhe a maior gratidão pela forma como exerceu as funções no Conselho do Distrito e desejou-lhe as maiores felicidades no exercício das novas funções.

NOVOS FUNCIONÁRIOS DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE FOMENTO

Com precedência de concurso, (o respeitante ao lugar de engenheiro de 2.ª classe, só após a abertura do terceiro concurso teve concorrentes), foram nomeados e

entraram já no exercício das respectivas funções, os Senhores Engenheiros José de Pinho Lopes e Víctor Augusto Pereira de Oliveira e o Agente Técnico de Engenharia, Senhor Ferdinand Francis Ferreira.

Também o Senhor José da Costa Cardoso, que vinha exercendo o cargo de desenhador de 3.^a classe, foi provido em idêntico cargo de 2.^a classe, com precedência de concurso de provas práticas.

Em vista do acentuado aumento de serviço verificado, cada vez em maior intensidade, naquele importante departamento, por força das solicitações das Câmaras Municipais do Distrito, quer na elaboração de estudos e projectos, quer na prestação de assistência técnica, a Junta Distrital, não se eximindo a encargos, acaba de dotar o respectivo quadro do pessoal com as unidades

julgadas suficientes, a fim de satisfazer as pretensões das Câmaras Municipais.

* *
*

A Senhora Dona Palmira Alves de Oliveira, que há sete anos vinha prestando serviço na Secretaria da Junta Distrital, onde com muito zelo, inteligência e dedicação exerceu os cargos de escriturário de 2.^a classe e escriturário-dactilógrafo de 1.^a classe, foi, provida e assumiu já as funções de tesoureiro da Câmara Municipal de Mangualde.

Na reunião ordinária de 24 de Abril, último, a Junta Distrital concedeu-lhe público louvor, em face da brilhante folha de serviço de tão distinta funcionária.

bibRIA

bibRIA

NA CAPA:

1—Portal da Capela das Barrocas

2— Prova de Barcos Moliceiros

Sumário

	Página
★ Belém do Pará — Aveiro Por Eduardo Cerqueira	3
★ Página Heráldica — Feira	7
★ A Ria de Aveiro e a pesca do bacalhau Pelo Capitão da Marinha Mercante — João São Marcos	9
★ Nótulas históricas sobre a Feira recolhidas na sua toponímia Por João Corrêa de Sá	15
★ Para a história de Ovar Pelo Padre Aires de Amorim	24
★ Antologia Aveirense Por Roberto Vaz de Oliveira	29
★ Origem da indústria rolheira no Norte do País Por José d'Almeida Mira	37
★ O Castelo da Feira na História e na Tradição Pelo Prof. Carlos Gomes dos Santos e Silva	41
★ Imprensa Periódica da Vila e Concelho da Feira Por Roberto Vaz de Oliveira	65
★ Vária	103